



CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. – ELETRONORTE
CNPJ Nº 00.357.038/0001-16
EMPRESA DO SISTEMA ELETROBRAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

- 1 – BALANÇO PATRIMONIAL**
- 2 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**
- 3 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**
- 4 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
- 5 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**
- 6 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**
- 7 – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

ATIVO	NOTA	CONTROLADORA			CONSOLIDADO
		31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	01/01/2020 (Reapresentado)	31/12/2020 (Reapresentado)
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	7	33.529	1.145	4.099	70.144
Títulos e valores mobiliários	8	3.064.153	1.239.589	434.553	1.500.314
Clientes	9	1.888.012	709.868	822.721	1.345.388
Ativo Contratual de transmissão	12	1.246.665	1.665.948	1.404.047	1.893.683
Remuneração de participações societárias		44.101	38.207	-	38.207
Imposto de renda e contribuição social	10	37.485	189.526	128.312	169.600
Tributos a recuperar	10	194.705	5.258	1.758	144.537
Direitos de ressarcimento		24.351	-	-	-
Almojarifado		127.900	83.482	115.287	142.768
Instrumentos financeiros derivativos	34.1	690.333	317.443	140.405	317.443
Cauções e depósitos vinculados	26.3	-	-	-	21.398
Créditos com a controladora		-	-	352.336	-
Outros ativos		294.824	313.887	142.375	183.287
		7.646.059	4.564.353	3.545.893	5.826.769
Ativo mantido para venda	37	62.855	61.716	61.716	62.855
		7.708.914	4.626.069	3.607.609	5.889.624
NÃO CIRCULANTE					
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Direitos de ressarcimento		98.070	-	-	-
Clientes	9	1.035.578	-	-	1.061.622
Títulos e valores mobiliários	8	110	103	98	103
Tributos a recuperar	10	64.668	39.236	37.238	39.527
Imposto de renda e contribuição social	10	176.828	184.010	154.390	184.010
Impostos e contribuições sociais diferidos	11	-	203.452	655.444	194.912
Cauções e depósitos vinculados	26.3	258.918	151.761	576.542	206.368
Ativo Contratual de transmissão	12	9.365.825	8.199.109	7.753.603	8.199.109
Instrumentos financeiros derivativos	34.1	653.022	310.100	151.315	310.100
Créditos com a controladora		-	-	2.767.013	-
Outros ativos		637.024	258.444	438.647	622.141
		12.290.043	9.346.215	12.534.290	10.817.892
INVESTIMENTOS	13	3.841.526	5.299.739	4.963.474	4.746.916
IMOBILIZADO	14	7.687.039	5.342.245	5.645.937	7.892.818
INTANGÍVEL	15	2.971.930	121.548	169.854	127.416
		26.790.538	20.109.747	23.313.555	23.585.042
TOTAL DO ATIVO		34.499.451	24.735.816	26.921.164	29.474.666

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020 (continuação)
 (Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	CONTROLADORA			CONSOLIDADO
		31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	01/01/2020 (Reapresentado)	31/12/2020 (Reapresentado)
CIRCULANTE					
Financiamentos, empréstimos e debêntures	18	1.454.890	1.306.455	440.887	1.906.405
Fornecedores	17	761.502	453.286	278.716	614.225
Tributos a recolher	10	17.445	12.438	16.290	20.437
Imposto de renda e contribuição social	10	19.568	-	-	289.317
Remuneração aos acionistas	23	2.482.651	1.411.558	1.412.820	1.411.558
Contratos onerosos	24	10.517	40.196	3.913	40.196
Obrigações estimadas	28	395.725	370.995	336.946	423.658
Passivo de contrato	21	89.509	74.075	69.431	74.418
Obrigações com a controladora	20	123.421	1.169.351	1.030.340	1.169.351
Provisão para Contencioso	26	-	389.783	-	389.783
Encargos setoriais	22	363.790	286.190	267.244	342.148
Arrendamentos	19	181.086	7.676	16.800	174.802
Outros passivos		163.971	134.963	166.947	165.506
		6.064.074	5.656.966	4.040.334	7.021.804
NÃO CIRCULANTE					
Financiamentos, empréstimos e debêntures	18	3.473.194	1.780.242	2.858.219	3.910.451
Provisão para Contencioso	26	629.920	397.866	1.260.435	1.051.885
Benefícios pós-emprego	25	106.740	102.029	54.118	120.798
Provisão para passivo a descoberto		2.652	-	-	-
Contratos onerosos	24	-	59.306	95.844	59.306
Obrigações com a controladora	20	1.826.326	975.735	1.051.991	975.735
Arrendamentos	19	455.745	-	9.176	571.015
Instrumentos financeiros derivativos	34.1	-	10.014	5.000	10.014
Impostos e contribuições sociais diferidos	11	1.859.412	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	10	101.016	-	-	-
Passivo de contrato	21	186.348	290.870	369.262	290.870
Obrigações estimadas	28	64.038	-	10.591	-
Outros passivos		126.958	216.711	239.081	216.711
		8.832.349	3.832.773	5.953.717	7.206.785
TOTAL DO PASSIVO		14.896.423	9.489.739	9.994.051	14.228.589
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	29	11.576.263	11.576.263	11.576.263	11.576.263
Reservas de lucros		8.345.729	3.725.405	5.914.384	3.725.405
Lucros Acumulados		-	238.896	(365.762)	238.896
Outros resultados abrangentes acumulados		(318.964)	(294.487)	(197.772)	(294.487)
		19.603.028	15.246.077	16.927.113	15.246.077
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		34.499.451	24.735.816	26.921.164	29.474.666

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
 (Em milhares de reais)

	NOTA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Receita Operacional Líquida	31	8.852.587	4.976.952	10.618.340	7.385.450
Custos Operacionais	32	65.629	(2.198.334)	(834.990)	(3.568.316)
RESULTADO BRUTO		8.918.216	2.778.618	9.783.350	3.817.134
Despesas Operacionais	32	(722.204)	(801.365)	(832.112)	(1.251.982)
Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão	12	312.819	971.325	312.819	971.325
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		8.508.831	2.948.578	9.264.057	3.536.477
Resultado Financeiro	33	636.653	(44.855)	434.212	(362.032)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		9.145.484	2.903.722	9.698.269	3.174.445
Resultado das Participações Societárias		436.062	133.135	28.335	10.653
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS		9.581.546	3.036.857	9.726.604	3.185.098
Imposto de renda e contribuição social correntes	11	(152.975)	(493.978)	(298.033)	(601.943)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	(2.066.933)	(483.176)	(2.066.933)	(523.452)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		7.361.638	2.417.822	7.361.638	2.417.822
RESULTADO POR AÇÃO					
Resultado básico por ação					
Básico		R\$0,048	R\$0,016	R\$0,048	R\$0,016

Na coluna do consolidado de 2021, inclui o resultado da controlada Amazonas GT para o período de seis meses entre 01/01/2021 a 30/06/2021, conforme descrito na Nota 2.1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
 (Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	7.361.638	2.417.822	7.361.638	2.417.822
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE				
Ganhos (Perdas) atuariais	(37.086)	(127.508)	(37.086)	(131.204)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.609	30.793	12.609	30.793
	(24.477)	(96.715)	(24.477)	(100.411)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	7.337.161	2.321.107	7.337.161	2.317.411

Na coluna do consolidado de 2021, inclui o resultado da controlada Amazonas GT para o período de seis meses entre 01/01/2021 a 30/06/2021, conforme descrito na Nota 2.1.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
 (Em milhares de reais)

	RESERVAS DE LUCROS					LUCRO / PREJUÍZOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO NÃO CONTROLADORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
	CAPITAL SOCIAL	LEGAL	RESERVA INCENTIVO FISCAL	RETENÇÃO DE LUCROS	RESERVA ESPECIAL DE DIVIDENDOS NÃO DISTRIBUIDOS				
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)	11.576.263	640.909	1.394.884	2.268.152	2.014.442	(404.003)	(197.772)	-	17.292.875
Ajuste de exercício anterior						(365.762)			(365.762)
Saldo em 01 de janeiro de 2020 (Reapresentado)	11.576.263	640.909	1.394.884	2.268.152	2.014.442	(769.765)	(197.772)	-	16.927.113
Ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	(96.715)	-	(96.715)
Aquisição da AMGT	-	-	-	-	-	(2.691.004)	-	-	(2.691.004)
Lucro líquido do exercício (reapresentado)	-	-	-	-	-	2.417.822	-	-	2.417.822
Destinação do lucro líquido:									
Dividendos propostos	-	-	-	-	(775.602)	(535.537)	-	-	(1.311.139)
Reserva Incentivo Fiscal - IRPJ	-	-	358.119	-	-	(358.119)	-	-	-
Constituição Reserva legal	-	92.653	-	-	-	(92.653)	-	-	-
Constituição Reserva de retenção de lucros	-	-	-	(2.268.152)	-	2.268.152	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	11.576.263	733.562	1.753.003	-	1.238.840	238.896	(294.487)	-	15.246.077
Ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	(24.477)	-	(24.477)
Dividendo proposto	-	-	-	-	(1.238.840)	(156.595)	-	-	(1.395.435)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	7.361.638	-	-	7.361.638
Reserva Incentivo Fiscal - IRPJ (AmGT)	-	-	82.301	-	-	(82.301)	-	-	-
Destinação do lucro líquido:									
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(1.584.775)	-	-	(1.584.775)
Constituição Reserva legal	-	333.637	-	-	-	(333.637)	-	-	-
Reserva Incentivo Fiscal - IRPJ	-	-	688.900	-	-	(688.900)	-	-	-
Constituição Reserva de retenção de lucros	-	-	-	4.754.326	-	(4.754.326)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	11.576.263	1.067.199	2.524.204	4.754.326	-	-	(318.964)	-	19.603.028

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2021 E 2020
 (Em milhares de reais)

Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social				
	9.581.546	3.036.857	9.726.604	3.176.315
Ajustes para conciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações				
Depreciação e amortização	32	650.739	422.928	723.057
Acréscimos moratórios em faturas de energia vendida	33	(154.326)	(40.783)	(154.326)
Variação monetária ativa	33	(99.658)	(103.668)	(121.273)
Variação monetária passiva	33	211.408	182.232	261.033
Encargos de dívidas	18.1	341.951	360.085	604.301
Resultado de equivalência patrimonial	13.2	(436.062)	(133.135)	(28.335)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	32.2	(502.516)	(61.913)	(420.030)
Provisões operacionais	32.2	(67.615)	72.011	(71.318)
Plano de demissão consensual - PDC	32.2	-	6.825	-
Redução ao valor recuperável de ativos (reversão)	32	(42.945)	127.202	(42.945)
Baixa de ativo imobilizado e intangível	14	(91.391)	(82.762)	(91.391)
Ganhos(perdas) com derivativos	33	(725.826)	(332.017)	(725.826)
Financeira - Retorno do Investimento	12	(1.817.926)	(1.165.907)	(1.836.475)
Margem de construção	12	(116.786)	(75.428)	(116.786)
Efeito Revisão Tarifária	12	(312.819)	(971.325)	(312.819)
Outros despesas(receitas) financeiras	33	(305.137)	58.251	(306.327)
Ressarcimento GSF	15	(3.029.305)	-	(3.029.305)
		3.083.332	1.299.453	4.057.839
				2.322.906
(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais				
Clientes		225.518	215.548	26.924
Outros ativos		2.461.213	110.426	2.367.539
				(805.183)
				212.546
Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais				
Fornecedores		136.272	174.570	144.893
Outros passivos		369.577	556.451	(9.710)
		3.192.580	1.056.995	2.529.646
				360.179
Caixa proveniente das atividades operacionais				
		6.275.912	2.356.448	6.587.485
				2.683.085
Pagamento de encargos de empréstimos e financiamentos	18.1	(302.147)	(185.507)	(362.587)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(138.940)	(107.353)	(195.674)
Pagamento de encargos e impostos		(242.193)	(533.973)	(242.193)
Recebimento de receita anual permitida	12	1.500.098	1.505.253	1.747.572
Pagamento de contingências	26	(1.228.608)	(10.856)	(1.228.608)
Cauções de depósitos vinculados		(73.182)	(36.800)	(77.763)
Pagamento de obrigações socioambientais	2.5	(143.730)	-	(143.730)
		(628.702)	630.764	(502.983)
				570.246
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais				
		5.647.210	2.987.212	6.084.502
				3.253.331
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Financiamentos e empréstimos obtidos		-	1.000.000	-
Debênture obtida		-	750.000	-
Pagamento de financiamentos e empréstimos - principal	18	(497.619)	(2.124.378)	(817.184)
Pagamento de debêntures - principal	18	(97.222)	(213.070)	(97.222)
Pagamento de dividendos	23	(1.950.948)	(1.444.255)	(1.950.948)
Pagamento de arrendamento	19	(530.841)	(11.627)	(814.536)
Pagamento de obrigações com a Controladora	20	(500.000)	-	(500.000)
		(3.576.630)	(2.043.330)	(4.179.890)
				(2.054.112)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Títulos e valores mobiliários - aplicações financeiras		(1.824.571)	(805.041)	(1.710.739)
Recebimento de dividendos	13	14.422	6.675	14.422
Aquisição de ativo imobilizado e intangível		(228.047)	(148.470)	(244.910)
		(2.038.196)	(946.836)	(1.941.227)
				(1.209.847)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa				
		32.384	(2.954)	(36.615)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		1.145	4.099	70.144
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		33.529	1.145	33.529
				80.772
				70.144

Na coluna do consolidado de 2021, inclui o resultado da controlada Amazonas GT para o período de seis meses entre 01/01/2021 a 30/06/2021, conforme descrito na Nota 2.1.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		
	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	
RECEITAS (DESPESAS)					
	31	10.949.414	6.147.232	13.181.637	9.412.449
	32.2	502.516	63.868	420.030	(342.358)
		11.451.930	6.211.100	13.601.667	9.070.091
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
	32	(166.390)	(82.772)	(166.390)	(82.772)
		2.786.874	(313.140)	2.714.958	(485.711)
		188.182	(348.038)	(481.760)	306.122
		(1.315.064)	(1.764)	(1.315.064)	(1.625.123)
		1.493.602	(745.714)	751.744	(1.887.484)
		312.819	971.325	312.819	971.325
		13.258.351	6.436.711	14.666.230	8.153.932
RETENÇÕES					
	32	(650.739)	(422.928)	(723.057)	(532.299)
	32	42.945	(127.202)	42.945	(127.202)
	32.2	(40.347)	(72.011)	(36.644)	(60.676)
		(648.141)	(622.141)	(716.756)	(720.177)
		12.610.210	5.814.570	13.949.474	7.433.755
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
	13.2	436.062	133.135	436.062	10.653
	33	1.553.275	567.687	1.673.128	697.309
		1.989.337	700.822	2.109.190	707.962
		14.599.547	6.515.392	16.058.664	8.141.717
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
PESSOAL					
	32.1	1.046.692	866.253	1.092.683	953.156
	32.1	-	6.825	-	8.962
		1.046.692	873.078	1.092.683	962.118
TRIBUTOS					
		4.083.061	1.920.677	4.331.701	2.383.267
		436.614	14.792	814.814	574.076
		7.199	6.562	7.199	6.562
		747.720	649.624	793.737	705.283
		5.274.594	2.591.655	5.947.451	3.669.188
TERCEIROS					
	33	705.102	612.543	1.027.396	1.059.342
	33	211.520	20.294	221.768	33.247
		916.622	632.837	1.249.164	1.092.589
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS PRÓPRIOS					
		-	2.067.572	364.041	2.067.572
		333.637	-	377.323	-
		4.754.326	-	4.754.326	-
		688.900	350.250	688.900	350.250
		1.584.776	-	1.584.776	-
		7.361.639	2.417.822	7.769.366	2.417.822
		14.599.547	6.515.392	16.058.664	8.141.717

Na coluna do consolidado de 2021, inclui o resultado da controlada Amazonas GT para o período de seis meses entre 01/01/2021 a 30/06/2021, conforme descrito na Nota 2.1.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte (“Companhia” ou “Eletronorte”) é uma sociedade de economia mista, de capital fechado, autorizada a funcionar pelo Decreto nº 72.548 de 30 de julho de 1973, como concessionária de serviços públicos de energia elétrica, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletronorte. Sua sede está localizada em Brasília – DF, no SEPN Comércio Residencial Norte 504 - Asa Norte, Brasília - CEP, 70730-524

Estatutariamente, a Companhia tem por objeto social principal, dentre outras atividades: a) realizar estudos, projetos, construção, operação e manutenção de usinas geradoras, subestações, linhas de transmissão e sistemas de telecomunicações associados, distribuição e comercialização de energia elétrica e de transmissão de dados, voz e imagens, podendo para tanto importar e exportar energia elétrica, bem como celebrar atos de comércio decorrentes dessas atividades; b) associar-se, com ou sem aporte de recursos, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, que se destinem à exploração da geração ou transmissão de energia elétrica, sob o regime de concessão ou autorização, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

As operações da Companhia com geração de energia elétrica contam com 5 usinas hidrelétricas, com capacidade instalada de 9.109,80 MW (não auditado) e 2 usinas termelétricas com capacidade instalada de 109,09 MW (não auditado). Além disso, o total de 7 usinas incorporadas da Amazonas GT e 6 usinas termelétricas com capacidade instalada de 770,21 MW (não auditado).

A comercialização de energia elétrica ocorre por meio de contratos firmados com as concessionárias de distribuição, dos contratos de reserva de potência e fornecimento de energia elétrica, firmados com consumidores industriais, diretamente atendidos pela Companhia, de contratos oriundos de leilões de energia realizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e de leilões de compra e venda de energia elétrica, realizados por comercializadores ou consumidores livres. As eventuais diferenças entre a energia gerada e a vendida, na forma dos contratos descritos, são comercializadas por intermédio do mercado de curto prazo, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

A transmissão de energia em corrente alternada é administrada pela Companhia por um sistema composto de 11.099,03 Km (não auditado) de linhas de transmissão com 55 subestações (não auditado) no Sistema Interligado nacional - SIN e 190,20 Km (não auditado) de linhas de transmissão com 1 subestação no Sistema Isolado, totalizando 11.283,23 km (não auditado) de linhas de transmissão e 56 subestações (não auditado).

A Companhia possui Contratos de Concessão da Transmissão que asseguram o direito de receber Receita Anual Permitida (RAP).

A Companhia detém participação societária em 08 (oito) Sociedades de Propósitos Específicos (SPE) de geração e de transmissão de energia elétrica.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria Executiva da Companhia em 16 de março de 2022 e pelo Conselho de Administração em 19 de março de 2022.

1.1 – COVID-19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) caracterizou a propagação da COVID-19, doença causada pelo novo Coronavírus, como pandemia, fazendo com que os países adotassem abordagens que possibilitem a prevenção de infecções, a preservação da vida e a minimização dos impactos decorrentes da referida doença.

Em decorrência da pandemia, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria. Estas medidas resultaram em desaceleração da cadeia de suprimentos e significativo impacto na economia global.

A Eletronorte em sintonia com holding suas Controladas mantém acompanhamento diligente quanto a potencial materialização de impactos financeiros no que diz respeito à pandemia sobre a sua capacidade de pagamento de seus compromissos financeiros.

Neste sentido, constata-se que em 2021 a Companhia não observou impactos relevantes sobre a sua capacidade financeira ou de suas Controladas.

NOTA 2 – DESTAQUES 2021

2.1 – Incorporação da Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. - Amazonas GT

Em 28 de junho de 2021, os acionistas aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária da Eletronorte e da Amazonas GT o Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação de Incorporação da Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. - Amazonas GT pela Companhia retificaram a contratação da empresa especializada Impacto Consultores Associados S.S, bem como o respectivo Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido Contábil da Amazonas GT a ser vertido à Eletronorte e aprovaram a incorporação, cujo os efeitos ocorreram a partir do dia 01 de julho de 2021 na Companhia que passou a deter todos os direitos e obrigações da extinta controlada.

A incorporação teve como objetivo simplificar a estrutura legal e reduzir os custos administrativos, operacionais e fiscais, bem como, maximizar sua eficiência. Como resultado desta incorporação, a Amazonas GT foi extinta de pleno direito e a Companhia tornou-se sua sucessora, deixando de apresentar Demonstrações Financeiras Consolidadas. Desta forma a Eletronorte apresenta a coluna do consolidado em 31/12/2021, nos principais quadros DRE, DRA, DFC e DVA, considerando os saldos individuais de janeiro a dezembro de 2021 mais seis meses de janeiro a junho de 2021 da Amazonas GT.

Em 30 de junho 2021 foi constituída uma provisão de 120.474 para a Norte Brasil Transmissora de Energia - NBTE, e foi transferido para disponível para venda por R\$ 728.000 em setembro a companhia recebeu o pagamento no valor de R\$ 740.383 tendo uma atualização financeira de R\$ 12.383, reduzindo a perda para R\$ 108.092.

2.3 – Combustível

Por meio do Despacho Aneel nº 2.980 de 28/09/2021, o regulador aprovou o resultado da fiscalização e do reprocessamento mensal da CCC no período de julho de 2009 a junho de 2016, sob gestão das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, pagos às Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte a menor no montante de R\$ 116.273, atualizado pelo IPCA de agosto/2021, de forma que o valor seja reembolsado pela CCC à Eletronorte no prazo de 60 (sessenta) meses, em parcelas iguais, com a devida atualização pelo IPCA, sendo que o início dos reembolsos mensais teve início em janeiro de 2022. A Companhia reconheceu em setembro de 2021 a reversão da provisão no valor de R\$ 52.547 relacionado ao direito ao ressarcimento, bem como a atualização financeira do crédito no valor de R\$ 69.874 até dezembro/2021 reconhecido na conta de outras receitas financeiras.

2.4 – Capitalização da Eletrobras

Em fevereiro de 2021, foi editada a Medida Provisória - MP nº 1.031/2021, que possibilitou o início dos estudos da modelagem da desestatização da Eletrobras, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, e trouxe algumas modificações em relação ao texto do Projeto de Lei de desestatização da Eletrobras nº 5.877/2019.

Em abril de 2021, foi editado o Decreto nº 10.670/2021, que dispõe sobre a qualificação da Eletrobras no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos – PPI e a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização – PND, para início dos estudos necessários à estruturação do processo de capitalização da Eletrobras.

O Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos – CPPI aprovou a Resolução nº 176/2021, que atribuiu à Eletrobras a emissão e oferta das ações, após a conversão em lei da Medida Provisória nº 1.031/2021. O BNDES é o responsável pela execução e acompanhamento do processo de capitalização até o seu encerramento, devendo prestar apoio à Eletrobras no que for necessário.

Em julho de 2021, foi publicada no Diário Oficial da União, a Lei nº 14.182/2021, decorrente do Projeto de Lei de Conversão - PLV nº 7/2021 e da Medida Provisória nº 1.031/2021, que trata da desestatização da Eletrobras.

O modelo de desestatização prevê que o processo se dará pelo aumento do capital social, por meio de subscrição pública de ações ordinárias com renúncia do direito de subscrição pela União.

A Lei nº 14.182/2021 prevê a concessão de novas outorgas de concessões de geração de energia elétrica sob titularidade ou controle, direto ou indireto, da Eletrobras, que:

1. Tenham sido prorrogadas nos termos do art. 1º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (usinas “cotizadas”);
2. Tenham sido outorgadas por meio do Contrato de Concessão nº 007/2004-ANEEL-Eletronorte (Tucuruí e Curuá-Una); e

As usinas de geração da Eletronorte que serão impactadas no processo de desestatização, nos termos da Lei nº 14.182/2021, são as seguintes: Coaracy Nunes, Tucuruí e Coruá-Una.

Em dezembro de 2021, por meio da Resolução nº 30/2021, que alterou a Resolução nº 15/2021, o Conselho Nacional de Política Energética - CNPE determinou o valor do benefício econômico dos novos contratos de concessão de geração de energia elétrica em R\$ 67.052.502 para 22 usinas hidrelétricas da Eletrobras atingidas pela Lei nº 14.182/2021.

Sendo concluído o processo de desestatização, do montante de R\$ 67.052.502 serão deduzidos os créditos de R\$ 2.906.499, relativos ao reembolso pelas despesas comprovadas com aquisição de combustível, incorridas até 30 de junho de 2017, pelas concessionárias que foram controladas pela Eletrobras e titulares das concessões de que trata o art. 4º-A da Lei nº 12.111/2009, que tenham sido comprovadas, porém não reembolsadas, por força das exigências de eficiência econômica e energética de que trata o § 12 do art. 3º da referida Lei.

Em relação ao saldo a pagar de benefício econômico, após a dedução acima mencionada, a Eletrobras e suas controladas dará como contraprestação o seguinte:

1. pagamento de R\$ 25.379.080 à União, a título de bonificação pelas outorgas das 22 usinas hidrelétricas mencionadas acima, das quais 17 sairão do atual regime de cotas, que só remunera operação e manutenção, para o de produção independente de energia.
2. pagamento de R\$ 71.082.282, correspondente ao valor presente de R\$ 32.073.002 à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, pelo período de vinte e cinco anos, conforme o cronograma estabelecido na Resolução CNPE nº 30/2021:

Pagamentos anuais à CDE	
Em 30 dias da assinatura dos novos contratos de concessão	5.000.000
2023	574.629
2024	1.149.257
2025	1.723.886
2026	2.298.514
2027	2.873.143
De 2028 a 2047 (20 anos)	2.873.143
Total	71.082.282

3. aportes de recursos anuais, em 10 anos atualizados pelo Índice de Preços para o Consumidor Amplo - IPCA, ou por outro índice que vier a substituí-lo, para desenvolvimento de projetos que comporão: i) revitalização dos recursos hídricos das bacias hidrográficas na área de influência dos reservatórios das usinas hidrelétricas de Furnas, R\$ 230.000; ii) redução estrutural de custos de geração de energia na Amazônia Legal e navegabilidade dos Rios Madeira e Tocantins, R\$ 295.000; e iii) revitalização das Bacias do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba, R\$ 350.000. Totalizando o montante anual de R\$ 875.000.

As contraprestações supracitadas se tornarão obrigação efetiva quando for concluído o processo de desestatização.

Em 15 de fevereiro de 2022, no âmbito do processo TC 008.845/2018-2, houve aprovação pelo plenário do Tribunal de Contas da União - TCU, acerca da avaliação do cálculo do valor adicionado com os novos contratos de concessões de energia elétrica, a que alude a Lei nº 14.182/2021, e a consequente definição do valor do bônus de outorga.

No que respeita à segregação de ativos que não poderão ser privatizados, a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. – ENBpar foi criada para receber os ativos, os programas e contratos que não poderão ser mantidos na Eletrobras após a desestatização.

Em outubro de 2021, foi publicada, no Diário Oficial da União, a Portaria Normativa do Ministério de Minas e Energia - MME nº 556, que designa a ENBpar como órgão operacionalizador do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - “Luz Para Todos” e do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica na Amazônia Legal - Mais Luz para a Amazônia.

Em 22 de fevereiro de 2022, como parte do processo de desestatização, a Eletrobras realizou a 181ª Assembleia Geral Extraordinária de acionistas para deliberar sobre as matérias indicadas na Proposta da Administração, integrantes da ordem do dia, relativas à sua desestatização, à luz do disposto na Lei nº 14.182/2021 e nas Resoluções CPPI nº 203 e nº 221, ambas de 2021, sendo os 12 itens da ordem do dia aprovados pela maioria dos acionistas presentes e ressaltando que a União se absteve nas votações, conforme determinado na Lei nº 12.482/2021.

O TCU ainda analisará a modelagem e o formato da capitalização, que envolve ofertas de ações nas bolsas de valores do Brasil e do Estados Unidos. Esta etapa permitirá a sequência do processo de desestatização da Eletrobras.

2.5 – Indenização à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas/PA)

A Eletronorte, celebrou em 29 de dezembro de 2021, o Termo de Compromisso 001/2021, com a Semas/PA e doze prefeituras, para regular a transferência de recursos financeiros, no montante de R\$ 144 milhões, destinados aos planos de Inserção Regional da UHE Tucuruí (Pirtuc) e de Inserção Regional a Jusante da UHE Tucuruí (Pirjus), pelos compromissos assumidos decorrentes da responsabilidade social com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento regional e melhoria da condição de vida das comunidades da área de influência da Usina Tucuruí. A Eletronorte efetuou a quitação do termo de compromisso em dezembro de 2021.

2.6 – Extensão da Concessão

Os valores apresentados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE, que deram base às extensões de outorgas, foram registrados contabilmente de acordo com as determinações do CPC-04(R1) /IAS 38 - Ativo Intangível, mensurados a valor justo, como base nos parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, considerando os fluxos futuros esperados nesse novo período de concessão, bem como os valores das compensações calculados pela CCEE, vide nota 3.5.

Usinas / Complexos Hidrelétricos	Cálculo da CCEE - Impacto financeiro
Curuá-Una	18.525
Samuel	79.935
Tucuruí	2.930.845
	3.029.305

NOTA 3 – CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE ENERGIA ELÉTRICA

A Companhia detém diversas concessões e autorizações de energia elétrica nos segmentos de Geração e Transmissão e participações em SPEs que atuam nos respectivos segmentos, cujo detalhamento, capacidade instalada e prazos de vencimento estão listados a seguir:

3.1 – Usinas Hidrelétricas:

Item	Empreendimento	Contrato de Concessão	Prazo de Concessão	Município	Potência Instalada (MW)*
1	Tucuruí	Contrato de Concessão nº 007/2004-ANEEL	30/01/2026**	Tucuruí - PA	8.535,00
2	Curuá-Una	Contrato de Concessão nº 007/2004-ANEEL	06/09/2044**	Santarém - PA	30,30
3	Samuel	Contrato de Concessão nº 005/2011-ANEEL	30/05/2035**	Porto Velho - RO	216,75
4	Coaracy Nunes	Contrato de Concessão nº 02/2012-ANEEL	31/12/2042	Ferreira Gomes - AP	78,00
5	Balbina	Contrato de Concessão nº 02/2019- ANEEL	02/03/2027	Presidente Figueiredo - AM	249,75

(*) Não examinado pelos auditores independentes.

(**) A ANNEL, por meio das Resoluções 2.919/2021 e 2.932/2021, homologou a extensão dos prazos de concessão das usinas, no entanto, os termos aditivos aos Contratos de Concessão não foram assinados até a presente data. Vide nota 3.5.

A Lei nº 14.182/2021 prevê a concessão de novas outorgas de concessões de geração de energia elétrica sob titularidade ou controle, direto ou indireto, da Eletrobras, vide nota 2.4.

3.2 – Usinas Termelétricas:

Item	Empreendimento	Contrato de Concessão	Prazo de Concessão	Município	Potência Instalada (MW)*
1	Araguaia	Outorgada pela Resolução Autorizativa nº 5.682/2016, de 08.03.2016	Mantida sua operação até 2019 ou até a entrada em operação da Solução Estruturante para Suprimento às Cargas da Região do Baixo Araguaia, conforme Portaria nº 333 MME de 21.07.2018, publicada no D.O.U. de 22.07.2015. (**)	Querência - MT	23,10
2	Senador Arnon Afonso Farias de Mello	Outorgada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.425 de 31.08.2021	03/11/2030	Boa Vista - RR	85,99
3	Aparecida	Outorgada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.244, de 16.07.2013; Portaria MME nº 207, de 17.04.2019, prorrogou a autorização até 2030	06/07/2030	Manaus - AM	166,00
4	Mauá 3	Outorgada pela Resolução Autorizativa nº 4.950, de 27.11.2014.	27/11/2044	Manaus - AM	590,75
5	Codajás	Registro - CEG: UTE.GN.AM.000788-9.02	30/11/2030	Codajás - AM	4,57
6	Caapiranga	Registro - CEG: UTE.GN.AM.000340-9.0	30/11/2030	Caapiranga - AM	2,16
7	Anori	Registro - CEG: UTE.GN.AM.000105-8.02	30/11/2030	Anori - AM	4,57
8	Anamá	Registro CEG: UTE.GN.AM.000092-2.02	30/11/2030	Anamá - AM	2,16
9	UHE Santana	Outorgado pela Portaria MME nº 415 de 24.11.2020, publicada no DOU de 24.11.2020; Despacho ANEEL nº 3.341 de 26.11.2020 - publicada no DOU 27.11.2020 - operação comercial.	23/05/2021	Macapá - AP	36,00
10	UHE Santana II	Outorgado pela Portaria MME nº 406 de 06.11.2020, publicada no DOU de 06.11.2020; Despacho ANEEL nº 3.273 de 19.11.2020 - publicada no DOU 20.11.2020 - operação comercial.	05/07/2021	Macapá - AP	166,00

(*) Não examinado pelos auditores independentes.

(**) *Pedido de retomada da revogação da outorga à ANEEL por meio da CE CRR 0157/2019. Essa solicitação se encontra sobrestada em decorrência da tutela de urgência resultante da Ação Civil Pública nº 2803-97.2018.811.008. Reiteração do pedido de retomada da revogação da outorga pela Eletronorte em 26.05.2020, por meio da CE CRR 0079/2020, sem manifestação da ANEEL até o presente momento.*

3.3 – Sistema de Transmissão:

Item	Empreendimento	Contrato de Concessão	Prazo de Concessão	Município
1	Transmissão Rede Básica	058/2001	01/01/2043	AC, MA, MT, PA, PI, RO, RR, TO
2	LT São Luís 2 - São Luís 3 230kV SE São Luís 3 230/69kV	007/2008	17/03/2038	MA
3	LT Ribeiro Gonçalves - Balsas - 230 kV SE Ribeiro Gonçalves - 500/230/69 kV SE Balsas 230/69 kV	001/2009	28/01/2039	MA, PI
4	SE Miranda II - 500/230 kV (450 MVA)	002/2009	28/01/2039	MA
5	SE Coletora Porto Velho 500/230kV 2 Estações Conversoras CA/CC/CA Back-to-Back 400MW LT Coletora Porto Velho - Porto Velho - C1 e C2 - 230kV	010/2009	26/02/2039	RO
6	Estação Retificadora nº 01 CA/CC - 500/±600 kV - 3150 MW - Estação Inversora nº 01 CC/CA ±600/500 kV - 2950 MW	012/2009	26/02/2039	RO, SP
7	LT Jauru - Vilhena - Pimenta Bueno - Ji-Paraná - Ariquemes - Samuel - Porto Velho - C3 - 230kV	021/2009	19/11/2039	MT, RO
8	LT Porto Velho - Abunã - Rio Branco - C2 - 230kV	022/2009	19/11/2039	AC, RO
9	LT Jorge Teixeira - Lechuga (ex-Cariri) - 230 kV	009/2010	12/07/2040	AM
10	SE Lucas do Rio Verde 230/138 kV	004/2011	28/06/2041	MT
11	SE Miramar em 230/69 kV	012/2011	09/12/2041	PA
12	SE Tucuruí em 230/138 kV	012/2011	09/12/2041	PA
13	SE Nobres em 230/138 kV	013/2011	09/12/2041	MT
14	LT Lechuga - Jorge Teixeira, C3, 230 kV SE Lechuga, 230/138 kV 3x150 MVA	014/2012	07/05/2042	AM

3.4 – Sociedades de Propósito Específico (SPE)

3.4.1 – Empreendimentos em parceria

3.4.1.1 – Geração:

Item	Empreendimento	Contrato de Concessão	Prazo de Concessão	Município	Potência Instalada (MW)*
1	UTE Serra do Navio (Amapari)*	Outorgada pela Resolução Autorizativa nº 1.369 de 20.05.2008	20/05/2037	Serra do Navio-AP	23,30
2	UHE Dardanelos (Energética Águas da Pedra)	Contrato de Concessão nº 002/2007	07/03/2042	Aripuanã - MT	261,00
3	UHE SINOP (Companhia Energética Sinop S.A.)	Contrato de Concessão nº 001/2014	26/02/2049	Sinop - MT	400,00
4	UHE Belo Monte (Norte Energia)	Contrato de Concessão nº 001/2010	26/08/2045	Rio Xingu no Estado do Pará	11.233,10

* Amapari Alienação vide nota 13.3.1

3.4.1.2 – Transmissão:

Item	Empreendimento	Contrato de Concessão	Prazo de Concessão	Município
1	LT Xingu/Estreito e Estações Conversoras junto às respectivas subestações (BMTE)	014/2014	16/06/2044	PA, TO, GO, MG
2	LT Lechuga/Equador/Boa Vista e subestações associadas (TNE)	003/2012	25/01/2042	RR, AM

3.4.1.3 – Construtoras:

Item	SPE	Característica do empreendimento
1	Construtora Integração Ltda	Empresa constituída para construção do empreendimento da Norte Brasil Transmissora de Energia S/A
2	Manaus Construtora Ltda	Empresa constituída para construção do empreendimento da Manaus Transmissora de Energia S/A

*Nota em processo de liquidação

3.5 – Repactuação do Risco Hidrológico (Generation Scaling Factor – GSF)

Em setembro 2020, foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados usinas estruturantes, relacionados à diferença entre a garantia física outorgada na fase de motorização e os valores da agregação efetiva de cada unidade geradora motorizada ao SIN, (ii) restrições ao escoamento da energia das usinas estruturantes em função de atraso na entrada em operação ou de entrada em operação em condição técnica insatisfatória das instalações de transmissão de energia elétrica destinadas e (iii) por geração termelétrica que exceder aquela por ordem de mérito e importação de energia elétrica sem garantia física. Referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela ANEEL.

A ANEEL, por meio das resoluções 2.919/2021 e 2.932/2021, homologou a extensão das outorgas das usinas/complexos hidrelétricos.

No entanto, os termos aditivos referendando as vigências das novas datas para os complexos contemplados nas resoluções supramencionadas, ainda estão em fase de procedimentos administrativos para assinatura entre o concessionário e o regulador.

Usinas / Complexos Hidrelétricos	Prazo de extensão da outorga em dias	Resolução Homologatória
Curuá-Una	2.313	2.919/2021
Samuel	1.042	2.919/2021
Tucuruí	518	2.919/2021

A Administração da Companhia aprovou a repactuação dos do risco hidrológico, nos termos da Lei 14.052/2020.

Os valores apresentados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE, que deram base às extensões de outorgas, foram registrados contabilmente de acordo com as determinações do CPC-04(R1) /IAS 38 - Ativo Intangível e sua contrapartida no resultado de energia comprada para revenda, mensurados a valor justo, como base nos parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, considerando os fluxos futuros esperados nesse novo período de concessão, bem como os valores das compensações calculados pela CCEE, vide NE 15.

Usinas / Complexos Hidrelétricos

Cálculo da CCEE - Impacto financeiro

Curuá-Una	18.525
Samuel	79.935
Tucuruí	2.930.845
	3.029.305

NOTA 4 – BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4.1 - Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as informações financeiras individuais e as informações financeiras consolidadas, identificadas como Consolidado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e as disposições contidas na legislação societária brasileira. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

As demonstrações do valor adicionado - DVA apresentam informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e são apresentadas como informação suplementar, uma vez que sua apresentação não é requerida pela legislação societária brasileira para companhias de capital fechado.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir, sendo adotadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados, exceto quando indicados de outra forma.

A Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

4.2 Base de preparação e mensuração

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia, no processo de aplicação das práticas contábeis, as quais são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações. Aquelas transações, divulgações ou saldos que requerem maior nível de julgamento, que possuem maior complexidade e para as quais premissas e estimativas são significativas, estão divulgadas na Nota 5.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos E também pelo

intangível decorrente da Repactuação do Risco Hidrológico (GSF). O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas na data das transações e o valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação.

4.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia e suas investidas atuam. A moeda funcional utilizada pela Companhia e suas investidas é o Real (R\$) e as demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

4.4 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, com exceção da implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas a seguir.

4.4.1 Adoção de novas normas e interpretações

A Companhia não identificou impactos quanto às aplicações das alterações e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidos pelo IASB e pelo CPC, vigentes a partir de 1º janeiro de 2021, divulgados a seguir:

Revisão de pronunciamento técnico nº	Normas Revisadas:	Alteração:	Aplicável a partir de:
17	CPC 48 / IFRS 9; CPC 38 / IAS 39; CPC 40 / IFRS 7; CPC 11 / IFRS 4; e CPC 06 (R2) / IFRS 16	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (<i>LIBOR</i>). Esta alteração na norma inclui exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (<i>LIBOR</i>). Esta alteração não gerou impacto relevante nas demonstrações financeiras consolidadas. O arrendatário deve aplicar o benefício relacionado à Covid-19 concedido em contratos de arrendamento, reconhecendo o efeito cumulativo da aplicação inicial como um ajuste no saldo inicial dos lucros acumulados no início do período em que o arrendatário aplicar a revisão pela primeira vez. O arrendatário não precisa divulgar a informação requerida pelo item 28 (f) do CPC 23 - Políticas Contábeis, mudança de estimativa e Retificação de Erro.	01/01/2021
18	CPC 06 (R2) / IFRS 16	Esta alteração na norma inclui exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (<i>LIBOR</i>). Esta alteração não gerou impacto relevante nas demonstrações financeiras consolidadas.	01/01/2021

4.4.2- Novas normas e interpretações ainda não vigentes

A partir de 1º janeiro de 2022, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais a Companhia não realizou a adoção antecipada e está acompanhando as discussões. Até o momento, a Companhia não espera impactos significativos quando da adoção destas normas.

Revisão de Pronunciamento Técnico nº	Normas revisadas	Alteração	Aplicável a partir de
19	CPC 27/IAS 16	As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração.	01/01/2022
19	CPC 25/IAS 37	As alterações especificam que o 'custo de cumprimento' do contrato compreende os 'custos diretamente relacionados ao contrato'. As alterações são aplicáveis a contratos para os quais a entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações no início do período anual no qual a entidade aplica as alterações pela primeira vez.	01/01/2022
19	CPC 15/IFRS 3	As alterações fazem a IFRS 3 se referir à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Além disso, incluem a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37, o comprador aplica a IAS 37 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados.	01/01/2022
19	CPC 37/IFRS 1	As alterações indicam que a controlada que usa a isenção do item D16(a) pode escolher, em suas demonstrações contábeis, mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior no valor contábil que seria incluído na demonstração consolidada da controladora, caso nenhum ajuste seja feito para os procedimentos de consolidação e para os efeitos da combinação de negócios na qual a controladora adquiriu a controlada.	01/01/2022
19	CPC 48/IFRS 9	As alterações esclarecem que ao determinar as taxas pagas líquidas de taxas recebidas, o devedor inclui apenas taxas pagas ou recebidas entre o devedor e o credor, incluindo taxas pagas ou recebidas pelo devedor ou pelo credor em nome do outro.	01/01/2022

4.5 Bases de consolidação e investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas

Nas demonstrações financeiras individuais, as informações financeiras da controlada e dos empreendimentos controlados em conjunto, assim como das coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidas pelo seu valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da Companhia no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para as demonstrações financeiras consolidadas a controlada é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é detido pela Companhia e a consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Quando necessário, as demonstrações financeiras da controlada, controladas em conjunto e coligadas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas adotadas pela Companhia. A controlada, controladas em conjunto e coligadas estão substancialmente domiciliadas no Brasil.

a) Controladas

O controle é determinado quando a entidade está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com outra entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada. A Companhia possuía controlada apenas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Todas as transações, saldos, receitas, custos e despesas com a controlada da Companhia são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Para fins de equivalência patrimonial em suas investidas, foram utilizadas as participações societárias conforme quadro a seguir:

Empresas	Participação (%)	
	2021	2020
Amapari Energia S.A.	49,00	49,00
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	24,50	24,50
Companhia Energética Sinop	49,00	49,00
Construtora Integração Ltda	24,50	24,50
Energética Águas da Pedra S.A.	24,50	24,50
Manaus Construtora Ltda	30,00	30,00
Norte Energia S.A.	19,98	19,98
Transnorte Energia S.A.	49,00	49,00

b) Controlada em conjunto

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

c) Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre os quais a Companhia tem influência significativa, e que não se configura como uma controlada nem em uma controlada em conjunto, nota explicativa 13.3.

d) Participação direta da Companhia

As demonstrações financeiras das investidas, utilizadas para a determinação do valor da equivalência patrimonial, foram levantadas na mesma data das demonstrações financeiras da investidora. Entretanto, de acordo com as práticas contábeis, foram utilizadas as informações financeiras com base nos balancetes e demonstração financeira das investidas de 31 de dezembro de 2021. Desta forma, para fins de cálculo de equivalência patrimonial no encerramento deste exercício, foram utilizados balancetes e as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

4.6 Demonstração do valor adicionado (DVA)

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas à elaboração da Demonstração do Valor Adicionado – DVA e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações financeiras. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. O IFRS não exige a apresentação desta demonstração.

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

NOTA 5 – ESTIMATIVA E JULGAMENTO CONTÁBEIS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações nas notas explicativas.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este

período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia a materialização sobre o valor contábil de receitas, despesas, ativos e passivos são inerentemente incertas, por decorrer do uso de julgamento. Como consequência, a Companhia pode sofrer efeitos em decorrência de imprecisão nestas estimativas e julgamentos que sejam substanciais em períodos futuros, que podem ter efeito material adverso na sua condição financeira, no resultado de suas atividades e/ou nos seus fluxos de caixa.

A seguir, são apresentadas as principais premissas das estimativas contábeis avaliadas como as mais críticas pela Administração da Companhia, a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza utilizadas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos exercícios.

5.1 Ativo e passivo fiscais diferidos

As estimativas de lucro tributável, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e no plano estratégico, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido, nota explicativa 11.1.

5.2 Provisão para redução do valor recuperável de ativos de longa duração

A Administração da Companhia e de suas investidas adota variáveis e premissas em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração para determinação do valor recuperável desses ativos e reconhecimento de *impairment*, quando aplicável. Nesta prática são aplicados julgamentos baseados na experiência histórica na gestão do ativo, grupo de ativos ou unidade geradora de caixa que podem, eventualmente, não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada de seus ativos de longa duração, que representa as práticas determinadas pela ANEEL, aplicáveis sobre os ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, nota explicativa 16.

Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas pela Administração na determinação do fluxo de caixa futuro descontado, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos inerentemente incertos. Dentre estes eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, taxa de crescimento da atividade econômica no país, disponibilidade de recursos hídricos, além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica detidas pelas investidas da Companhia, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão. Neste ponto, foi adotada pela Administração a premissa, de acordo com o novo marco regulatório, utilizando-se o Valor Novo de Reposição (VNR) como parâmetro, sendo que, nos casos em que não houve determinação do valor final pelo regulador, foi utilizado o VNR ou o saldo contábil, entre os dois, o menor.

5.3 Obrigações atuariais

As obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes com base na expectativa de vida do participante, idade média de aposentadoria e inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente, nota 25.

5.4 Provisões e passivo contencioso

As provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis são reconhecidas quando há obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimarem os valores de forma confiável, com base na avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos. Os valores provisionados são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos das referidas contingências. Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis, nota explicativa 26.

5.5 Provisão para Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

A Companhia adotou a abordagem simplificada e calcula a perda esperada, com base na expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida útil do instrumento financeiro de acordo com o IFRS 9, que estabeleceu uma matriz de cálculo com base nas taxas de perda esperadas das contrapartes.

Considera-se um ativo financeiro inadimplente quando: (i) é improvável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito com a Companhia sem recorrer a ações como a garantia (se houver); ou (ii) o ativo financeiro expirou de acordo com as regras atuais.

5.6 Avaliação de instrumentos financeiros

A Administração da Companhia utiliza técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, como fluxos futuros contratuais esperados, prazos de recebimentos destes fluxos e taxas de desconto. A nota 34.5 apresenta as informações sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração da Companhia e suas investidas acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

5.7 Contratos onerosos

A Companhia utiliza de premissas relacionadas aos custos e benefícios econômicos de cada contrato para a determinação da existência ou não de um contrato oneroso. No caso de compromissos de longo prazo como compra e venda de energia, uma das estimativas críticas na determinação do montante de provisão para a venda futura do contrato é o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) médio histórico aprovado pela Administração da Companhia como premissa para o cálculo da provisão do contrato oneroso, exclusivamente para fins contábeis, assim como a taxa de desconto utilizada para os fluxos de caixa.

Os valores reais do PLD e/ou dos elementos considerados dentro da taxa de desconto ao longo dos anos podem ser superiores ou inferiores aos das premissas utilizadas pela Companhia. Adicionalmente, a Companhia pode ter contratos onerosos em concessões onde o atual custo esperado para a operação e manutenção não é coberto integralmente pelas receitas, nota explicativa 24.

5.8 Avaliação dos ativos contratuais de transmissão

Os ativos de transmissão da Companhia são tratados no escopo do CPC 47 – Receita de Contratos de Clientes e classificados como ativos de contrato. Todas as concessões de transmissão da Companhia e suas investidas estão classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15). O ativo contratual, nota 12 se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo Contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

O valor do ativo contratual da Companhia e suas investidas é formado substancialmente por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação e são revisitados a cada Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A Administração da Companhia utilizou as seguintes principais premissas para avaliar os ativos contratuais de transmissão:

- A RAP estipulada no contrato de concessão (*Bid* leilão ou renovação da concessão);
- Curva de investimento previsto anexado ao contrato de concessão, taxa de depreciação considerada no contrato de concessão;
- Taxa de retorno implícita do contrato obtida após a precificação das margens pelo fluxo de RAP esperado no momento da renovação ou celebração contratual em comparação ao fluxo de investimento esperado ou realizado;
- Atribuição de margens a partir do *Weighted Average Cost of Capital* (WACC) da Eletronorte com acréscimo de risco por componente de operação e construção;
- Inclusão da Parcela Variável (PV) como critério de risco baseado no histórico apurado.

5.9 Estimativa da taxa incremental de arrendamentos

Os arrendamentos vigentes não possuem sua taxa de juros implícita prontamente identificável, motivo pelo qual a Companhia considera a taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos de arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao tomar empréstimos, por prazo semelhante, para obter os recursos necessários para a aquisição de ativos com valores similares ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia obtém as taxas específicas que abrangem o prazo remanescente de cada contrato. Como não é possível determinar a taxa de juros implícita no arrendamento, a Companhia estima o custo de financiamento do arrendatário para determinação da taxa de desconto dos arrendamentos, nota 19.

5.10 Determinação da vida útil dos ativos

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A Companhia considera que a vida útil estimada de cada ativo é semelhante às taxas de depreciação determinadas pela ANEEL, as quais são tidas pelo mercado como aceitáveis por expressar adequadamente o tempo de vida útil dos bens.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

5.11 Determinação de controle

Em algumas circunstâncias julgamento é exigido para determinar se, depois de considerar todos os fatores relevantes, a Companhia possui controle, controle conjunto ou influência significativa sobre uma entidade. A influência significativa inclui situações de controle coletivo.

NOTA 6 – REAPRESENTAÇÃO DOS SALDOS DOS PERÍODOS COMPARATIVOS

Os reflexos desta reapresentação no balanço patrimonial, na demonstração do resultado, demonstração do fluxo de caixa, Demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do valor adicionado, estão apresentados a seguir conforme prevê o CPC 23/IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro.

6.1 Ajustes da base tributária da empresa incorporada Amazonas GT

Em 16 de março de 2020, após a anuência dos órgãos de governança da Eletronorte e da Eletrobras, bem como, da ANEEL e do SEST, foi concluída a transferência das ações da Amazonas GT da Eletrobras para a Centrais Elétricas do Norte do Brasil -S. A - Eletronorte, que a partir de então passou a ser detentora de direitos e obrigações advindas dessa aquisição.

Desta forma, em razão de apuração de impostos no regime não cumulativo, foi detectado o registro de créditos (ativo) de PIS/COFINS líquido, impactando no exercício de 2020, as seguintes rubricas no consolidado: investimento no montante de R\$ 486.832, patrimônio líquido no montante de R\$ 417.709 e R\$ 97.589 na rubrica de combustível para produção de energia elétrica (custos operacionais), no resultado de 2020. O impacto tributário foi negativo em R\$ 28.466 referente a CSLL corrente e diferida.

No resultado da controladora em 2020, houve um impacto líquido de R\$ 88.806 na rubrica de resultado de participações societárias, sendo R\$ 97.589 conforme mencionado no parágrafo acima e R\$ 8.783 de CSLL corrente e diferida.

6.2 Baixa de ativo imobilizado em curso

A Companhia realizou uma baixa de R\$ 287.789 no Ativo Imobilizado em Curso, no exercício de 2020, correspondente a imobilizados que estavam equivocadamente classificados como imobilizado em curso, a conclusão por esta baixa foi consequência do aprimoramento dos controles operacionais relativos a esta rubrica. Como no exercício de 2020 já havia sido registrado uma baixa no valor de R\$ 82.762 e uma provisão de R\$ 84.375 os valores foram revertidos em 2020. A reversão da provisão impactou no imposto de renda e contribuição social diferidos no valor de R\$ 28.687.

6.3 Baixa de atualização monetária de depósitos judiciais

A carteira de depósitos judiciais sofria correção até 2020 pelo índice da poupança. Em 2021 essa métrica foi revista, pois foi constatado que a base de depósito cíveis é vinculada a Taxa Referencial -TR, e que desde setembro de 2017 até novembro de 2021 o índice correspondeu a zero. Razão pela qual a Companhia reapresentou os saldos de dezembro de 2020 para demonstrar os valores dos depósitos com atualização adequada. O valor da baixa total é de R\$ 90.462, sendo R\$ 85.685 de exercícios anteriores a 2019 e R\$ 4.776 do exercício de 2020. O impacto tributário de CSLL no patrimônio líquido foi de R\$ 7.712 e R\$ 430 no resultado.

6.4 Impacto de Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia reapresentou os impactos de imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos. Em 2019, com o efeito da despesa de R\$ 85.685 decorrente dos depósitos (nota 6.3), ensejou em uma redução na CSLL corrente de R\$ 5.398 e R\$ 2.314 de CSLL diferida.

Para o ano de 2020 os efeitos fiscais, decorrentes dos itens 6.1 a 6.3, foram de R\$ 19.625 de CSLL correntes e R\$ 37.098 diferido.

Adicionalmente, foi recalculado a base de cálculo dos tributos IRPJ e CSLL de 2020 que ensejou uma redução no valor de R\$ 23.631 de impostos correntes e complemento de R\$ 39.907 de impostos diferidos.

6.5 – Reclassificação de receita com Remensurações regulatórias – Contratos de Transmissão

Em dezembro de 2020, em decorrência das orientações do Ofício Circular CVM/SNC/SEP 04/2020, emitido em 1º de dezembro de 2020, a Companhia, realizou a remensuração dos seus ativos de transmissão - RBSE, até então classificados como ativos financeiros e passando a tratar como ativo de contrato nos termos do CPC 47- Receita de Contratos com Clientes. Como consequência, remensurou seus demais ativos de transmissão considerando as novas premissas estabelecidas na orientação emitida pela CVM e houve a necessidade de reapresentação dos saldos destes ativos como ativos de contratos, conforme prevê o CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com Cliente.

Em 2020 valor de R\$ 971.325 foi divulgado na demonstração de resultado dentro do grupo de receita operacional líquida. A companhia reapresentou na demonstração do resultado de 2020 na linha de Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão após o resultado bruto.

Os reflexos desta reapresentação refletem nas seguintes peças contábeis: demonstração do resultado, demonstração do fluxo de caixa, demonstração do resultado abrangente e demonstração do valor adicionado, estão apresentados conforme prevê o CPC 23/IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro.

6.6 Rerratificação da destinação do resultado do exercício de 2020

Em 27 de outubro de 2021 o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Assembleia Geral Extraordinária – AGE, deliberou a proposta de rerratificação da destinação do resultado do exercício de 2020, conforme detalhado abaixo:

A reserva de retenção de lucros R\$ 2.268.152 foi utilizada integralmente para abater as perdas da aquisição da Amazonas GT. A proposta de pagamento de reserva de dividendos não distribuídos foi reduzida em R\$ 535.537 e foi constituído o pagamento de dividendos do exercício de 2020 no valor de R\$ 535.537.

6.7 Outras reclassificações

Para fins de adequação às práticas de divulgação estabelecidas pela Holding, a Companhia reclassificou alguns valores conforme descrito abaixo:

6.7.1 DVA

Montante de R\$ 649.624 na controlada e R\$ 705.283 no consolidado da rubrica de Encargos de Uso da Rede de Transmissão do grupo de Valor Adicionado Bruto para Valor Adicionado a Distribuir – Tributos.

6.7.2 DFC

Montante de R\$ 6.675 da rubrica Recebimento remuneração de participações societárias do grupo de atividades operacionais para atividade de investimento.

Balanço Patrimonial

ATIVO	NOTA	CONTROLADORA						CONSOLIDADO		
		01/01/2020 (Apresentado anteriormente)	Ajustes	01/01/2020 (Reapresentado)	31/12/2020 (Apresentado anteriormente)	Ajustes	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2020 (Apresentado anteriormente)	Ajustes	31/12/2020 (Reapresentado)
CIRCULANTE										
Imposto de renda e contribuição social	6.4	122.914	5.398	128.312	160.196	29.330	189.526	160.196	9.404	169.600
Tributos a recuperar		1.758	-	1.758	5.258	-	5.258	35.668	108.869	144.537
Outros Ativos Circulantes		3.477.538	-	3.477.538	4.431.285	-	4.431.285	5.575.487	-	5.575.487
		3.602.210	5.398	3.607.608	4.596.739	29.330	4.626.069	5.771.351	118.273	5.889.624
NÃO CIRCULANTE										
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO										
Impostos e contribuições sociais diferidos	6.4	653.130	2.314	655.444	269.604	(66.152)	203.452	269.604	(74.692)	194.912
Cauções e depósitos vinculados	6.3	662.228	(85.686)	576.542	242.223	(90.462)	151.761	296.830	(90.462)	206.368
Investimento	6.1	4.963.474	-	4.963.474	4.812.907	486.832	5.299.739	4.746.916	-	4.746.916
Imobilizado	6.2	5.933.726	(287.789)	5.645.937	5.462.897	(120.652)	5.342.245	8.013.470	(120.652)	7.892.818
Outros Ativos não circulante		11.472.158	-	11.472.158	9.112.550	-	9.112.550	10.544.028	-	10.544.028
		23.684.716	(371.161)	23.313.555	19.900.181	209.566	20.109.747	23.870.848	(285.806)	23.585.042
TOTAL DO ATIVO		27.286.926	(365.763)	26.921.163	24.496.920	238.896	24.735.816	29.642.199	(167.533)	29.474.666

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	CONTROLADORA						CONSOLIDADO		
		01/01/2020 (Apresentado anteriormente)	Ajustes	01/01/2020 (Reapresentado)	31/12/2020 (Apresentado anteriormente)	Ajustes	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2020 (Apresentado anteriormente)	Ajustes	31/12/2020 (Reapresentado)
CIRCULANTE										
Tributos a recolher		16.290	-	16.290	12.438	-	12.438	426.866	(406.429)	20.437
Outros Passivos Circulantes		4.024.044	-	4.024.044	5.644.528	-	5.644.528	7.001.367	-	7.001.367
		4.040.334	-	4.040.334	5.656.966	-	5.656.966	7.428.233	(406.429)	7.021.804
NÃO CIRCULANTE										
Outros Passivos Não Circulantes		5.953.717	-	5.953.717	3.832.773	-	-	7.206.785	-	7.206.785
		5.953.717	-	5.953.717	3.832.773	-	-	7.206.785	-	7.206.785
TOTAL DO PASSIVO		9.994.051	-	9.994.051	9.489.739	-	5.656.966	14.635.018	(406.429)	14.228.589
PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
Capital social		11.576.263	-	11.576.263	11.576.263	-	11.576.263	11.576.263	-	11.576.263
Reservas de lucros		5.914.384	-	5.914.384	3.725.405	-	3.725.405	3.725.405	-	3.725.405
Lucros Acumulados	6.2 e 6.3	-	(365.763)	(365.763)	-	238.896	238.896	-	238.896	238.896
Outros resultados abrangentes acumulados		(197.772)	-	(197.772)	(294.487)	-	(294.487)	(294.487)	-	(294.487)
		17.292.875	(365.763)	16.927.112	15.007.181	238.896	15.246.077	15.007.181	238.896	15.246.077
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		27.286.926	(365.763)	26.921.163	24.496.920	238.896	20.903.043	29.642.199	(167.533)	29.474.666

Demonstração do resultado do Exercício

	NOTA	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
		31/12/2020 (Apresentado anteriormente)	Ajustes	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2020 (Apresentado anteriormente)	Ajustes	31/12/2020 (Reapresentado)
OPERAÇÕES CONTINUADAS							
Receita Operacional Líquida	6.5	5.948.277	(971.325)	4.976.952	8.356.775	(971.325)	7.385.450
CUSTOS OPERACIONAIS	6.1	(2.198.334)	-	(2.198.334)	(3.665.905)	97.589	(3.568.316)
RESULTADO BRUTO		3.749.943	(971.325)	2.778.618	4.690.870	(873.736)	3.817.134
DESPESAS OPERACIONAIS	6.2	(968.502)	167.137	(801.365)	(1.419.119)	167.137	(1.251.982)
Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão	6.5	-	971.325	971.325	-	971.325	971.325
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		2.781.441,00	167.137	2.948.578	3.271.751	264.726	3.536.477
RESULTADO FINANCEIRO	6.3	(40.079)	(4.776)	(44.855)	(357.256)	(4.776)	(362.032)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		2.741.362	162.361	2.903.722	2.914.495	259.950	3.174.445
Resultado das Participações Societárias	6.1	44.329	88.806	133.135	10.653	-	10.653
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS		2.785.690	251.167	3.036.857	2.925.148	259.950	3.185.098
Imposto de renda e contribuição social correntes	6.4	(159.791)	23.932	(135.859)	(261.608)	17.784	(243.824)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.4	(414.710)	(68.466)	(483.176)	(452.351)	(71.101)	(523.452)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		2.211.189	206.633	2.417.822	2.211.189	206.633	2.417.822

Demonstração do resultado abrangente

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/12/2020 (Apresentado anteriormente)	Ajustes	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2020 (Apresentado anteriormente)	Ajustes	31/12/2020 (Reapresentado)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	2.211.189	206.633	2.417.822	2.211.189	206.633	2.417.822
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE						
Ganhos (Perdas) atuariais	(127.508)	-	(127.508)	(131.204)	-	(131.204)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30.793	-	30.793	30.793	-	30.793
	(96.715)	-	(96.715)	(100.411)	-	(100.411)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	2.114.474	206.633	2.321.107	2.110.778	206.633	2.317.411

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	NOTA	RESERVAS DE LUCROS							PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
		CAPITAL SOCIAL	LEGAL	RESERVA INCENTIVO FISCAL	RETENÇÃO DE LUCROS	RESERVA ESPECIAL DE DIVIDENDOS NÃO DISTRIBUÍDOS	LUCRO / PREJUÍZOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	
Salto em 01 de janeiro de 2020 (Apresentado anteriormente)		11.576.263	640.909	1.394.884	2.268.152	2.014.442	(404.003)	(197.772)	17.292.875
Ajuste de exercício anterior		-	-	-	-	-	(365.762)	-	(365.762)
Saldo em 01 de janeiro de 2020 (Reapresentado)		11.576.263	640.909	1.394.884	2.268.152	2.014.442	(769.765)	(197.772)	16.927.113
Em 31 de dezembro de 2020 (Apresentado anteriormente)		11.576.263	733.562	1.753.003	535.537	703.303	-	(294.487)	15.007.181
Dividendos Declarados	6.6	-	-	-	-	535.537	(535.537)	-	-
Reversão de Reserva Retenção de Lucros (a)	6.6	-	-	-	(535.537)	-	535.537	-	-
Ajuste de exercício anterior - aquisição AmGT		-	-	-	-	-	398.027	-	398.027
Ajuste de exercício anterior	6.2 e 6.3	-	-	-	-	-	(159.131)	-	(159.131)
Em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)		11.576.263	733.562	1.753.003	-	1.238.840	238.896	(294.487)	15.246.077

(a) Em julho de 2021 a Companhia realizou a incorporação de sua controlada Amazonas GT, absorvendo um prejuízo elevado de sua controlada, quando no final do ano de 2021, foi utilizado primeiramente o Lucro do Exercício e posteriormente a Reserva de Retenção de Lucros para compensar este prejuízo. Desta forma, na proposta original não estava previsto distribuir os lucros de 2020, entretanto, a Eletronorte realizou uma nova AGE, em 27 de outubro de 2021, na qual reduziu o saldo da destinação de reservas para suportar o valor dos dividendos distribuídos do exercício de 2020, sem modificar o saldo do Patrimônio Líquido, em 31 de dezembro de 2020.

Demonstração dos fluxos de caixa

	Nota	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
		31/12/2020 (Apresentado anteriormente)	Ajustes	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2020 (Apresentado anteriormente)	Ajustes	31/12/2020 (Reapresentado)
ATIVIDADES OPERACIONAIS							
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		2.785.690	251.167	3.036.857	2.925.148	251.167	3.176.315
Ajustes para conciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações				-			-
Variação monetária passiva	6.3	177.456	4.776	182.232	230.660	4.776	235.436
Resultado de equivalência patrimonial	6.1	(44.329)	(88.806)	(133.135)	(10.653)	(88.806)	(99.459)
Redução ao valor recuperável de ativos (reversão)	6.2	211.577	(84.375)	127.202	211.577	(84.375)	127.202
Baixa de ativo imobilizado e intangível	6.2	-	(82.762)	(82.762)	-	(82.762)	(82.762)
Margem de construção	6.5	(1.046.753)	971.325	(75.428)	(1.043.218)	971.325	(71.893)
Efeito Revisão Tarifária	6.5	-	(971.325)	(971.325)	-	(971.325)	(971.325)
Outros ajustes para conciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações		(784.188)	-	(784.188)	9.392	-	9.392
		1.299.453	-	1.299.453	2.322.906	-	2.322.906
(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais		325.974	-	325.974	(592.637)	-	(592.637)
Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais		731.021	-	731.021	952.816	-	952.816
		1.056.995	-	1.056.995	360.179	-	360.179
Caixa proveniente das atividades operacionais		2.356.448	-	2.356.448	2.683.085	-	2.683.085
Outros ajustes para conciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações		637.439	(6.675)	630.764	576.921	(6.675)	570.246
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		2.993.887	(6.675)	2.987.212	3.260.006	(6.675)	3.253.331
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO							
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(2.043.330)	-	(2.043.330)	(2.054.112)	-	(2.054.112)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO							
Caixa líquido aplicado das atividades de investimento		(953.511)	6.675	(946.836)	(1.216.522)	6.675	(1.209.847)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		(2.954)	-	(2.954)	(10.628)	-	(10.628)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		4.099	-	4.099	80.772	-	80.772
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		1.145	-	1.145	70.144	-	70.144

Demonstração do valor adicionado

	Nota	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
		31/12/2020 (Apresentado anteriormente)	Ajustes	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2020 (Apresentado anteriormente)	Ajustes	31/12/2020 (Reapresentado)
RECEITAS (DESPESAS)							
Receitas de vendas de energia e serviços	6.5	7.118.557	(971.325)	6.147.232	10.383.774	(971.325)	9.412.449
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		63.868	-	63.868	(342.358)	-	(342.358)
		7.182.425	(971.325)	6.211.100	10.041.416	(971.325)	9.070.091
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS							
Materiais, serviços e outros	6.2 e 6.7	(1.080.425)	732.386	(348.039)	(481.923)	788.045	306.122
Combustível		(1.764)	-	(1.764)	(1.722.712)	97.589	(1.625.123)
Outros Insumos Adquiridos De Terceiros		(395.912)	-	(395.912)	(568.483)	-	(568.483)
		(1.478.101)	732.386	(745.715)	(2.773.118)	885.634	(1.887.484)
Efeito Revisão tarifária	6.5	-	971.325	971.325	-	971.325	971.325
VALOR ADICIONADO BRUTO		5.704.324	732.386	6.436.710	7.268.298	885.634	8.153.932
RETENÇÕES							
Redução ao valor recuperável	6.2	(211.577)	84.375	(127.202)	(211.577)	84.375	(127.202)
Outras retenções		(494.939)	-	(494.939)	(592.975)	-	(592.975)
		(706.516)	84.375	(622.141)	(804.552)	84.375	(720.177)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		4.997.808	816.761	5.814.569	6.463.746	970.009	7.433.755
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA							
Resultado de participações societárias	6.1	44.329	88.806	133.135	10.653	-	10.653
Receitas financeiras		567.687	-	567.687	697.309	-	697.309
		612.016	88.806	700.822	707.962	-	707.962
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		5.609.824	905.567	6.515.391	7.171.708	970.009	8.141.717
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO							
PESSOAL							
		873.078	-	873.078	962.118	-	962.118
TRIBUTOS							
Federal	6.4	1.876.142	44.534	1.920.676	2.329.950	53.317	2.383.267
Encargos de uso da rede de transmissão	6.7	-	649.624	649.624	-	705.283	705.283
Outros tributos		21.354	-	21.354	580.638	-	580.638
		1.897.496	694.158	2.591.654	2.910.588	758.600	3.669.188
TERCEIROS							
Despesas financeiras	6.3	607.767	4.776	612.543	1.054.566	4.776	1.059.342
Arrendamentos e aluguéis		20.294	-	20.294	33.247	-	33.247
		628.061	4.776	632.837	1.087.813	4.776	1.092.589
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS							
Lucros a distribuir		1.860.939	206.633	2.067.572	1.860.939	206.633	2.067.572
Outras Remunerações De Capitais Próprios		350.250	-	350.250	350.250	-	350.250
		2.211.189	206.633	2.417.822	2.211.189	206.633	2.417.822
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		5.609.824	905.567	6.515.391	7.171.708	970.009	8.141.717

NOTA 7 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
Caixa e Bancos	30.209	622	61.859
Aplicações Financeiras (a)	3.320	523	8.285
Total	33.529	1.145	70.144

(a) As aplicações financeiras referem-se aos recursos aplicados em operações compromissadas nos fundos de investimentos em que a Eletronorte possui recursos investidos. Estas operações possuem garantia de recompra diária pelos fundos, a uma taxa previamente estabelecida entre as partes e são lastreadas em títulos públicos. Em 31/12/2021, as operações compromissadas, com vencimento em 03/01/2022, eram de 9,15%, o que correspondia a 100% do CDI.

Prática Contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses.

Os saldos considerados como equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e à gestão de caixa da Companhia.

NOTA 8 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Títulos	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
Circulante			
Letra do Tesouro Nacional	2.629.862	991.476	1.252.201
Nota do Tesouro Nacional - série F	53.723	196.176	196.176
Op. Compromissadas	380.568	51.937	51.937
	3.064.153	1.239.589	1.500.314
Não Circulante			
Outros	110	103	103
	110	103	103
Total	3.064.263	1.239.692	1.500.417

As aplicações financeiras são realizadas, principalmente, em fundos de investimentos, lastreadas em títulos do Tesouro Nacional, realizadas com o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal, conforme determina a legislação específica para as sociedades de economia mista. Os fundos demonstrados no quadro acima possuem alta liquidez, baixo risco de crédito e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a rentabilidade média correspondeu a 50,86% do rendimento do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

Com exceção do fundo exclusivo, os demais fundos presentes na carteira de investimento da Eletronorte possuem liquidez diária. No que diz respeito ao fundo exclusivo, apesar de ser composto por títulos com vencimentos mais longos, pode ser liquidado com prazo de um dia e faz parte da estratégia de maximização do retorno das aplicações financeiras da empresa.

O fundo exclusivo tem como objetivo a aplicação dos recursos em carteira composta exclusivamente por títulos de emissão do Tesouro Nacional e demais modalidades operacionais,

disponíveis no âmbito do mercado financeiro, atreladas à taxa de juro doméstica/índice de preços. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a rentabilidade do Fundo Exclusivo foi de -4,48%, o que correspondeu a -101,38% do CDI.

8.1 – Circulante

A Companhia e suas investidas classificam os títulos e valores mobiliários pelo valor justo, ou seja, o valor dos títulos negociados no mercado atual em condições usuais.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	31/12/2021				31/12/2020			
	Valor de Custo	Valor Justo	Ajuste Líquido	% Participação	Valor de Custo	Valor Justo	Ajuste Líquido	% Participação
Fundos de Investimentos								
Fundo BB Extramercado Exclusivo 10	99.936	94.460	(5.475)	100%	66.276	69.749	3.473	100%
NTN-B	-	-	-	-	-	-	-	-
LTN	59.839	56.602	(3.237)		37.184	38.024	840	
NTN-F	40.097	37.858	(2.238)		29.092	31.725	2.633	
Outros Fundos	2.998.685	2.969.803	(28.991)		1.167.762	1.169.943	2.181	
Operações Compromissadas	380.568	380.568			51.937	51.937		
LTN	2.602.240	2.573.260	(28.979)		951.281	953.452	2.171	
NTN-F	15.877	15.865	(12)		164.441	164.451	10	
Outros	-	110	-		103	103	-	
TOTAL	3.098.621	3.064.263	(34.466)		1.234.038	1.239.692	5.654	

Prática Contábil

A Companhia aplica recursos em títulos e valores mobiliários com vencimentos de longo prazo e, apesar destas datas de vencimento, a Companhia possui programa de investimento de curto prazo para a utilização desses recursos antes do vencimento. Sua classificação em circulante e não circulante considera o fato dos títulos classificados no curto prazo serem mantidos para negociação ativa e frequente, possuindo liquidez imediata e intenção de aplicação no plano de investimentos da Companhia. Tais instrumentos são ajustados ao valor justo por meio do resultado.

NOTA 9 – CLIENTES

As contas a receber de clientes decorrem da venda de energia elétrica e da disponibilização do sistema de transmissão a consumidores e concessionários de energia elétrica, conforme demonstrado a seguir:

	CONTROLADORA					31/12/2020
	31/12/2021					
	A vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos + de 90 dias	Créditos Renegociados	Total	Total
Circulante						
Suprimento/Fornecimento de Energia (a)	910.331	83.775	97.890	-	1.091.996	313.574
Energia Elétrica de Curto Prazo - CCEE (b)	138.943	45.391	1.950	-	186.284	160.428
Uso da Rede Elétrica (c)	233.585	5.752	13.593	-	252.930	298.745
Conexão/Disponibilização ao Sistema de Transmissão	10.414	-	-	-	10.414	9.803
Comercialização de energia	-	-	-	-	-	-
Roraima Energia	-	-	-	65.373	65.373	-
CGT eletrosul	-	-	-	51.631	51.631	51.322
Equatorial Energia	-	-	-	94.011	94.011	-
Amazonas Energia	-	28.438	-	371.557	399.995	-
(-) PECLD - Renegociação	-	(2.155)	-	(95.293)	(97.448)	(51.322)
(-) PECLD (d)	(120.701)	(18.262)	(28.211)	-	(167.174)	(72.682)
	1.172.572	142.939	85.222	487.279	1.888.012	709.868
Não Circulante						
Suprimento/Fornecimento de Energia	-	-	-	1.867.617	1.867.617	820.973
(-) PECLD (d)	-	-	-	(832.039)	(832.039)	(820.973)
	-	-	-	1.035.578	1.035.578	-
Total Clientes	1.172.572	142.939	85.222	1.522.857	2.923.590	709.868

CONSOLIDADO					
31/12/2020					
	A vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos + de 90 dias	Créditos Renegociados	Total
Circulante					
Suprimento/Fornecimento de Energia (a)	782.607	149.074	97.227	-	1.028.908
Energia Elétrica de Curto Prazo - CCEE (b)	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica (c)	274.934	7.650	28.737	-	311.321
Conexão/Disponibilização ao Sistema de Transmissão	9.795	9	-	-	9.804
Comercialização de energia	12.052	38.706	109.238	-	159.996
Renegociação					
Renegociação CGT Eletrosul	-	-	-	51.322	51.322
Renegociação Amazonas Distribuidora de Energia S..	-	-	-	97.009	97.009
(-) PECLD - Renegociação	(51.322)	-	-	-	(51.322)
(-) PECLD (d)	(192.018)	(38.931)	(30.701)	-	(261.650)
	836.048	156.508	204.501	148.331	1.345.388
Não Circulante					
Suprimento/Fornecimento de Energia	-	-	-	2.212.871	2.212.871
(-) PECLD (d)	-	-	(727.478)	(423.771)	(1.151.249)
	-	-	(727.478)	1.789.100	1.061.622
Total Clientes	836.048	156.508	(522.977)	1.937.431	2.407.010

9.1 Consumidores, concessionárias e permissionárias

a) Suprimento/Fornecimento de Energia

Créditos a receber decorrentes da venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre.

O aumento no suprimento de energia em 31 de dezembro de 2021 quando comparado ao mesmo período de 2020 se deve, principalmente, em função de reajustes anuais dos preços de energia e aumento no nível de despacho de energia solicitado pelo ONS para as usinas de Mauá 3 e Aparecida.

b) Energia Elétrica de Curto prazo – CCEE

Créditos a receber decorrentes da liquidação das diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados e os montantes de geração ou consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes da CCEE.

c) Uso de Rede Elétrica

Créditos a receber decorrentes do uso da rede de transmissão pelos usuários conectados à rede

d) Provisão para Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

A Companhia constitui e mantém provisões a partir de análise dos valores constantes das contas a receber vencidas e a vencer, analisando o histórico de perdas e a expectativa da Companhia com relação a perdas esperadas sobre os créditos, cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas esperadas na realização desses ativos a vencer e vencidos.

As movimentações na provisão nos períodos de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são as seguintes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
Saldo inicial	(944.978)	(1.006.890)	(1.006.890)
(+) Constituição	(241.561)	(75.439)	(530.471)
(-) Reversão / Baixas	692.394	137.351	186.157
Incorporação da Amazonas GT	(602.517)	-	(113.017)
Saldo final	(1.096.662)	(944.978)	(1.464.221)

A Companhia em 31 de dezembro de 2021 apresentou um saldo de R\$ 1.096.662 (em 31 de dezembro de 2020 – R\$ 944.978) de provisão de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa. Do montante de R\$ 241.561 de provisão constituída, quase a totalidade do valor é da Amazonas Distribuidora. Do montante de reversão de R\$ 692.394, destaca-se:

- i) R\$ 189.756 do suprimento de energia da Amazonas Distribuidora;
- ii) R\$ 132.970 da renegociação da Equatorial/CE;
- iii) R\$ 144.817 decorrente dos créditos da CGT Eletrosul.

9.2 - Acordo de Renegociação de Dívidas – ARD - Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA

No dia 02 de maio de 2021 o Conselho de Administração aprovou:

- a) a novação dos Instrumentos de Reconhecimento e Parcelamento de Dívidas e Outras Avenças aprovado pelo Conselho de Administração, de 09 de novembro de 2017, e o Contrato de Compra e Venda de Instalações aprovado em 10 de maio de 2018, ambos entre a Eletronorte e a CEA, para o valor total de R\$ 220.883;
- b) o Acordo de Renegociação de Dívidas - ARD que regula os direitos e obrigações dos credores e devedores no âmbito do equacionamento das dívidas da CEA, com vistas a sua desestatização.

Em novembro de 2021, ocorreu a efetivação das condições previstas no Acordo de Renegociação de Dívida da Companhia de Eletricidade do Amapá ("CEA"), em função da assinatura do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças.

O Acordo gera maior previsibilidade de recebimento pela Eletronorte, estando previsto que a Eletronorte receberá: (a) pelo subcrédito- A: R\$ 93 milhões em parcela única e 23 (vinte e três) parcelas mensais, no valor de R\$ 5,5 milhões cada uma, acrescidas de atualização de CDI +2,7% ao ano;(b) pelo subcrédito- B, o valor de R\$ 36 milhões em parcela única e 23 (vinte e três) parcelas mensais no valor a de R\$ 2,1 milhões.

A CEA, no caso de pagamento pontual ou antecipado de cada uma das parcelas do subcrédito- A, ficará desobrigada de quitar a parcela de mesmo número do subcrédito- B.

A concretização do referido Acordo representa um importante passo na recuperação e previsibilidade de recebimento dos referidos créditos pela Eletronorte, que poderá, à medida que houver os recebimentos, avaliar a reversão da provisão, a luz da sua política contábil.

9.3 - Acordo de Renegociação Amazonas Distribuidora de Energia S.A

O saldo a receber de R\$ 487.279 no ativo circulante e R\$ 1.035.578 no ativo não circulante refere-se às renegociações de dívidas com a Amazonas Energia, pactuadas por meio de 4 (quatro) Instrumentos de Confissão de Dívida (ICDs) firmados até o momento.

- i. Em 19 de setembro de 2019 foi assinado o primeiro Instrumento Particular de Confissão de Dívida entre a Amazonas Energia e a Amazonas GT, no montante de R\$ 291.027. O

prazo de carência do principal foi até outubro de 2020. Os pagamentos estão sendo realizados em 36 (trinta e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, sendo que a primeira parcela de amortização do principal foi paga em novembro de 2020 e o cliente atualmente encontra-se adimplente com relação a esta dívida. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2021 corresponde a R\$ 187.555.

- ii. Em 19 de outubro de 2020 foi assinado o segundo Instrumento Particular de Confissão de Dívida entre a Amazonas Energia e a Amazonas GT, referente aos CCVE's dos PIE's da capital, no montante de R\$ 841.178. O prazo de carência do principal foi até fevereiro de 2021. Os pagamentos estão sendo realizados em 56 (cinquenta e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, sendo que a primeira parcela de amortização do principal foi paga em março de 2021 e o cliente atualmente encontra-se adimplente com relação a esta dívida. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2021 corresponde a R\$ 353.833.
- iii. Em 31 de dezembro de 2020 foi assinado o terceiro Instrumento Particular de Confissão de Dívida entre a Amazonas Energia e a Amazonas GT, referente ao CCVE de Balbina, no montante de R\$ 372.262. O prazo de carência do principal foi até abril de 2021. Os pagamentos estão sendo realizados em 36 (trinta e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, sendo que a primeira parcela de amortização do principal foi paga em maio de 2021 e o cliente atualmente encontra-se adimplente com relação a esta dívida. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2021 corresponde a R\$ 321.689.
- iv. Em 21 de julho de 2021 foi assinado o quarto Instrumento Particular de Confissão de Dívida entre a Amazonas Energia e a Eletronorte (incorporadora da Amazonas Geração e Transmissão S.A.), referente às faturas de Operação e Manutenção ("O&M") e Potência dos contratos dos Produtores Independentes de Energia ("PIEs"), localizados na capital de Manaus, vencidos entre novembro/2020 a julho/2021. O valor pactuado é de R\$ 808.750 atualizados até 06 de julho de 2021. As condições da pactuação são: carência de 12 (doze) meses de juros e principal encerrando em 30 de junho de 2022, prazo de amortização de 60 (sessenta) meses, taxa de CDI +2,75% a.a., com vinculação, em garantia, de recebimento de créditos estimados de Sobrecontratação e Mercado de Curto Prazo nos montantes de aproximadamente R\$ 73 milhões e R\$ 80 milhões, respectivamente, que vierem a ser recebido pela Amazonas Energia e também com garantia equivalente a uma prestação, prestado por instituição financeira de 1ª linha. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2021 corresponde a R\$ 850.730.

Prática Contábil

As contas a receber são contabilizadas com base no regime de competência, e são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Os valores são baixados da provisão e reconhecidos como perda definitiva quando não há mais expectativa de recuperação dos recursos.

As contas a receber são normalmente liquidadas em um período de até 45 dias, motivo pelo qual os valores contábeis representam substancialmente os valores justos nas datas de encerramento contábil.

A Companhia adotou a abordagem simplificada para cálculo da perda esperada de crédito.

NOTA 10 – TRIBUTOS A RECUPERAR, TRIBUTOS A RECOLHER E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os impostos e contribuição social, tributos a recolher e a recuperar estão demonstrados abaixo considerando as eventuais perdas de realização:

	CONTROLADORA							
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
	31/12/2021	31/12/2021	Saldo Líquido Ativo	Saldo Líquido Passivo	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2020 (Reapresentado)	Saldo Líquido Ativo (Reapresentado)	Saldo Líquido Passivo
Imposto de renda	97.439	59.954	37.485	-	221.676	32.150	189.526	-
Contribuição social	162.475	182.043	-	19.568	138.496	138.496	-	-
Sub total	259.914	241.997	37.485	19.568	360.172	170.646	189.526	-
PIS/PASEP/COFINS	358.800	194.384	164.416	-	46.805	55.952	-	9.146
ICMS	217.523	187.233	30.290	-	5.258	-	5.258	-
Contribuições previdenciárias	3.356	18.987	-	15.631	1.112	2.301	-	1.189
Outros	145	1.959	-	1.814	158	2.260	-	2.103
Sub total	579.824	402.563	194.705	17.445	53.333	60.513	5.258	12.438
Total circulante	839.738	644.560	232.191	37.012	413.505	231.159	194.784	12.438
Imposto de renda	160.181	75.123	160.181	75.123	174.189	-	174.189	-
Contribuição social	16.647	25.893	16.647	25.893	9.821	-	9.821	-
Sub total	176.828	101.016	176.828	101.016	184.010	-	184.010	-
ICMS (a)	64.668	-	64.668	-	39.236	-	39.236	-
Sub total	64.668	-	64.668	-	39.236	-	39.236	-
Total não circulante	241.496	101.016	241.496	101.016	223.246	-	223.246	-
Total	1.081.234	745.576	473.686	138.029	636.751	231.159	418.030	12.438

	CONSOLIDADO			
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2020 (Reapresentado)	Saldo Líquido Ativo (Reapresentado)	Saldo Líquido Passivo
Imposto de renda	229.060	256.379	169.600	202.757
Contribuição social	138.496	225.057	-	86.560
Sub total	367.556	481.436	169.600	289.317
PIS/PASEP/COFINS	236.518	127.650	108.868	-
ICMS	729.639	723.336	6.303	-
Contribuições previdenciárias	1.112	5.074	-	3.962
Outros	29.523	16.632	29.366	16.475
Sub total	996.792	872.692	144.537	20.437
Total circulante	1.364.348	1.354.128	314.137	309.754
Imposto de renda	174.189	-	174.189	-
Contribuição social	9.821	-	9.821	-
Sub total	184.010	-	184.010	-
ICMS (a)	39.527	-	39.527	-
Sub total	39.527	-	39.527	-
Total não circulante	223.537	-	223.537	-
Total	1.587.885	1.354.128	537.674	309.754

(a) Provisão para *impairment* nos créditos de ICMS:

	31/12/2021	31/12/2020
Créditos de ICMS	204.854	174.047
Total	204.854	174.047
(-) Provisão para créditos de	(140.186)	(134.810)
	64.668	39.236

NOTA 11 – IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA JURÍDICA (IRPJ) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (CSLL)

O IRPJ e a CSLL, correntes e diferidos, são reconhecidos no resultado do período, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

A conciliação da apropriação das despesas de IRPJ e CSLL com os valores revertidos de imposto de renda diferido, com as adições e exclusões previstas na legislação e com os créditos tributários revertidos e constituídos, calculados com base nas respectivas alíquotas nominais, estão a seguir demonstradas:

11.1 IRPJ E CSLL

CONTROLADORA						
	31/12/2021			31/12/2020 (Reapresentado)		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro antes do IRPJ e CSLL	9.581.546	9.581.546		3.036.857	3.036.857	
Alíquota nominal	25%	9%		25%	9%	
Despesa nominal	(2.395.387)	(862.339)	(3.257.726)	(759.214)	(273.317)	(1.032.531)
Efeitos de adições e exclusões fiscais						
Ajustes da Lei no. 11.941/2009						
Provisões operacionais	(469.404)	(168.986)	(638.390)	(122.737)	(44.185)	(166.922)
Equivalência patrimonial	109.015	39.246	148.261	11.082	3.990	15.072
Demais adições e exclusões	2.077.384	759.995	2.837.379	429.068	148.769	577.837
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	-	68.334	68.334	79.965	26.688	106.653
Incentivos fiscais	688.901	-	688.901	358.119	-	358.119
Outras Deduções (PAT, Licença maternidade)	266	-	266	5.913	-	5.913
IRPJ e CSLL Corrente	10.775	(163.750)	(152.975)	2.196	(138.055)	(135.859)

	31/12/2021			31/12/2020 (Reapresentado)		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Compensação Prejuízo Fiscal / Base Negativa	-	(68.333)	(68.333)	(136.391)	(26.400)	(162.791)
Derivativos	(185.171)	(61.611)	(246.782)	(83.329)	(29.146)	(112.475)
Provisões Ativas / Passivas / Impairment	(350.693)	(125.416)	(476.109)	16.504	5.941	22.445
Efeitos Atuariais	(2.113)	(761)	(2.874)	(8.561)	(3.082)	(11.643)
Adoção Inicial	(293)	(105)	(398)	-	-	-
IFRS 16	(11.180)	(4.025)	(15.205)	-	-	-
GSF	(714.543)	(257.235)	(971.778)	-	-	-
Contratos de Concessão / CPC 47 / CPC 48	(209.892)	(75.562)	(285.454)	(160.817)	(57.894)	(218.711)
IRPJ e CSLL Diferidos	(1.473.885)	(593.048)	(2.066.933)	(372.594)	(110.581)	(483.175)
	15,38%	6,19%		-12,27%	-3,64%	

CONSOLIDADO						
	31/12/2021			31/12/2020 (reapresentado)		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro antes do IRPJ e CSLL	9.726.604	9.726.604		3.185.098	3.185.098	
Alíquota nominal	25%	9%		25%	9%	
Despesa nominal	(2.431.652)	(875.394)	(3.307.046)	(796.275)	(286.659)	(1.082.933)
Efeitos de adições e exclusões fiscais						
Ajustes da Lei no. 11.941/2009	-	-	-	-	-	-
Provisões operacionais	(501.100)	(180.396)	(681.496)	(247.867)	(89.231)	(337.098)
Equivalência patrimonial	7.083	2.551	9.634	2.663	959	3.622
Demais adições e exclusões	2.063.930	754.980	2.818.910	449.728	153.829	603.557
Compensação de prejuízo fiscal e base negativ	44.690	84.422	129.112	123.638	42.410	166.048
Incentivos fiscais	732.587	-	732.587	384.884	-	384.884
Outras Deduções (PAT, Licença maternidade)	267	-	267	18.096	-	18.096
IRPJ e CSLL Corrente	(84.195)	(213.837)	(298.032)	(65.133)	(178.692)	(243.825)

	31/12/2021			31/12/2020 (reapresentado)		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Compensação Prejuízo Fiscal / Base Negativa	-	(68.333)	(68.333)	(98.096)	(14.453)	(112.549)
Derivativos	(185.171)	(61.611)	(246.782)	(83.329)	(29.146)	(112.475)
Provisões Ativas / Passivas / Impairment	(350.693)	(125.416)	(476.109)	1.058	381	1.439
RBSE	(2.113)	(761)	(2.874)	(8.561)	(3.082)	(11.643)
Adoção Inicial	(293)	(105)	(398)	-	-	-
IFRS 16	11.030	3.970	15.000	-	-	-
GSF	(714.543)	(257.235)	(971.778)	-	-	-
Contratos de Concessão / CPC 47 / CPC 48	(232.102)	(83.556)	(315.658)	(230.330)	(57.894)	(288.224)
IRPJ e CSLL Diferidos	(1.473.885)	(593.048)	(2.066.933)	(419.258)	(104.194)	(523.452)
	-15,15%	-6,097%		-13,16%	-3,271%	

11.2 Impostos ativos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2020 (Reapresentado)
Ativo fiscal diferido			
Imposto de renda diferido	1.081.104	1.474.975	1.474.975
Contribuição social diferida	293.077	446.570	438.030
	1.374.181	1.921.545	1.913.005
Passivo fiscal diferido			
Instrumentos financeiros derivativos	456.741	213.364	213.364
Concessão do serviço público - Transmissão GSF	1.746.603	1.446.258	1.446.258
Compra vantajosa de ativos	58.471	58.471	58.471
	3.233.593	1.718.093	1.718.093
Ativo (passivo) fiscal diferido líquido	(1.859.412)	203.452	194.912

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2020 (Reapresentado)
IRPJ			
Prejuízos Fiscais	443.769	509.893	509.893
Saúde e seguro de vida	-	-	-
Adoção inicial	5.058	5.351	5.351
Provisão p/ crédito de liq. duvidosa	181.614	354.773	354.773
Contingências passivas	50.057	350.263	350.263
Outras provisões	236.152	50.663	50.663
Provisão de Participação nos Lucros/Resultados	24.433	30.581	30.581
Provisão Plano Demissão Consensual - PDC	-	-	-
Provisão Plano Aposentadoria Extraordinária - PAE	3.851	3.489	3.489
Contrato Oneroso	2.629	24.876	24.876
Impairment	94.424	110.624	110.624
Instrumentos financeiros derivativos	-	2.504	2.504
Efeitos atuariais	39.115	31.958	31.958
Total do IR diferido	1.081.102	1.474.975	1.474.975
CSLL			
Bases de cálculo negativas	63.637	84.773	76.233
Saúde e seguro de vida	-	-	-
Adoção inicial	1.821	1.927	1.927
Provisão p/ crédito de liq. duvidosa	65.381	127.719	127.719
Contingências passivas	18.021	126.095	126.095
Outras provisões	85.014	18.239	18.239
Provisão de Participação nos Lucros/Resultados	8.796	11.009	11.009
Provisão Plano Aposentadoria Extraordinária - PAE	1.387	1.256	1.256
Contrato Oneroso	947	8.955	8.955
Impairment	33.993	54.191	54.191
Instrumentos financeiros derivativos	-	901	901
Efeitos atuariais	14.082	11.505	11.505
Total do CS diferida	293.079	446.570	438.030
Total	1.374.181	1.921.545	1.913.005

11.3 Incentivos fiscais

A Medida Provisória nº 2.199/14 de 24 de agosto de 2001, alterada pela Lei nº 11.196 de 21 de novembro de 2005, possibilita que as empresas situadas nas regiões de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que possuam empreendimentos no setor de infraestrutura, considerado em ato do Poder Executivo, um dos setores prioritários para o

desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação.

Nesse contexto, a SUDENE e a SUDAM, por meio de laudos constitutivos, reconheceram o direito da Companhia à redução de 75% do Imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração nas atividades de geração e transmissão de energia elétrica para os seguintes empreendimentos e períodos relacionados abaixo:

- Usina hidrelétrica Tucuruí, período de 2019 a 2028, Laudo 048/2019
- Usina hidrelétrica Samuel, período de 2014 a 2023, Laudo 170/2014
- Usina hidrelétrica Coaracy Nunes, período de 2015 a 2024, Laudo 009/2015
- Usina hidrelétrica Curuá-Una, período de 2015 a 2024, Laudo 126/2015
- Transmissão no Estado do Mato Grosso, de 2016 a 2025, Laudo 012/2016
- Transmissão do Estado de Tocantins, período de 2016 a 2025, Laudo 001/2016
- Transmissão do Estado de Boa Vista, período de 2016 a 2025, Laudo 060/2016
- Transmissão do Estado do Acre, período de 2017 a 2026, Laudo 019/2017
- Transmissão do Estado do Amazonas, período de 2019 a 2028, Laudo 045/2019
- Transmissão do Estado do Maranhão, período de 2017 a 2026, Laudo 063/2017
- Transmissão do Estado de Rondônia, período de 2017 a 2026, Laudo 050/2017
- Transmissão do Estado do Pará, período de 2017 a 2026, Laudo 072/2017

O incentivo fiscal de redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis apurados são registrados no resultado do período como redução do imposto de renda, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07. A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais é objeto de destinação à Reserva de Lucro, denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76, a qual somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou absorção de prejuízos.

Em 31 de dezembro de 2021 houve aproveitamento do incentivo para imposto de renda no total de R\$ 688.901 (Em 31 de dezembro de 2020 – R\$ 358.119).

Prática Contábil

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de Imposto de renda e a Contribuição Social corrente e diferido calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de IRPJ de 10% sobre o lucro tributável para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando-se a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças ente as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja sendo disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas e sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

NOTA 12 – ATIVO CONTRATUAL DE TRANSMISSÃO

As concessões de transmissão da Companhia e suas controladas estão classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme CPC 47/ IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente.

O ativo contratual se origina à medida que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do período de construção do empreendimento, com o recebimento do fluxo de caixa condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção.

O saldo do ativo contratual corresponde aos valores presentes das obrigações de performance de construção já concluídas e ainda não faturados pelo poder concedente. As taxas de descontos utilizadas, estabelecidas no início de cada projeto, são de aproximadamente, em média, 7,99% ao ano, para os contratos renovados e 10,98 % ao ano para os licitados.

Os valores das obrigações de performance de construção são formados pelos custos de construção mais as margens definidas pela companhia no início dos projetos, ajustadas, anualmente, em função da eficiência ou ineficiência na execução dos empreendimentos de transmissão de energia elétrica.

Em 2021, a companhia obteve margem negativa de construção de 29,81%, com receita de construção da transmissão de R\$ 116.786 e custo de construção de R\$ 166.390.

Os saldos dos contratos são atualizados pelo IPCA.

As receitas de operação e manutenção não compõem o saldo do ativo contratual, pois são registradas no mesmo momento em que ocorre o faturamento das RAPs pelo poder concedente, sendo assim, como a realização financeira originada pelo cumprimento da obrigação de operação e manutenção depende apenas da passagem do tempo, esses direitos são registrados na conta de clientes, conforme determina o CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

A movimentação destes ativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

CONTROLADORA

Saldo em 31 de dezembro de 2019	9.157.650
Ingressos	75.428
Financeira - Retorno do investimento	1.165.907
Amortizações	(1.505.253)
Ajustes RTP e Ciclos anuais	971.325
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)	9.865.057
Ingressos	116.786
Financeira - Retorno do investimento	1.817.926
Amortizações	(1.500.098)
Ajustes RTP e Ciclos anuais	312.819
Saldo em 31 de dezembro de 2021	10.612.490

CONSOLIDADO

Saldo em 31 de dezembro de 2019	9.157.650
Aquisição Amazonas GT	195.488
Ingressos	1.046.775
Financeira - Retorno do investimento	1.238.732
Amortizações	(1.542.296)
Transferências	-
Ajuste a valor justo	(3.557)
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)	10.092.792

A Amazonas Geradora de Transmissão de Energia S.A, encerrou suas operações no segmento de transmissão, onde a ANEEL realizou Leilão dos Ativos no mês de dezembro de 2020, sendo vencedora do certame a empresa Energisa Transmissora de Energia S/A. Em 30 de junho de 2021, a Companhia efetuou a baixa contábil dos ativos contratuais de concessão no valor de R\$ 236.006 e recebeu da empresa vencedora o valor de R\$ 239 milhões referente à transferência dos ativos de transmissão.

Em 2021, o ativo contratual de transmissão aumentou de forma relevante, em razão, principalmente, da remensuração do ativo da concessão referente a RBSE, pelo seguinte:

- a) Reperfilamento do componente financeiro da RBSE, aprovado pela ANEEL em abril de 2021. A decisão provocou redução na curva de pagamento dos valores relativos à revisão periódica das RAPs associadas às instalações de transmissão para os ciclos 2021/2022 e 2022/2023 e aumento do fluxo de pagamentos nos ciclos posteriores a 2023, prorrogando tais parcelas até o ciclo 2027/2028, preservando, no entanto, a remuneração pelo custo de capital próprio – Ke para a RBSE; e
- b) Reconhecimento complementar do Ke. Em 2020, a ANEEL homologou apenas a correção pelo IPCA dos montantes da RBSE não pagos entre 2017 e 2020, decorrentes da liminar da ABRACE. No ciclo 2021/2022, atendendo pedido das Transmissoras, a ANEEL reconheceu, além da correção pelo IPCA, a remuneração desse montante pelo Ke;

O Fluxo, não descontado, do recebimento da RBSE antes e após o reperfilamento e do reconhecimento complementar do KE.

Ciclos	Cenário Anterior	Cenário Atual
21-22	1.377.853	840.549
22-23	1.377.853	955.493
23-24	886.948	1.010.851
24-25	886.948	1.010.851
25-26	217.539	1.010.851
26-27	217.539	1.010.851
27-28	217.539	1.010.851
total	5.182.219	6.850.297

As alterações dos fluxos de recebíveis da RBSE impactaram o resultado da companhia em R\$ 312.819.

Prática Contábil

De acordo com os contratos de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e, em contrapartida, recebe a RAP durante a vigência do contrato. A RAP recebida no exercício remunera a atividade de operação e manutenção e amortiza os investimentos feitos na infraestrutura de transmissão. Quando previsto no contrato de concessão, a transmissora tem direito ao recebimento de indenização decorrente de eventuais investimentos não depreciados/amortizados ao final do contrato.

O direito de recebimento das contraprestações originadas pela execução das atividades de construção, operação e manutenção não dependem somente da passagem do tempo, mas sim da disponibilização completa da estrutura de transmissão, como mencionado anteriormente, com isso, as contraprestações da transmissão da Companhia são classificadas como ativos contratuais.

As principais premissas para mensuração do ativo contratual da transmissão seguem abaixo sumarizadas:

- Receita prevista;
- Taxa de depreciação considerada no contrato de concessão;
- Previsão de indenização de eventual saldo residual após o encerramento do prazo contratual da concessão;
- Projeção de custos de construção;
- Projeção de custos de operação e manutenção;
- Taxa de desconto implícita, obtida após a projeção do fluxo de construção, operação e manutenção, a precificação das margens e a projeção do fluxo de recebíveis (RAPs + Indenização) no momento da celebração contratual;
- Identificação das margens. As margens identificadas refletem a estratégia definida pela Companhia para cada concessão, e variam em função de vários fatores de negócio; e
- Parcela variável – PV, utilizada como critério de risco na formação das margens consideradas na precificação das atividades de construção, operação e manutenção.

NOTA 13 – INVESTIMENTOS

Avaliados por Equivalência Patrimonial, conforme demonstrado abaixo:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2020 (Reapresentado)
Controlada em conjunto			
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	947.580	827.896	827.896
Companhia Energética Sinop	174.626	277.889	277.889
Construtora Integração Ltda	21.525	20.955	20.955
Manaus Construtora Ltda	-	11.943	11.943
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	-	824.763	824.763
Norte Energia S.A.	2.552.188	2.638.664	2.638.664
Transnorte Energia S.A.	-	25.503	25.503
Total:	3.695.919	4.627.613	4.627.613
Coligadas			
Energética Águas da Pedra S.A.	145.724	119.303	119.303
Total :	145.607	119.303	119.303
Controladas			
Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A	-	552.823	-
Total:	-	552.823	-
Total Investimento	3.841.526	5.299.739	4.746.916

	31/12/2021	31/12/2020
Passivo a descoberto		
Controlada em conjunto		
Amapari Energia S.A.	(3.856)	(3.845)
Total:	(3.856)	(3.845)
Total Investimento	(3.856)	(3.845)

13.1 – Provisões para perdas em investimentos

13.1.1 – Impairment das Investidas

O teste de *impairment* é realizado, pelo menos uma vez ao ano, nas SPEs em que a Eletronorte possui participação e que são selecionadas para serem testadas conforme critérios estabelecidos em conjunto com a Eletrobras. A avaliação consiste na estimativa de valor presente do fluxo de caixa futuro de cada investida considerando as premissas estabelecidas pela Eletrobras, Eletronorte ou pela própria SPE, utilizando as informações contidas nas demonstrações financeiras auditadas e/ou balancetes das investidas, custo de capital definido pela Eletrobras ou pela SPE.

São realizadas projeções de receita, custos e despesas, tributos, taxas e revisão tarifária para os empreendimentos de transmissão, entre outras. Após o cálculo do valor presente o resultado é comparado com o valor do investimento realizado pela Eletronorte. Caso o valor presente do fluxo de caixa seja inferior ao valor do investimento registrado nas demonstrações, é lançado o *impairment* correspondente a diferença apurada.

O total da provisão referente ao registro de *impairment* nas investidas em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 310.517 (em 31 de dezembro de 2020 R\$ 351.764), conforme demonstrado a seguir:

Provisão para perdas

	31/12/2021	31/12/2020
Belo Monte Transmissora	-	(55.687)
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.*	-	(78.000)
Transnorte Energia S.A.	(133.067)	(108.937)
Companhia Energética Sinop	(177.450)	(109.140)
Total	(310.517)	(351.764)

* A participação na empresa Norte Brasil Transmissora de Energia S.A foi alienada em 14 de maio de 2021, vide NE 2.2

O Pronunciamento Técnico CPC 01/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, determina que um ativo deve ser registrado por valor que não exceda o montante a ser recuperado pelo uso ou pela venda desse ativo.

O Pronunciamento define o Valor Recuperável como o maior valor entre o Valor Justo líquido de despesas de venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa e o seu Valor em Uso.

O Valor Justo, de acordo com o CPC 46/IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo, é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Já o Valor em Uso, de acordo com o próprio CPC 01/IAS 36, o é o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de unidade geradora de caixa.

O Valor em Uso, conforme o próprio nome sugere, representa o valor esperado pela companhia (visão interna) decorrente do desempenho do ativo ao longo da sua vida útil. Já o Valor Justo corresponde a mensuração do montante a ser recebido no caso da venda deste ativo (visão externa).

A Companhia estima o valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis com base em valor em uso. O valor em uso é avaliado com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Conforme previsão normativa, a entidade deve avaliar ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo.

Conforme supramencionado, a Eletronorte, no processo de avaliação de recuperabilidade dos seus ativos, em dezembro de 2021 estimou o valor em uso da sua participação de 19,98% na Norte Energia S.A. – NESA, resultando no valor recuperável de R\$ 3.247.972 (R\$ 16.256.118 para 100% da NESA), valor superior ao valor contábil registrado de R\$ 2.552.188.

A Eletronorte, realizou o teste de recuperabilidade da NESA considerando premissas específicas e definidas para as Empresas Eletrobras, tais como, informações de comercialização de energia e custo de capital. As premissas utilizadas visam a melhor estimativa da Administração a respeito das tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas e internas de informações como dados históricos das unidades geradoras de caixa.

Importante registrar também que o aumento de capital em andamento na Eletronorte objeto do evento subsequente – nota 38.1, cuja capitalização pela Eletrobras com as ações da Norte Energia preservam valor ao acionista tendo em vista que a transferência será pelo valor do patrimônio líquido de 30/09/2021 e cujo teste de *impairment* realizado pela Eletronorte em 31/12/2021 apresentou que o valor recuperável do ativo é superior ao valor patrimonial.

13.2 – Mutação dos investimentos

Segue abaixo a movimentação dos investimentos mais relevantes da Companhia:

CONTROLADORA											
	Saldo em 31/12/2020 (Reapresentado)	Perda e transferência	Aporte / Integralização de capital	Reclassificaçã o dividendos a receber	Dividendos recebidos	Baixa do investimento	Transferencia investimento	Equivalência patrimonial	Provisão para Perda	Saldo em 31/12/2021	
Amapari S.a								1.175			
Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A	552.823	-	-	-	-	(960.550)	-	407.727	-	-	-
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	827.896	-	-	(18.981)	-	-	-	82.978	55.568	947.461	-
Companhia Energética Sinop	277.889	-	-	-	-	-	-	(34.953)	(68.310)	174.626	-
Construtora Integração Ltda	20.955	-	-	-	-	-	-	572	-	21.527	-
Energética Águas da Pedra S.A.	119.303	-	-	(10.927)	(14.422)	-	-	51.770	-	145.724	-
Manaus Construtora Ltda	11.943	-	-	-	-	-	(12.633)	690	-	-	-
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	824.763	(108.133)	-	-	-	(740.382)	-	23.752	-	-	-
Norte Energia S.A.	2.638.664	-	-	-	-	-	-	(86.476)	-	2.552.188	-
Transnorte Energia S.A.	25.503	-	9.800	-	-	-	-	(11.173)	(24.130)	-	-
Total de Investimentos	5.299.739	(108.133)	9.800	(29.908)	(14.422)	(1.700.932)	(12.633)	436.062	(36.872)	3.841.526	

CONSOLIDADO						
	Saldo em 31/12/2019	Ajustes de investidas	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Provisão para Perda	Saldo em 31/12/2020 (Reapresentado)
Amapari S.a	-	-	-	-	-	-
Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A	-	45.659	-	(45.659)	-	-
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	788.331	-	(17.002)	72.098	(15.531)	827.896
Companhia Energética Sinop	260.596	-	-	25.883	(8.590)	277.889
Construtora Integração Ltda	21.502	-	-	(547)	-	20.955
Energética Águas da Pedra S.A.	110.582	-	(20.823)	29.544	-	119.303
Manaus Construtora Ltda	11.641	-	-	302	-	11.943
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	920.274	-	(87.544)	70.033	(78.000)	824.763
Norte Energia S.A.	2.810.571	-	-	(171.907)	-	2.638.664
Transnorte Energia S.A.	39.977	-	-	(340)	(14.134)	25.503
Total de Investimentos	4.963.474	45.659	(125.369)	(20.593)	(116.255)	4.746.916

13.3 – Resumo das informações dos principais empreendimento controlados em conjunto e coligadas

	31/12/2021									
	Percentual de participação	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Total do Ativo	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio líquido	Total do passivo	Receita Operacional Líquida	Lucro/(Prejuízo) Líquido
Controladas em conjunto										
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	24,50%	1.073.113	7.438.788	8.511.901	546.168	4.098.558	3.867.175	4.644.726	896.974	326.221
Companhia Energética Sinop	24,50%	192.906	2.785.496	2.978.402	93.089	1.448.258	1.437.055	1.541.347	279.204	(142.665)
Construtora Integração Ltda	49,00%	46.097	80	46.177	981	1.263	43.933	2.244	-	1.169
Manaus Construtora Ltda	30,00%	92.588	1.105	93.693	4.507	47.151	42.035	51.658	-	2.304
Norte Energia S.A.	19,98%	1.489.913	41.641.146	43.131.059	1.678.941	28.705.845	12.746.273	30.384.786	4.836.835	(432.813)
Transnorte Energia S.A.	49,00%	27.235	308.162	335.397	1.822	52.813	280.762	54.635	22.219	9.197
Coligada										
Energética Águas da Pedra S.A.	24,50%	191.956	701.269	893.225	115.865	182.570	594.790	298.435	285.804	187.784
Passivo a descoberto										
Controlada em conjunto										
Amapari Energia S.A.	49,00%	61.774	1.206	62.980	2.447	65.946	(5.413)	68.393	-	(16)
TOTAL		3.175.582	52.877.252	56.052.834	2.443.820	34.602.404	19.006.610	37.046.224	6.321.036	(48.818)

Para elaboração do quadro resumo, foram utilizados demonstrações financeiras e balancetes de 31 de dezembro de 2021 das controladas em conjunto.

13.3 – Resumo das informações dos principais empreendimento controlados em conjunto e coligadas (Continuação)

	31/12/2020									
	Percentual de participação	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Total do Ativo	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio líquido	Total do passivo	Receita Operacional Líquida	Lucro/(Prejuízo) Líquido
Controladas em conjunto										
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	24,50%	963.498	7.198.219	8.161.717	500.544	4.047.210	3.613.963	8.161.717	833.619	294.278
Companhia Energética Sinop	24,50%	241.595	2.860.268	3.101.863	85.202	1.436.941	1.579.720	3.101.863	269.647	105.647
Construtora Integração Ltda	49,00%	44.747	59	44.806	778	1.263	42.765	44.806	-	(1.115)
Manaus Construtora Ltda	30,00%	87.779	1.042	88.821	-	49.087	39.734	88.821	-	925
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	49,00%	404.445	3.316.564	3.721.009	108.870	1.764.590	1.847.549	3.721.009	342.623	142.923
Norte Energia S.A.	19,98%	1.796.877	42.691.891	44.488.768	1.957.228	29.357.442	13.174.098	44.488.768	4.402.647	(860.393)
Transnorte Energia S.A.	49,00%	10.606	296.232	306.838	2.013	35.295	269.530	306.838	9.192	1.828
Coligada										
Energética Águas da Pedra S.A.	24,50%	140.706	657.763	798.469	96.134	191.717	510.618	798.469	265.599	120.588
Controlada integral										
Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A	100,00%	1.405.239	4.060.682	5.465.921	2.001.894	3.398.036	65.991	5.465.921	3.138.880	184.118
Passivo a descoberto										
Controlada em conjunto										
Amapari Energia S.A.	49,00%	61.313	1.187	62.500	2.215	65.682	(5.397)	62.500	-	(2.183)
TOTAL		5.156.805	61.083.907	66.240.712	4.754.878	40.347.263	21.138.571	66.240.712	9.262.207	(13.384)

Para elaboração do quadro resumo, foram utilizados demonstrações financeiras e balancetes de 31 de dezembro de 2021 das controladas em conjunto.

13.3.1. Amapari Energia S.A.

A Amapari Energia S/A foi constituída em 12 de abril de 2007, com sede em Brasília – Distrito Federal, através de parceria entre ENEVA S/A e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A – Eletronorte, tendo como objeto a implantação e exploração da usina Termelétrica a óleo diesel, construída no Município de Serra do Navio, no Estado do Amapá.

Em 15 de dezembro de 2021 o conselho de Administração aprovou a venda das ações da Eletronorte na Amapari Energia S.A para a Eneva S.A

A Companhia efetivou o contrato de compra e venda para saída do investimento da Amapari, condicionado a aprovação pelo CADE

13.3.2. Norte Energia S.A.

A Norte Energia S.A. é uma SPE de capital fechado constituída em 21 de julho de 2010, com o objetivo de conduzir as atividades necessárias a implantação, operação, manutenção e exploração da UHE Belo Monte, no rio Xingu, localizada no Estado do Pará, e das instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora.

13.3.3. Companhia Energética Sinop

A Companhia Energética Sinop S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 28 de outubro de 2013, com sede em Brasília – Distrito Federal e tem por objeto social único e exclusivo a construção, implantação, operação, manutenção e exploração comercial da UHE Sinop, incluindo as instalações de interesse restrito à Usina, como a LT Sinop/Se Cláudia, Se Cláudia e Se UHE Sinop, conforme consta no Edital de Leilão nº 006/2013, emitido pela ANEEL.

13.3.4. Construtora Integração Ltda.

A Construtora Integração Ltda foi constituída em 30 de junho de 2009, tendo como objeto exclusivo a construção, montagem e serviços sociais associados às instalações referentes ao lote G do leilão ANEEL nº 007/ 2008, compreendendo a elaboração do projeto básico, projeto exclusivo, execução das obras, serviços e fornecimento necessários à realização completa e integral do Empreendimento, necessários para a construção da Linha de Transmissão LT +/- 600KV coletora Porto Velho - Araraquara 2.

O Conselho de Administração aprovou em 20 de outubro de 2021 a dissolução da SPE Construtora Integração Ltda, por não mais interessar às sócias a sua continuidade.

13.3.5. Manaus Construtora Ltda.

A Manaus Construtora Ltda. foi constituída em 30 de janeiro de 2009, tendo como objetivo a construção, montagem e fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos para a Linha de Transmissão 500KV Oriximaná/Cariri CD, SE Itacoatiara 500/138 KV e SE Cariri 500/230 KV.

O Conselho de Administração aprovou em 22 de setembro de 2021 a dissolução da SPE Manaus Construtora Ltda, por não mais interessar às sócias a sua continuidade.

13.3.6. Transnorte Energia S.A.

A Transnorte Energia S.A. foi constituída em 24 de outubro de 2011 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica (LT Lechuga/Equador/Boa Vista) e subestações associadas (SE Equador/SE Boa Vista), situadas nos Estados do Amazonas e de Roraima, e tem por objetivo planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Pelo Contrato de Concessão de Serviço

Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 003/2012 – ANEEL, de 25 de janeiro de 2012, foi outorgada à SPE pela União a concessão dos serviços de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos.

Considerando a impossibilidade da Transnorte em dar prosseguimento ao empreendimento objeto do Contrato de Concessão nº 003/2012-ANEEL, devido à dificuldade na obtenção das licenças ambientais, no dia 05 de setembro de 2015 protocolizou junto a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL a carta requerendo a rescisão amigável do citado contrato de concessão, mediante o ressarcimento integral dos investimentos realizados, bem como os danos emergentes e lucros cessantes. No dia 13 de dezembro de 2016 a Transnorte recebeu, por meio de Despacho da ANEEL Nº 3.265, o posicionamento sobre o pedido de rescisão amigável. A ANEEL recomendou acolher o pedido da Transnorte e no mérito dar-lhe provimento reconhecendo que há elementos para extinção do Contrato de Concessão. Diante dos fatos, a ANEEL encaminhou no dia 13 de dezembro de 2016 os autos do processo ao Ministério de Minas e energia para que o mesmo conclua sobre o referido pedido requerido pela Transnorte.

Em 21 de fevereiro de 2018 o Ministério de Minas e Energia encaminhou o Ofício nº 66/2018/SPE-MME à ANEEL, informando o não acatamento do pedido de rescisão amigável do contrato de concessão, dispondo que é competência da ANEEL analisar a situação de modo a promover, se assim entender, o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Em 17 de setembro de 2021, foi celebrado o primeiro termo aditivo ao contrato de concessão 003/2012 – ANEEL que visou:

- i) alterações no cronograma de obras e extensão do prazo para a entrada em operação comercial do empreendimento para 36 (trinta e seis) meses após a emissão da Licença Ambiental de Instalação - LI, com exceção do Compensador Estático de Reativos da Subestação Boa Vista, que já está em operação comercial;
- ii) aumento da Receita Anual Permitida – RAP para R\$ 329.061.673,66 (trezentos e vinte e nove milhões, sessenta e um mil, seiscentos e setenta e três reais e sessenta e seis centavos), atualizada até 31/03/2021 (este valor está líquido de PIS - Programa de Integração Social, PASEP - Formação do Patrimônio do Servidor Público e COFINS - Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social, que serão adicionados posteriormente) a ser auferida por 17 (dezesete) anos e 6 (seis) meses a partir da data de disponibilidade do empreendimento para operação comercial;
- iii) a inclusão de cláusula de compromisso arbitral que permitirá a discussão de eventual reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão nº 003/2012.

No dia 28 de setembro de 2021 o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama emitiu a Licença de Instalação (“LI”) nº 1400/2021 que possibilita o início da implantação da Linha de Transmissão Manaus - Boa Vista, com dois trechos e 715 km de extensão, nos Estados de Amazonas e Roraima.

13.3.7 Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

A Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. é uma SPE de capital fechado, constituída em 20 de março de 2014 com o objetivo de implantação e exploração do empreendimento composto pelas instalações de transmissão de energia (LT Xingu / Estreito e Estações Conversoras junto às respectivas subestações), que atravessa os estados do Pará, Tocantins, Goiás e Minas Gerais. Pelo Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 014/2014 – ANEEL, de 16 de junho de 2014, foi outorgada à SPE pela União a concessão dos serviços de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos e o início de suas atividades operacionais ocorreu em 11/12/2017, com antecipação de dois meses em relação à data contratual.

13.4 Coligada - Energética Águas da Pedra S.A.

A Energética Águas da Pedra S.A. é uma SPE de capital fechado, constituída em 3 de abril de 2007 com o objetivo de construir e operar a UHE Dardanelos com o seu sistema de transmissão. A usina, construída no Município de Aripuanã, em Mato Grosso, no Rio Aripuanã, tem capacidade nominal de 261 MW e um reservatório de 0,24 km², o que corresponde à melhor relação entre a área inundada e energia gerada já construída no Brasil.

13.5. *Impairment* das investidas

Para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 foram realizados testes de *impairment* sob a ótica do investidor nas SPES, Norte Energia S.A, Companhia Energética Sinop, Belo Monte Transmissora de Energia S.A. e Transnorte Energia S.A, nota explicativa 16.2.

13.6 – Capital Circulante Líquido de Controladas e Coligadas

Controladas em conjunto

A Companhia Norte Energia S.A (“NESA”) apresentou em 2021 o índice do Capital Circulante Líquido - CCL, negativo, que permite uma leitura qualitativamente sobre o capital necessário para garantir a operação e manutenção da empresa. No entanto, a investida, estava em processo de construção e passou a operar plenamente em 2019. Do ponto de vista financeiro, pela leitura do índice CCL não há risco de descontinuidade da operação da empresa.

Prática Contábil

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem informações da Eletronorte, e das suas controladas, operações controladas em conjunto e entidades estruturadas consolidadas. O controle é obtido quando a Eletronorte possui: i) poder sobre a investida; ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

a) Controladas

As empresas subsidiárias e controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir, utilizando práticas contábeis consistentes às adotadas pela Companhia. Transações e saldos entre entidades do grupo, incluindo lucro não realizados oriundos dessas transações, são eliminados no processo de consolidação.

b) Investimentos em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre os quais a Companhia tem influência significativa, e que não se configura como uma controlada nem em uma controlada em conjunto.

c) Controle conjunto

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

d) Sociedades de Propósito Específico

Ao longo dos últimos anos, as Empresas Eletronorte firmaram investimentos em parcerias com a iniciativa privada, onde a Companhia figura como acionista não controlador. Estes empreendimentos têm como objeto a atuação nas áreas de geração e transmissão de energia elétrica, cujos valores aportados estão classificados na rubrica de Investimentos.

e) Receita de dividendos

A receita de dividendos proveniente de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido e desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

NOTA 14 – IMOBILIZADO

Os itens do ativo imobilizado referem-se substancialmente à infraestrutura para geração de energia elétrica de concessões não prorrogadas e ativos corporativos.

A seguir demonstramos a movimentação do imobilizado:

	CONTROLADORA						
	Saldo em 31/12/2020 (Reapresentado)	Efeitos Incorporação	Adição/ Constituição	Baixas / Reversões	Depreciação	Transferências	Saldo em 31/12/2021
Imobilizado em serviço							
Terrenos	91.775	53.241	-	(2)	-	-	145.014
Barragens, reservatórios e adutoras	2.532.940	179.497	-	-	(174.648)	-	2.537.789
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.312.758	217.349	-	-	(76.322)	8.829	1.462.614
Máquinas e equipamentos	1.357.715	1.416.338	-	(6.417)	(158.776)	80.921	2.689.781
Veículos	9.343	37	-	-	(3.430)	1.572	7.522
Móveis e Utensílios	4.051	4.147	-	-	(639)	-	7.559
Provisão p/ valor recuperável dos ativos (Impairment)	(241.436)	(240.059)	-	98.805	-	-	(382.690)
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(126.673)	(81.175)	-	1.638	2.827	-	(203.383)
Total	4.940.473	1.549.375	-	94.024	(410.988)	91.322	6.264.206
Imobilizado em curso							
Barragens, reservatórios e adutoras	194	13.709	4.232	-	-	-	18.136
Edificações, obras civis e benfeitorias	33.314	(179.378)	42.026	-	-	50.692	(53.346)
Material em depósito	70.885	149.253	5.683	-	-	-	225.821
Máquinas e equipamentos	258.715	98.360	117.772	-	-	(133.344)	341.503
Móveis e Utensílios	9.395	(4.315)	122	(2.443)	-	(1.728)	1.031
Outros	21.315	15.723	-	(190)	-	(6.942)	29.906
Provisão p/ valor recuperável dos ativos (Impairment)	-	-	-	-	-	-	-
Total	393.818	93.352	169.835	(2.633)	-	(91.322)	563.051
Direito de Uso							
Imobilizado em serviço							
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Barragens, reservatórios e adutoras	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	7.954	-	42.238	-	(14.845)	-	35.347
Máquinas e equipamentos	-	848.476	-	-	(24.041)	-	824.435
	7.954	848.476	42.238	-	(38.886)	-	859.782
Total	5.342.245	2.491.203	212.073	91.391	(449.874)	-	7.687.039

A seguir demonstramos a movimentação do imobilizado: (Continuação)

CONTROLADORA						
	Saldo em 31/12/2019 (Reapresentado)	Adição/ Constituição	Baixas / Reversões	Depreciação	Transferências	Saldo em 31/12/2020 (Reapresentado)
Imobilizado em serviço						
Terrenos	91.775	-	-	-	-	91.775
Barragens, reservatórios e adutoras	2.703.488	-	-	(170.548)	-	2.532.940
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.378.035	-	-	(71.353)	6.076	1.312.758
Máquinas e equipamentos	1.512.247	-	(91.859)	(133.081)	70.408	1.357.714
Veículos	13.811	-	(54)	(4.413)	-	9.343
Móveis e Utensílios	4.689	-	(2)	(635)	-	4.051
Provisão p/ valor recuperável dos ativos (Impairment)	(230.234)	(11.202)	-	-	-	(241.436)
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(129.500)	-	-	2.827	-	(126.673)
Total	5.344.311	(11.202)	(91.916)	(377.203)	76.483	4.940.473
Imobilizado em curso						
Barragens, reservatórios e adutoras	-	194	-	-	-	194
Edificações, obras civis e benfeitorias	31.978	2.931	(550)	-	(1.045)	33.314
Material em depósito	42.195	31.377	(2.687)	-	-	70.885
Máquinas e equipamentos	160.344	214.895	(41.085)	-	(75.439)	258.715
Móveis e Utensílios	23.719	756	(15.080)	-	-	9.395
Outros	17.458	3.857	-	-	-	21.315
Provisão p/ valor recuperável dos ativos (Impairment)	-	-	-	-	-	-
Total	275.694	254.010	(59.402)	-	(76.484)	393.818
Direito de Uso						
Imobilizado em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	25.932	-	-	(17.978)	-	7.954
Total	25.932	-	-	(17.978)	-	7.954
Total	5.645.937	242.808	(151.318)	(395.181)	(1)	5.342.245

A seguir demonstramos a movimentação do imobilizado: (Continuação)

	CONSOLIDADO						Saldo em 31/12/2020 (reapresentado)
	Saldo em 31/12/2019	Aquisição Amazonas GT	Adição/ Constituição	Baixas / Reversões	Depreciação	Transferências	
Imobilizado em serviço							
Terrenos	91.775	53.241	-	-	-	-	145.016
Barragens, reservatórios e adutoras	2.703.488	197.321	-	-	(181.593)	-	2.719.216
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.378.035	229.594	-	-	(78.694)	6.076	1.535.011
Máquinas e equipamentos	1.512.247	1.494.715	-	(91.858)	(182.289)	70.408	2.803.223
Veículos	13.811	118	-	(54)	(4.462)	-	9.413
Móveis e Utensílios	4.689	4.629	-	(2)	(918)	-	8.398
Provisão p/ valor recuperável dos ativos (Impairment)	(230.234)	(172.893)	(11.202)	-	-	-	(414.329)
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(129.500)	(151.385)	-	-	4.654	-	(276.231)
Total	5.344.311	1.655.340	(11.202)	(91.914)	(443.302)	76.484	6.529.717
Imobilizado em curso							
Barragens, reservatórios e adutoras	-	7	201	-	-	-	208
Edificações, obras civis e benfeitorias	31.978	820	2.931	(550)	-	(1.045)	34.134
Material em depósito	42.195	-	31.377	(2.687)	-	-	70.885
Máquinas e equipamentos	160.345	70.459	219.664	(41.085)	-	(75.438)	333.945
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-
Outros	17.458	6.712	3.853	-	-	(12)	28.011
Provisão p/ valor recuperável dos ativos (Impairment)	-	-	-	-	-	-	-
Total	275.695	78.999	259.014	(59.402)	-	(76.483)	477.823
Direito de Uso							
Imobilizado em serviço							
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Barragens, reservatórios e adutoras	25.932	-	-	-	(17.979)	-	7.953
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	920.598	-	-	(43.273)	-	877.325
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-
Total	25.932	920.598	-	-	(61.252)	-	885.278
Total	5.342.245	2.654.937	247.812	(151.316)	(504.554)	1	7.892.818

14.1 – Imobilizado taxa média de depreciação.

	CONTROLADORA					
	31/12/2021			31/12/2020 (reapresentado)		
Taxa média de depreciação a.a.	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Imobilizado em serviço						
Terrenos	145.014	-	145.014	145.016	-	145.016
Barragens, reservatórios e adutoras	1,99%	9.108.483	(6.570.694)	2.537.789	(6.396.046)	2.719.216
Edificações, obras civis e benfeitorias	1,98%	4.109.574	(2.646.960)	1.462.614	(2.570.638)	1.535.011
Máquinas e equipamentos	3,88%	20.546.979	(17.857.198)	2.689.781	(17.698.422)	2.731.036
Veículos	5,87%	59.006	(51.484)	7.522	(48.054)	9.412
Móveis e Utensílios	2,87%	29.067	(21.508)	7.559	(20.869)	8.397
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	51,78%	(267.302)	63.919	(203.383)	61.092	(209.068)
		33.730.821	(27.083.925)	6.646.896	(26.672.937)	6.939.020
Imobilizado em curso		563.051	-	563.051	682.851	682.851
Direito de uso						
Imobilizado em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias		106.760	(71.413)	35.347	(56.568)	7.958
Máquinas e equipamentos	3,33%	1.702.073	(877.638)	824.435	(853.597)	877.325
		1.808.833	(949.051)	859.782	(1.795.448)	885.283
			-			
Total		36.102.705	(28.032.976)	8.069.729	(27.583.102)	8.507.154

14.1 – Imobilizado taxa média de depreciação (Continuação)

CONSOLIDADO				
31/12/2020 (reapresentado)				
	Taxa média de depreciação a.a.	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Imobilizado em serviço				
Terrenos		145.016	-	145.016
Barragens, reservatórios e adutoras	1,99%	9.115.262	(6.396.046)	2.719.216
Edificações, obras civis e benfeitorias	1,98%	4.105.649	(2.570.638)	1.535.011
Máquinas e equipamentos	3,88%	20.429.458	(17.626.235)	2.803.223
Veículos	5,87%	57.466	(48.054)	9.412
Móveis e Utensílios	2,87%	29.266	(20.869)	8.397
Outros		-	-	-
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	51,78%	(270.160)	61.092	(209.068)
		33.611.957	(26.600.750)	7.011.207
Imobilizado em curso				
		682.851		682.851
Direito de uso				
Barragens, reservatórios e adutoras		-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias		64.526	(56.572)	7.954
Máquinas e equipamentos	3,33%	1.730.922	(853.597)	877.325
		1.795.448	(910.169)	885.279
Total		36.090.256	(27.510.919)	8.579.337

Cabe mencionar que os valores apresentados na tabela acima estão brutos da provisão para *impairment*.

Informações sobre o *impairment* podem ser observadas em maiores detalhes na nota 16

Prática Contábil

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuídos à aquisição dos ativos, e também inclui, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido.

Os itens do ativo imobilizado referem-se substancialmente à infraestrutura para geração de energia elétrica de concessões não prorrogadas e ativos corporativos.

A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso e em operação. A depreciação é reconhecida mensurada com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A Companhia considera que a vida útil estimada de cada ativo é semelhante às taxas de depreciação determinadas pela ANEEL, as quais são tidas pelo mercado como aceitáveis por expressar adequadamente o tempo de vida útil dos bens.

Os ativos de Direito de Uso são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

NOTA 15 – INTANGÍVEL

A movimentação do ativo intangível no exercício é como segue:

	CONTROLADORA					Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2020	Incorporação da Amazonas GT	Adições	Baixas	Transferências	
Vinculados à Concessão - Geração	75.509	-	2.843.413	(295)	(25)	2.918.602
Em serviço	75.509	-	2.828.901	(295)	(16)	2.904.099
Custo	178.517	-	3.029.305	(295)	(16)	3.207.511
Amortização acumulada	(103.008)	-	(200.404)			(303.412)
Em curso	-	-	14.512	-	(9)	14.503
Ativo intangível	-	-	14.512	-	(9)	14.503
Não Vinculados à Concessão (Outros Intangíveis) - Administração	46.039	4.308	1.001	(557)	(2.938)	53.328
Em serviço	37.446		(461)	-	770	43.230
Custo	127.578	5.610			2.010	135.198
Amortização acumulada	(90.132)	(135)	(461)		(1.240)	(91.968)
Em curso	8.593	4.308	1.462	(557)	(3.708)	10.098
Total	121.548	4.308	2.844.414	(852)	(2.963)	2.971.930

	CONTROLADORA				
	Saldo em 31/12/2019	Aquisição da Amazonas GT	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2020
Vinculados à Concessão - Geração	96.125		(20.616)	-	75.509
Em serviço	96.125	-	(20.616)	-	75.509
Custo	178.517	-			178.517
Amortização acumulada	(82.392)	-	(20.616)	-	(103.008)
Não Vinculados à Concessão (Outros Intangíveis) - Administração	73.729	-	1.463	(29.154)	46.039
Em serviço	73.729	-	(7.130)	(29.154)	37.446
Custo	156.731	-	-	(29.154)	127.578
Amortização acumulada	(83.002)	-	(7.130)	-	(90.132)
Provisão p/ valor recuperável dos ativos (Impairment)	-	-	-	-	-
Em curso	-	-	8.593	-	8.593
Custo	-	-	8.593	-	8.593
Total	169.854	-	(19.153)	(29.154)	121.548

A movimentação do ativo intangível no exercício é como segue: (Continuação)

	CONSOLIDADO				
	Saldo em 31/12/2019	Aquisição da Amazonas GT	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2020
Vinculados à Concessão - Geração	96.125	-	(20.616)	-	75.509
Em serviço	96.125	-	(20.616)	-	75.509
Custo	178.517	-	-	-	178.517
Amortização acumulada	(82.392)	-	(20.616)	-	(103.008)
Não Vinculados à Concessão (Outros Intangíveis) - Administração	73.730	5.868	1.463	(29.154)	51.907
Em serviço	73.730	1.561	(7.130)	(29.154)	39.007
Custo	156.732	1.561	-	(29.154)	129.139
Amortização acumulada	(83.002)	-	(7.130)	-	(90.132)
Provisão p/ valor recuperável dos ativos (Impairment)	-	-	-	-	-
Em curso	-	4.307	8.593	-	12.900
Custo	-	4.307	8.593	-	12.900
Total	169.855	5.868	(19.153)	(29.154)	127.416

(*) A Companhia contabilizou um ativo intangível no montante de R\$ 3.207.511 em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 178.517 em 31 de dezembro de 2020. Cujo montante de R\$ 3.029.305 refere-se à Repactuação do Risco Hidrológico, conforme já informado na NE 3.5, que teve sua contrapartida no resultado positivo na rubrica de energia comprada para revenda conforme NE 32. Tal ativo será amortizado a medida da realização da extensão dos prazos de concessões.

Os valores referentes à aquisição e implantação e/ou direito de uso de softwares possuem taxa média anual de amortização de 20%.

Prática Contábil

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzidos das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Em razão da ausência de normativo contábil que se aplique especificamente a repactuação do risco hidrológico, a Companhia utiliza por analogia os preceitos do CPC 04 – Ativo Intangível. Tendo em vista tratar-se em essência de um ativo intangível relacionado a direito de outorga decorrente de compensação por custos incorridos em exercícios anteriores. Adicionalmente, o parágrafo 44 do referido CPC é utilizado para reconhecer o ativo a valor justo considerando a melhor estimativa, com base nos parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL e os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. O montante registrado, será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação.

NOTA 16 – VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS DE LONGO PRAZO

A Administração da Companhia avaliou em 2021 a recuperabilidade dos ativos registrados como Ativo imobilizado (Concessões de geração), e Contratos de natureza onerosa de sua propriedade. Como os ativos da Companhia individualmente não geram entradas de caixa provenientes de seu uso contínuo, os testes são realizados a partir das Unidades Geradoras de Caixa - UGCs formadas por contratos de concessão. Estas unidades são definidas a partir das Concessões ou Autorizações de Geração de titularidade da empresa que são a origem de suas receitas.

O objetivo da avaliação das UGCs da Companhia foi identificar a eventual piora do ambiente de negócios desses ativos ou grupos de ativos, que levem à sua não recuperação econômica plena, conforme custo de oportunidade da empresa.

A seguir são destacadas as principais premissas consideradas na aplicação do Teste de Impairment e Contratos Onerosos de 2021:

Para os contratos comercializados no ACR foram considerados os parâmetros dos contratos atualmente vigentes da Companhia, além da RAG para a UHE Coaracy Nunes determinada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.902/2021.

Quanto a energia destinada ao ACL, foram consideradas premissas de comercialização definidas pela Holding para todas as empresas do sistema Eletrobras considerando as melhores informações de mercado disponíveis no momento.



A projeção de impostos, tributos, e contribuições seguiu os parâmetros existentes na legislação atual.

PMSO: para os custos e despesas operacionais foram consideradas as informações previstas no Planejamento Estratégico pela Companhia aprovado com base na metodologia OBZ

A depreciação projetada levou em consideração o tempo de vida útil de acordo com o respectivo prazo de cada concessão.

Repactuação do Risco Hidrológico: extensão da concessão de acordo com as Resoluções Homologatórias -REH 2.919 e 2.932/2021 que prorrogou o prazo de concessão das UHEs: Tucuruí, Curuá-Una e Samuel.

Investimentos: O programa de investimentos foi considerado a partir das informações contratadas previstas para operação e manutenção dos ativos.

A determinação da taxa de desconto utilizada segue a política das empresas do Grupo Eletrobras e baseia-se na metodologia do Capital Asset Pricing Model – CAPM, levando em conta parâmetros de mercado e a distinção dos períodos que há a fruição do Benefício Fiscal da SUDAM.

A movimentação das provisões é como segue:

16.1 – Impairment do Imobilizado

Unidade Geradora de Caixa	31/12/2020	Adições	Reversões	31/12/2021
UHE Floresta	11.045			11.045
UHE Rio Acre	2.389			2.389
UHE Rio Branco	4.877			4.877
UHE Rio Madeira	20.341			20.341
UHE Santana	28.527			28.527
UHE Samuel	98.804		(98.804)	-
MAUÁ - complexo	16.661			16.661
UTE ELECTRON	19.562			19.562
UTE APARECIDA ÓLEO	46.258			46.258
UTE MAUÁ BLOCO 4	49.371			49.371
UTE MAUÁ BLOCO 1	41.040			41.040
Imobilizado em curso	-			-
	<u>338.875</u>	<u>-</u>	<u>(98.804)</u>	<u>240.071</u>

Em 31 de dezembro de 2021, o impacto decorrente do registro do valor recuperável no resultado do exercício foi de reversão da provisão no valor de R\$ 98.804 (Em 31 de dezembro de 2020 – provisão de R\$ 95.577). Este cenário de provisão pode ser explicado principalmente pelos seguintes pontos:

- Reconhecimento de baixa para perdas de 84MM no imobilizado em curso;
- UHE Samuel: Extensão da concessão conforme REH 2.919/2020;
- Redução da taxa de desconto do Grupo Eletrobras;

16.2 – Impairment Investidas

O teste de *impairment* é realizado, pelo menos uma vez ao ano, nas SPEs em que a Eletronorte possui participação e que são selecionadas para serem testadas conforme critérios estabelecidos em conjunto com a Eletrobras. A avaliação consiste na estimativa de valor presente do fluxo de caixa futuro de cada investida considerando as premissas estabelecidas pela Eletrobras,



Eletronorte ou pela própria SPE, utilizando as informações contidas nas demonstrações financeiras auditadas e/ou balancetes das investidas, custo de capital definido pela Eletrobras ou pela SPE.

São realizadas projeções de receita, custos e despesas, tributos, taxas e revisão tarifária para os empreendimentos de transmissão, entre outras. Após o cálculo do valor presente o resultado é comparado com o valor do investimento realizado pela Eletronorte. Caso o valor presente do fluxo de caixa seja inferior ao valor do investimento registrado nas demonstrações, é lançado o *impairment* correspondente a diferença apurada.

O impacto total referente ao registro de *impairment* nas investidas no resultado do exercício foi uma reversão de R\$ 41.247 (em 31 de dezembro de 2020 foi registrado provisão de R\$ 116.255), conforme demonstrado a seguir:

Empresa	31/12/2020	Adições	Reversões	31/12/2021
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	(55.687)	-	55.687	-
Companhia Energética Sinop	(109.140)	(68.310)		(177.450)
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	(78.000)	(108.092)	186.092	-
Transnorte Energia S.A.	(108.932)	(24.135)		(133.067)
	<u>(351.759)</u>	<u>(200.537)</u>	<u>241.779</u>	<u>(310.517)</u>

*O montante de R\$ 198.000 refere-se a perda efetiva decorrente do prejuízo apurado na alienação da participação.

16.3 – Impairment dos contratos onerosos

A administração testou o Contrato Oneroso da UHE Coaracy Nunes. A avaliação utilizou como metodologia a avaliação do fluxo de caixa a valor presente considerando uma taxa de desconto para os empreendimentos de geração não renovados.

A tabela a seguir demonstra o resultado do teste:

Corporativo	Saldo 2020	Reversão	Resultado 2021
Coaracy Nunes	(99.502)	10.517	(88.985)

O resultado do teste demonstrou uma reversão de R\$ 10.517.

Prática Contábil

A Companhia avalia periodicamente se há alguma indicação de que seus ativos não financeiros (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs) tenham sofrido alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente por uma taxa que reflete uma avaliação atual de mercado e/ou custo de oportunidade da Companhia, do valor da moeda no tempo e dos riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros foi efetuada.

NOTA 17 – FORNECEDORES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
Circulante			
Bens, Materiais e Serviços	17.1	501.012	311.272
Energia Comprada para Revenda	17.2	260.475	141.616
CCEE - Energia de curto prazo	17.3	15	398
Total	761.502	453.286	614.225

17.1 – Bens, Materiais e Serviços

Refere-se às obrigações decorrentes da utilização dos serviços de rede/conexão do setor elétrico.

17.2 – Energia Comprada para Revenda

Refere-se às obrigações decorrentes da compra de energia elétrica no âmbito da CCEE.

17.3 – CCEE – Energia de curto prazo

Refere-se à obrigação da controlada junto à CCEE pela compra de energia no MCP para suprir obrigações e manutenção de usinas próprias, motivado pela renovação/alteração de contratos as usinas UTE Aparecida e Mauá 3 e atender a demanda contratada reduzindo a necessidade de compra de energia no Mercado de Curto Prazo.

Prática Contábil

São reconhecidas as obrigações relacionadas com encargos de uso da rede elétrica, suprimento de energia elétrica, compras de energia elétrica para revenda e compras de bens, mercadorias (material, combustível convencional, etc.) e de serviços. São reconhecidas também as compras de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. A rubrica de fornecedores é mensurada a custo amortizado, os passivos são baixados mediante a liquidação do título e as variações monetárias são reconhecidas no resultado financeiro.



NOTA 18 – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures devidos pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil e suas investidas são divulgadas a seguir:

	CONTROLADORA		
	31/12/2021		
	Taxa Média	Circulante	Não Circulante
Moeda Estrangeira			
Empresas do Grupo :			
ELETROBRAS	2,48%	106.436	248.368
Total		106.436	248.368
Moeda Nacional			
Empresas do Grupo :			
ELETROBRAS	7,00%	528.449	1.132.083
Instituições financeiras			
BNDES			
Banco do Brasil	0,66%	75.190	110.526
Banco do Nordeste do Brasil			
BRDE			
Caixa Econômica Federal			
Bradesco BBI	5,27%	263.715	777.681
Itaú BBA			
BASA	8,50%	11.655	144.627
Banco do Espírito Santo			
Outros (especificar) - State Grid	0,01%	45.597	323.797
Total		924.606	2.488.714

	CONTROLADORA		
	31/12/2021		
	Taxa	Circulante	Não Circulante
Bradesco (debênture ELN)	CDI + 2,60% a.a.	253.190	458.334
Bradesco (debênture AmeGT)	CDI + 2,75% a.a.	170.658	277.778
		423.848	736.112
Total Financiamentos, empréstimos e debêntures		1.454.890	3.473.194

	31/12/2020					
	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Taxa Média	Circulante	Não Circulante	Taxa Média	Circulante	Não Circulante
Moeda Estrangeira						
ELETROBRAS	6,83%	103.916	334.208	6,83%	74.228	235.061
CONTROLADAS	2,48%			2,48%	29.688	99.148
		103.916	334.208		103.916	334.209
Moeda Nacional						
ELETROBRAS	6,83%	21.330	42.660	6,83%	621.281	1.672.868
Banco do Brasil	-			125,5% do CDI	74.119	184.210
Bradesco BBI	-			CDI + 2,62%	1.006.159	-
BASA				8,50%	11.346	156.006
Outras Instituições Financeiras (State Grid)	10,00%	1.135.560	695.041	10,00%	43.935	354.825
		1.156.890	737.701,00		1.756.840	2.367.909
Debêntures						
Bradesco (debênture AmeGT) - Vencimento 20/10/2024	CDI + 2,675%	45.649	708.333	CDI + 2,675%	45.649	1.208.333
		45.649	708.333,00		45.649	1.208.333
Total Financiamentos, empréstimos e debêntures		1.202.539	1.446.034		1.906.405	3.910.451



(*) Taxas reais por contrato de debêntures.

Sobre os financiamentos, empréstimos e debentures incidem atualização monetária, encargos e taxas de 7% a 10% a.a., para o mercado interno; e variação cambial, encargos, imposto de renda e taxas de 2,48% a 6,83% a.a., para o mercado externo.

A Companhia possui registrado na rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures, em 31 de dezembro de 2021, o valor de R\$ 4.928.084 (em 31 de dezembro de 2020 – R\$ 3.086.696).

No dia 10 de fevereiro de 2021 o Conselho de Administração da Eletronorte aprovou o Aditivo à Cédula de Crédito Bancário, firmada com o Banco Bradesco S.A., no montante de R\$ 1 bilhão, com taxa CDI + 2,15% ao ano com alteração do prazo para 48 meses e carência de 12 meses. Esse aditamento alterou o vencimento da debênture original, que venceria em um prazo de um ano, passando para quatro anos o prazo de quitação.

Os encargos de dívida e as variações monetárias sobre os financiamentos, empréstimos e debêntures estão reconhecidos no resultado financeiro, abaixo.

18.1 - Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

A movimentação apresentada a seguir compreende os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
Saldo inicial	3.086.696	3.299.106	3.299.106
Aquisição da AMGT	-	-	2.458.277
Captação	-	1.750.000	2.250.000
Refinanciamento	-	34.574	34.574
Juros, encargos, Variações monetária e cambial incorridos	341.951	340.463	470.714
Juros Pagos	(302.147)	(182.328)	(324.524)
Amortização do Principal	(594.841)	(2.155.119)	(2.371.291)
Efeitos da Incorporação	2.396.425	-	-
Saldo final	<u>4.928.084</u>	<u>3.086.696</u>	<u>5.816.856</u>

A parcela dos empréstimos, financiamentos e debêntures tem seu vencimento assim programado:

2022	2023	2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total
1.421.834	1.447.077	1.128.075	420.044	167.486	117.779	225.789	4.928.084

18.2 – Indicadores

Os principais indicadores utilizados para atualização dos financiamentos e empréstimos da Companhia e das investidas tiveram as seguintes variações percentuais:

MOEDAS / INDICADORES	31/12/2021	31/12/2020
CDI	2,49	3,00
Y (Iene Japonês)	4,36	36,00
US\$ (Dólar Americano)	5,76	29,00

18.3 – Garantias



O montante garantido para as controladas é de R\$ 5.873.123, em 31 de dezembro de 2021, e é apresentado no quadro abaixo.

EMPRESAS CONTROLADAS			Saldo Devedor	Término
Garantidora	Modalidade	Empreendimento	Garantido em	da
			31/12/2021	Garantia
BNDES	SPE	Norte Energia	3.194.446	15/01/2042
CEF	SPE	Norte Energia	1.810.305	15/01/2042
BTG Pactual	SPE	Norte Energia	517.230	15/01/2042
BNDES	SPE	UHE Sinop	278.306	15/06/2038
Emissão de Debêntures	SPE	UHE Sinop	72.836	15/06/2032
Garantias empresas controladas			5.873.123	

A Companhia participa na qualidade de interveniente garantidora de diversos empreendimentos por meio de SPEs, em que possui participação societária. Nesses contratos, em sua maioria, a Eletrobras também figura como interveniente garantidora da operação e o valor justo dos contratos de garantia financeira são registrados na Eletrobras. Os montantes garantidos, as projeções e saldos devedores estão demonstrados no quadro abaixo:

18.4 – Obrigações Assumidas - Covenants

A Companhia possui cláusulas de *covenants* em alguns de seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Os principais *covenants* são referentes a: atendimento de certos índices financeiros (Dívida Líquida sobre EBITDA, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD, entre outros). A Companhia não identificou a ocorrência de evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2021.

18.5 – Mútuo entre Eletronorte e State Grid Brazil Holding

A Companhia celebrou, em 16 de dezembro de 2014, instrumento particular de mútuo com a empresa State Grid Brazil Holding, cujo objeto é a concessão de recursos à Eletronorte na importância total de até R\$ 294.700. O prazo de pagamento será realizado em 20 prestações semestrais, iniciando a primeira em 28 de janeiro de 2020 e a finalizando em 06 de junho de 2029, A taxa de juros do mútuo é de 10% ao ano, sendo a Eletrobras garantidora do mútuo.

O empreendimento é realizado por meio da Sociedade Belo Monte Transmissora de Energia S.A., constituída para tal, cujos sócios são: State Grid Brazil Holding (51%), Furnas (24,5%) e Eletronorte (24,5%). O saldo devedor está demonstrado a seguir:

	CONTROLADORA		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo total em 31/12/2019	43.922	381.645	425.567
Atualização / Juros	36.730	1.387	38.117
Transferência	28.206	(28.206)	-
Amortização / Juros	(64.925)	-	(64.925)
Saldo total em 31/12/2020	43.933	354.826	398.759
Atualização / Juros	35.562		35.562
Transferência	31.027	(31.027)	-
Amortização / Juros	(64.926)		(64.926)
Saldo total em 31/12/2021	45.596	323.799	369.395



18.6 – Condições financeiras dos contratos de financiamentos e empréstimos

CONTRATO	CONDIÇÕES FINANCEIRAS						31/12/2020	
	Moeda	Taxa juros	31/12/2021			SALDO DEVEDOR	SALDO DEVEDOR	Fim
			OUTROS ENCARGOS	ÍNDICE CORREÇÃO				
ELETROBRAS - ECF - 2092/01	R\$	5,42% a.a.	3% a.a.			42.660	63.989	30/12/2023
ELETROBRAS - ECR 257/97 - BID	US\$	6,83 % a.a.	2% a.a.			258.493	309.289	06/04/2025
ELETROBRAS - ECR 260/98 - EXIMBA	YEN	2,48 % a.a.	2% a.a.			96.311	128.835	06/04/2025
STATE GRID BRASIL HOLDING S/A.	R\$	10,00% a.a.				369.395	398.760	28/07/2029
BANCO DO AMAZÔNIA	R\$	2,5 % a.a.				156.283	167.352	10/08/2033
BANCO DO BRASIL 405 MM	R\$		0	CDI		185.717	258.329	07/06/2024
BRADESCO	R\$		2,62% a.a.	CDI		1.041.396	1.006.160	10/05/2021
BRADESCO DEBÊNTURES	R\$		2,60% a.a.	CDI		711.523	753.982	20/10/2024
BRADESCO DEB 01	R\$					448.434	500.000	04/08/2024
ELETROBRAS - ECF - 3023/12	R\$		0	SELIC		146.482	159.798	30/06/2027
ELETROBRAS - ECF - 3025/23	R\$		0	SELIC		149.344	221.030	30/01/2024
ELETROBRAS - ECF - 3060/01	R\$		0	SELIC		195.224	212.972	30/06/2027
ELETROBRAS - ECF - 3120/14	R\$		0	SELIC		259.230	282.796	30/06/2027
ELETROBRAS - ECF - 3249/15	R\$	119,5% a.a.	0	CDI		97.449	123.435	30/09/2025
ELETROBRAS - ECF - 3251/01	R\$	119,5% a.a.	0	CDI		161.157	204.132	30/09/2025
ELETROBRAS - ECF - 3265/15	R\$	119,5% a.a.	0	CDI		78.125	98.958	30/09/2025
ELETROBRAS - ECF - 3293/15	R\$	119,5% a.a.	1%	CDI		160.044	202.722	30/09/2025
ELETROBRAS - ECF - 3371/18	R\$	124,5% a.a.	0	CDI		149.477	231.010	30/10/2023
ELETROBRAS - ECF - 3372/19	R\$	124,5% a.a.	0	CDI		74.147	114.591	30/10/2023
ELETROBRAS - ECF - 3376/19	R\$	124,5% a.a.	0	CDI		23.824	71.472	30/06/2022
ELETROBRAS - ECF - 3377/19	R\$	124,5% a.a.	0	CDI		20.455	61.365	30/06/2022
ELETROBRAS - ECR - 0284/14	R\$	119,5% a.a.	0	CDI		102.914	130.359	30/09/2025
Total						4.928.084	5.701.336	

*Contratos que possuem garantias.

Prática Contábil

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo menos os custos de transação diretamente atribuíveis, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Quando os seus termos contratuais são modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício. Quando tal modificação for substancial, o financiamento original é extinto e reconhecido um novo passivo financeiro, com impacto no resultado do exercício.

Contrato com garantia financeira consiste em contratos que requerem que o emitente efetue pagamentos especificados a fim de reembolsar o detentor por perda que incorrer devido ao fato de o devedor especificado não efetuar o pagamento na data prevista, de acordo com as condições iniciais ou alteradas de instrumento de dívida. Essas estimativas são definidas com base na experiência e no julgamento da administração da Companhia. As taxas recebidas são reconhecidas com base no método linear ao longo da vida da garantia. Para fazer frente a uma eventual execução de garantia a Eletrobras provisiona 1% do saldo devedor garantido para as investidas controladas e não controladas. Qualquer aumento de obrigações em relação às garantias é apresentado, quando ocorrido, nas despesas operacionais nota 33.

NOTA 19 – ARRENDAMENTOS

O passivo de arrendamento refere-se principalmente aos contratos junto à produtores independentes, imóveis, veículos e máquinas. O prazo da locação corresponde ao período não terminável. A maioria dos contratos não oferece opções de renovação.

A movimentação do passivo é demonstrada no quadro a seguir:



	CONTROLADORA	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	745.817	16.800
Novos Contratos	53.368	-
Atualizações Contratuais	249.099	-
Juros Incorridos	119.388	1.389
Pagamentos	(530.841)	(18.188)
Baixas	-	(1.501)
Transferência	-	9.176
Saldo final	636.831	7.676

	CONSOLIDADO	
	31/12/2020	
Saldo inicial	25.976	
Aquisição Amazonas GT	833.212	
Juros Incorridos	255.412	
Pagamentos	(367.282)	
Baixas	(1.501)	
Transferência	-	
Saldo final	745.817	

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
Circulante	181.086	7.676	174.802
Não Circulante	455.745	-	571.015
Total	636.831	7.676	745.817

19.1 – Contratos de arrendamento não capitalizados

A Companhia utiliza as isenções para arrendamentos de curto prazo, arrendamentos para os quais o prazo do arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial e para itens cujo ativo subjacente seja de baixo valor, podendo este ser pequenos itens mobiliários de escritório, telefones e computadores.

a) Arrendamentos de curto prazo

Existem contratos cuja duração é igual ou inferior a 12 meses. Dentro do Grupo, eles se referem principalmente arrendamentos de: máquinas e equipamentos (como, por exemplo, os geradores).

b) Arrendamentos de ativos de baixo valor

Contratos de arrendamento de baixo valor dizem respeito a ativos com valor igual ou inferior a R\$ 50 milhões. Dentro do Grupo, estes incluem, nomeadamente, contratos de aluguel de impressoras e computadores.

Os vencimentos dos passivos não circulantes estão demonstrados no quadro a seguir:



	31/12/2021
2023	170.698,00
2024	170.698,00
2025	114.349,00
Total	455.745

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme o período previsto para pagamento.

Contraprestação do arrendamento	31/12/2021	31/12/2020
PIS/COFINS ptencial (9,25%)	18.269	15.826
	1.690	1.464

Prática Contábil

A Companhia reconhece os passivos de arrendamentos mensurados pelo valor presente dos pagamentos dos arrendamentos sem refletir a inflação futura projetada. Os pagamentos são descontados pela taxa incremental sobre empréstimos da companhia, visto que as taxas de juros implícitas nos contratos de arrendamento com terceiros normalmente não podem ser prontamente determinadas. Através desta metodologia a Companhia obteve taxas entre 6,81% a 10,33% ao ano, dependendo do prazo do contrato (as taxas foram determinadas para os períodos entre 1 e 30 anos).

Remensurações refletem alterações oriundas de índices ou taxas contratuais, bem como nos prazos dos arrendamentos devido a novas expectativas de prorrogações ou rescisões do arrendamento (com correspondente ajuste no direito de uso relacionado). As remensurações são reconhecidas no passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

Os juros e outras despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período, enquanto os pagamentos reduzem o seu valor contábil. O direito de uso adquirido por meio de arrendamento financeiro está classificado no Ativo Não Circulante sendo depreciado pelo prazo do arrendamento.

NOTA 20 – OBRIGAÇÕES COM A CONTROLADORA

20.1 – Obrigações com a controladora renegociados por instrumento de dívida.

Em dezembro/2021, a Eletrobras celebrou Termo de Renegociação de Dívida com a Eletronorte, tendo como base os valores das Demonstrações de setembro/2021, decorrente de saldo residual de dividendos de 2014.

Foi concedido um abatimento, no valor de R\$ 350 milhões, para a Eletronorte, referente ao Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, no Ambiente de Contratação Livre, firmado em 11/08/2014, entre a Eletronorte e a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, decorrente do Leilão nº 005/2014 – CP-CliqCCEE nº 661.793/661.808, sendo a Eletrobras a garantidora do respectivo contrato.



No Termo de Renegociação a Eletronorte efetuou o pagamento de R\$ 500 milhões em 30/12/2021 e parcelou a dívida em 107 parcelas conforme termo de repactuação de dívidas, cuja movimentação está demonstrada no quadro abaixo:

CONSOLIDADO	
Passivo Circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.169.351
Descontos	(350.000)
Transferencias	(195.930)
Pagamento	(500.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	123.421
Passivo Não Circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	975.735
Atualização monetária	87.661
Transferencias	195.930
Acordo judicial (Eletrobrás)	567.000
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.826.326

NOTA 21 – PASSIVO DE CONTRATO

21.1 - Albras

Em 2004 a Companhia participou do leilão de compra de energia elétrica realizado pelo consumidor industrial Alumínio Brasileiro S.A. – Albras, para um período de 20 anos, sendo 750 MW médios/mês, de junho de 2004 a dezembro de 2006 e 800 MW médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, estabelecendo como parâmetro para a celebração do contrato um preço mínimo compatível com a tarifa de equilíbrio da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

O preço final ofertado foi composto por um preço base, acrescido de um prêmio, calculado em função da cotação do alumínio no mercado internacional, constituindo um derivativo embutido, acima.

Com base nessas condições, a Albras efetuou a compra antecipada de créditos de energia elétrica, com pagamento antecipado de R\$ 1.200.000, que se constituiu em crédito, em MW, de 43 MW médios/mês, de março de 2004 a dezembro de 2006 e 46 MW médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, a ser amortizado durante o período de fornecimento, em parcelas mensais expressas nesses MW médios, de acordo com a tarifa vigente no mês de faturamento.

A posição e movimentação desse passivo são demonstradas a seguir:

**CONTROLADORA**

Saldo em 31 de dezembro de 2019	438.693
Amortizações Efetuadas	(78.732)
Ganhos	4.984
Saldo em 31 de dezembro de 2020	364.945
Passivo Circulante	74.075
Passivo Não Circulante	290.870
Saldo em 31 de dezembro de 2020	364.945
Amortizações Efetuadas	(89.749)
Ganhos	661
Saldo em 31 de dezembro de 2021	275.857
Passivo Circulante	89.509
Passivo Não Circulante	186.348

CONSOLIDADO

Saldo em 31 de dezembro de 2019	438.693
Amortizações Efetuadas	(78.389)
Ganhos	4.984
Saldo em 31 de dezembro de 2020	365.288
Passivo Circulante	74.418
Passivo Não Circulante	290.870

NOTA 22 – ENCARGOS SETORIAIS

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
Reserva global de reversão (RGR)	24.1	135.256	12.782	14.544
Conta de desenvolvimento energético (CDE)	24.2	12.282	10.865	10.865
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia (PROINFA)	24.3	6.143	11.860	11.860
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	24.4	166.558	230.689	283.145
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)	24.5	40.229	17.063	17.401
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)		3.322	2.931	4.333
Total		363.790	286.190	342.148

Os valores registrados no passivo como encargos setoriais possuem contrapartida em contas de resultado, como deduções da receita operacional.

22.1 – Reserva Global de Reversão (RGR)

A contribuição para a formação da RGR é de responsabilidade das Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, mediante uma quota denominada Reversão e Encampação de Serviços de Energia Elétrica, de até 2,5% do valor dos investimentos das concessionárias e permissionárias, limitado a 3% da receita anual. O valor da quota é computado como componente do custo do serviço.

22.2 – Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Companhia arrecada os recursos da CDE junto aos seus consumidores de energia elétrica e repassa à Eletrobras que é o órgão responsável pela movimentação financeira. Dessa forma, o ingresso e repasse desse recurso não afeta o resultado contábil da Companhia.



22.3 – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (PROINFA)

Programa do Governo Federal para o desenvolvimento de projetos para a diversificação da matriz energética brasileira e incentivo às fontes alternativas de energia elétrica, instituído pela Lei nº 10.438, de abril de 2002, que busca soluções de cunho regional para o uso de fontes renováveis de energia.

22.4 – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

A Companhia, na condição de empresa concessionária de energia elétrica, está obrigada a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida ajustada, em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

Os referidos recursos têm a seguinte destinação: (i) 0,4% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); (ii) 0,4% para projetos de pesquisa e desenvolvimento desenvolvidos pela Companhia, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL; e (iii) 0,2% para o Ministério de Minas e Energia (MME). Os recursos do P&D têm a finalidade de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

A composição dos recursos aplicados em projetos de pesquisa e desenvolvimento e dos repasses ao FNDCT e ao MME é a seguinte:

P&D	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
PASSIVO CIRCULANTE			
Projetos de pesquisa e desenvolvimento	153.419	226.063	272.495
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)	8.729	3.084	8.532
Ministério de Minas e Energia (MME)	4.410	1.542	2.118
Total	166.558	230.689	283.145
ATIVO CIRCULANTE			
Custos com projetos em andamento		-	-
TOTAL GERAL	166.558	230.689	283.145

Atendendo a determinação dos citados dispositivos legais, em contrapartida aos lançamentos registrados no passivo, a Companhia contabiliza no resultado, em pesquisa e desenvolvimento, como dedução da receita operacional, abaixo.

22.5 – Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

A Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos, para fins de geração de energia elétrica, foi instituída pela Constituição Federal de 1988 e trata-se de um percentual que as concessionárias de geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos. A ANEEL gerencia a arrecadação e a distribuição dos recursos entre os beneficiários: Estados, Municípios e órgãos da administração direta da União.

As concessionárias pagam 6,75% a.a. do valor da energia produzida a título de Compensação Financeira.

Prática contábil



Os encargos setoriais são reconhecidos como obrigações a recolher, derivadas dos encargos estabelecidos em lei e são registrados na rubrica de passivo circulante e não circulante de acordo com a competência.

NOTA 23 – REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

23.1 – Dividendos de exercícios anteriores

Em 27 de outubro de 2021 o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Assembleia Geral Extraordinária – AGE, deliberou a proposta de rerratificação da destinação do resultado dos exercícios de 2018 a 2020, conforme detalhado abaixo:

- Exercício de 2018 – quitação total dos dividendos não distribuídos do exercício de 2018, no montante de R\$ 1.019.671;
- Exercício de 2019 – pagamento parcial no valor de R\$ 255.931, havendo um saldo remanescente na reserva no valor de R\$ 703.301;
- Exercício de 2020 – pagamento do lucro remanescente de R\$ 535.538, após a absorção da integralidade do prejuízo de R\$ 3.089 bilhões da aquisição controlada Amazônia Geradora e Transmissora de Energia S.A, em março de 2020.

Movimentação dos saldos:

	31/12/2020	Constituição	Atualização	Pagamento Principal	Pagamento Encargos	31/12/2021
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício		1.741.370	-	-	-	1.741.370
Dividendos não reclamados	1.593	-	848	-	-	2.441
Dividendos retidos de exercícios anteriores	1.409.965	1.238.839	40.984	(1.811.116)	(139.832)	738.840
TOTAL	1.411.558	2.980.209	41.832	(1.811.116)	(139.832)	2.482.651

Prática Contábil

A distribuição de dividendos é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social. Os valores acima do mínimo obrigatório requerido por lei somente são provisionados quando aprovados em Assembleia de Acionistas, sendo registrados no patrimônio líquido em conta específica denominada, Dividendos Adicionais Propostos.

NOTA 24 – CONTRATOS ONEROSOS

A administração testou o Contrato Oneroso da UHE Coaracy Nunes. A avaliação utilizou como metodologia a avaliação do fluxo de caixa a valor presente considerando uma taxa de desconto para os empreendimentos de geração não renovados.

	CONTROLADORA			
	Saldo em 31/12/2020	Constituições	Reversão	Saldo em 31/12/2021
Circulante				
Geração				
Coaracy Nunes	40.196	-	(29.679)	10.517
	40.196	-	(29.679)	10.517
Não circulante				
Geração				
Coaracy Nunes	59.306	-	(59.306)	-

**CONSOLIDADO**

	Saldo em 31/12/2019	Constituições	Reversão	Saldo em 31/12/2020
Geração				
Coaracy Nunes	99.757	36.283	(36.538)	99.502
	99.757	36.283	(36.538)	99.502
Total	99.757	36.283	(36.538)	99.502

Empresa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
UHE Coaracy Nunes			
Passivo Circulante	10.517	40.196	40.196
Passivo Não Circulante	-	59.306	59.306
Total	10.517	99.502	99.502

Prática Contábil

Obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do mesmo excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo tempo.

NOTA 25 – BENEFÍCIOS PÓS - EMPREGO

A Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A (Eletronorte) patrocina planos de previdência aos seus empregados, bem como planos de assistência médica e seguro de vida pós-emprego em determinados casos. Esses benefícios são classificados como Benefícios Definidos (BD) e de Contribuição Definida (CD).

A Eletronorte oferece aos seus atuais e futuros aposentados e aos seus dependentes benefícios do tipo previdenciário, de assistência à saúde e seguro de vida pós-emprego, conforme apresentado na tabela a seguir:

Tipos de benefícios pós-emprego patrocinados pela Eletronorte				
Planos de benefícios previdenciários			Outros benefícios pós-emprego	
Plano BD	Plano Saldado	Plano CD	Seguro de Vida	Plano de Saúde
x		X	X	X

O plano de benefício previdenciário normalmente expõe o Grupo a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

- Risco de investimento: O valor presente do passivo do plano de benefício definido previdenciário é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em ações, instrumentos de dívida e imóveis. Devido à natureza de longo prazo dos passivos do plano, o conselho do fundo de pensão considera apropriado que uma parcela razoável dos ativos do plano deva ser investida em ações e imóveis para alavancar o retorno gerado pelo fundo;



- Risco de taxa de juros: Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano;
- Risco de longevidade: O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano; e
- Risco de salário: O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

As tabelas abaixo apresentam a conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido e do valor justo dos ativos com os valores registrados no balanço patrimonial para os benefícios previdenciários e para os demais benefícios pós-emprego. A seguir estão apresentados os resultados da Companhia.

Obrigações de benefício pós-emprego - valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	2021	2020	2020
Planos de saúde e de seguro de vida	106.740	102.029	120.798
Total das obrigações de benefícios pós-emprego	106.740	102.029	120.798
Não circulante	106.740	102.029	120.798
	106.740	102.029	120.798

a) Conciliação dos passivos dos planos de previdência e outros benefícios

Planos de benefícios definidos previdenciários - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	2021	2020	2020
Valor presente das obrigações atuariais parcial ou totalmente cobertas	460.619	497.148	517.789
Valor justo dos ativos do plano	(855.757)	(708.411)	(949.282)
Teto do ativo	395.138	497.148	439.573
Passivo/(Ativo) líquido	-	285.885	8.080
Custo de serviço corrente líquido	483	246	488
Custo de juros líquidos	555	(28.919)	(18.189)
Despesa/(Receita) atuarial reconhecida no exercício	1.038	(28.673)	(17.701)

Outros benefícios pós-emprego - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	2021	2020	2020
Valor presente das obrigações atuariais parcial ou totalmente cobertas	87.971	56.754	101.085
Passivo/(Ativo) líquido	87.971	56.754	101.085
Custo de serviço corrente líquido	1.802	650	650
Custo de juros líquidos	6.499	2.908	2.908
Despesa/(Receita) atuarial reconhecida no exercício	8.301	3.558	3.558

b) Divulgação de Benefícios Definidos Previdenciários



Resultados consolidados de benefícios definidos previdenciários - conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido.

Planos de benefícios definidos previdenciários - Movimentação do valor presente das obrigações atuariais:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	2021	2020	2020
Valor das obrigações atuariais no início do ano	517.789	442.489	464.750
Custo de serviço corrente	483	245	488
Juros sobre a obrigação atuarial	31.116	28.919	30.470
Benefícios pagos no ano	(42.400)	(35.565)	(36.400)
Contribuições Normais do Participante	695	518	584
Perda sobre as obrigações atuariais decorrentes de remensuração	(47.064)	60.542	57.897
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	18.994	-	-
Perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(98.346)	-	-
Perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	32.288	60.542	57.897
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	460.619	497.148	517.789

Resultados consolidados de benefícios definidos previdenciários - conciliação do valor justo dos ativos dos planos

Planos de benefícios definidos previdenciários - Movimentação e composição do valor justo dos ativos:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	2021	2020	2020
Valor justo dos ativos no início do ano	949.282	708.410	731.126
Benefícios pagos durante o exercício	(42.400)	(35.565)	(36.400)
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	695	518	584
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	4.227	518	584
Rendimento esperado dos ativos no ano	57.833	47.067	48.659
Ganho sobre os ativos do plano (excluindo as receitas de juros)	(113.880)	212.832	204.729
Valor justo dos ativos ao final do ano	855.757	933.780	949.282
Rendimento efetivo dos ativos no ano	(56.047)	259.899	253.388

Resultados consolidados de benefícios definidos previdenciários, planos de saúde e seguros de vida - Montantes reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	2021	2020	2020
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos em ORA no exercício líquidos dos impostos diferidos - Programa Previdenciário	(24.477)	(96.715)	(100.411)

c) Divulgação de Outros Benefícios Pós-Emprego

Resultados consolidados de outros benefícios pós-emprego - conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido

Outros benefícios pós-emprego - Movimentação do valor presente das obrigações atuariais:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	2021	2020	2020
Valor das obrigações atuariais no início do ano	101.085	56.754	56.754
Custo de serviço corrente	1.803	650	650
Juros sobre a obrigação atuarial	6.498	2.908	2.908
Benefícios pagos no ano	(8.961)	(37.055)	(37.055)
Desreconhecimento de benefício	-	-	-
Perda sobre as obrigações atuariais decorrentes de remensuração	(12.454)	77.828	77.828
Perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	(12.486)	-	-
Perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(22.078)	-	-
Perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	22.110	77.828	77.828
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	87.971	101.085	101.085

d) Hipóteses Atuariais e Econômicas



As premissas atuariais apresentadas abaixo foram utilizadas na determinação da obrigação de benefício definido e da despesa do exercício.

Hipóteses Econômicas		
	2021	2020
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	5,40%	2,22%
Projeção de aumento médio dos salários	2,13%	2,10%
Taxa média de inflação anual	4,00%	3,27%
Expectativa de retorno dos ativos do plano (i)		3,27%

Hipóteses Demográficas		
	2021	2020
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT – 2000 Feminina (Agravada em 15%)	AT-83 Feminina p/ sobrevivência e AT-49 desgravada em 2 anos para morte
Tábua de mortalidade de inválidos	AT- 49 desgravada em 2 anos	AT-49 Desgravada em 2 anos Masculina
Tábua de invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação.

e) Contribuições patronais

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido pós-emprego para os próximos 10 anos:

Programa Previdenciário	2022	2023	2024	2025	2026 em diante	Total
Em 31 de dezembro de 2021	47.973	44.271	40.908	37.635	329.750	500.537

f) Montantes incluídos no valor justo dos ativos dos planos

Categoria de Ativo	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
Valores Disponíveis Imediatos	370	473	475
Realizáveis	79.201	69.048	72.239
Investimentos em Renda Fixa	2.810.964	3.068.838	3.143.567
Investimentos em Renda Variável	442.203	538.251	552.322
Investimentos Imobiliários	49.945	49.992	50.468
Investimentos Estruturados	464.981	190.720	196.888
Empréstimos e Financiamentos	115.886	104.086	110.812
Outros	307.563	(189)	(203)
Fundo coletivo de benefício de risco	(257)		
(-) Recursos a receber do patrocinador e participante	(3.259.823)	(2.986.082)	(3.072.981)
(-) Exigíveis Operacionais	(15.846)	(9.728)	(10.057)
(-) Exigíveis Contingenciais	(17)	(16)	(16)
(-) Fundos de Investimentos	-	(1.026)	(1.089)
(-) Fundos Administrativos	(64.643)	(56.956)	(59.513)
(-) Fundos Previdenciais	(35.857)	(33.629)	(33.628)
Total dos ativos	894.670	933.782	949.284



Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos enquanto os valores justos de investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

Prática Contábil

Obrigações de aposentadoria

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de pensão, os quais são geralmente financiados por pagamentos a estes fundos de pensão, determinados por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida e variável. Nos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. Adicionalmente, não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições, se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida, visto que, em tais planos de benefício definido, é estabelecido um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. Nesse tipo de plano, a Companhia tem a obrigação de honrar com o compromisso assumido, caso o fundo não possua ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano.

O passivo reconhecido no Balanço Patrimonial, com relação aos planos de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa. As taxas de juros utilizadas nesse desconto são condizentes com os títulos de mercado, os quais são denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais são decorrentes substancialmente de ajustes, nas mudanças das premissas atuariais e nos rendimentos dos ativos do plano, e são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado no período de ocorrência de uma alteração do plano.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia efetua o pagamento das contribuições de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

Outras obrigações pós-emprego

Algumas empresas da Companhia oferecem benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados, além de seguro de vida para ativos e inativos. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço, ou à sua invalidez enquanto funcionário ativo.

Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispendo da mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Os



ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes, no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Benefícios de Rescisão

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o vínculo empregatício é encerrado pelas Empresas Eletrobras antes da data normal de aposentadoria, ou sempre que um empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. As Empresas Eletrobras reconhecem os benefícios de rescisão na primeira das seguintes datas: (i) quando as Empresas Eletrobras não mais puderem retirar a oferta desses benefícios; e (ii) quando a entidade reconhecer custos de reestruturação que estejam no escopo do CPC 25/IAS 37 e envolvam o pagamento de benefícios de rescisão. No caso de uma oferta efetuada para incentivar a demissão voluntária, os benefícios de rescisão são mensurados com base no número de empregados que, segundo se espera, aceitarão a oferta. Os benefícios que vencerem após 12 meses da data do balanço são descontados a valor presente.

NOTA 26 – PROVISÃO PARA CONTENCIOSO

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, que incluem processos de natureza tributária, cível e trabalhista.

A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus consultores jurídicos, e refletem a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar as perdas esperadas. A Administração adota o procedimento de classificar os processos judiciais impetrados contra a Companhia em função da probabilidade de perda, baseado na opinião dos consultores jurídicos, da seguinte forma:

- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado a perda provável, além de atender a condição de obrigação presente vinculada a evento passado e serem passíveis de razoável mensuração, são contabilizadas provisões;
- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como possível, não é contabilizada provisão e suas informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas, quando relevantes, e
- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como remoto, não é contabilizada provisão e somente são divulgadas em notas explicativas as informações, que a critério da administração, sejam julgadas de relevância ao bom entendimento e clareza das demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e outras, constituída de acordo com o CPC 25, é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos legais.

26.1 – Provisões

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada nos seguintes valores:



	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
Circulante			
Cíveis	-	389.783	389.783
Trabalhistas	-	-	-
	-	389.783	389.783
Não Circulante			
Cíveis	316.971	211.295	884.484
Trabalhistas	68.266	76.078	88.282
Tributárias	7.541	3.659	3.659
Outros	237.142	106.834	75.460
	629.920	397.866	1.051.885
Total	629.920	787.649	1.441.668

Estas provisões tiveram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a seguinte evolução:

	CONTROLADORA
Saldo em 31 de dezembro de 2020	787.649
Incorporação AMGT	708.053
Constituição de provisões	375.455
Reversão de provisões	(267.492)
Depósitos judiciais	254.863
Pagamentos/Baixas (a)	(1.228.608)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	629.920

(a) Do montante de R\$ 1.228.608, destaca-se as principais causas cíveis: R\$ 390 milhões para o Instituto de Resseguro do Brasil – IRB pago em fevereiro/21; R\$ 567 milhões do Processo El Paso reclassificado para a rubrica de Obrigações com a Controladora (vide nota 20); R\$ 40 milhões do processo Abengoa.

As contrapartidas das provisões e reversões estão registradas no grupo de despesas, abaixo.

26.1.1 – Cíveis

As provisões para riscos cíveis são de caráter indenizatório e de natureza financeira. Apresentamos abaixo os processos de maior relevância:

Ação de cobrança –: processo em discussão na esfera judicial, decorrentes de contrato de prestação de serviços e obras para a construção das linhas de transmissão do sistema associado à UHE Tucuruí em que se alega que os pagamentos realizados pela Eletronorte ocorreram com atraso e sem pagamento da correção monetária e juros de mora. Houve atualização do valor em 30.06.2021 com nova avaliação de risco decorrente de perícia contábil. Em 31 de dezembro de 2021 o processo monta R\$ 215.836 (Em 31 de dezembro de 2020 – R\$ 110.705).

Do montante de R\$ 884.484 no período de 2020, ocorreu uma redução no saldo devido ao acordo extra judicial referente aos processos do El Paso Amazonas e El Paso Rio Negro, no valor de 567 milhões, pago pela Eletrobras no final do exercício corrente. Esse valor foi reclassificado das provisões cíveis para obrigações com a controladora, vide nota 20.



26.1.2 – Tributárias

As provisões para riscos tributários envolvem várias provisões que, individualmente são de menor relevância, e basicamente são decorrentes de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e tributos federais junto à Receita Federal do Brasil, totalizando uma provisão em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 9.620. (31 de dezembro de 2020 - R\$ 3.659).

26.1.3 – Trabalhistas

A Companhia é ré em inúmeras reclamações trabalhistas envolvendo diversos assuntos. A maior parte envolve horas extras, adicional de periculosidade e responsabilidade subsidiária.

Em relação às provisões para riscos trabalhistas destacam-se as ações que versam sobre responsabilidade subsidiária, periculosidade e equiparação salarial, totalizando uma provisão em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 103.223, sem destaque a processo em particular.

26.1.4 – Outras

As provisões para riscos outras são compostas por processos de caráter regulatório e por reclamações impetradas por proprietários de áreas inundadas pelos reservatórios de usinas hidrelétricas. Apresentamos abaixo o processo de maior relevância:

Ação de desapropriação – UHE Balbina: desapropriações ajuizadas pela Companhia com a finalidade de indenizar os proprietários das áreas atingidas pela formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Balbina (AM). Em sua maioria, os processos estão em fase de cumprimento de sentença. Há discussão acerca da legitimidade dos títulos apresentados pelos expropriados, tendo, inclusive, o Ministério Público Federal ajuizado Ação Civil Pública contestando esses títulos. A provisão constituída desta causa em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 237.142 (Em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 271.855).

26.2 – Passivos Contingentes

A Companhia possui contingências passivas de natureza tributária, cível, trabalhista e outras, cuja expectativa de perda avaliada pela Administração e sustentada no julgamento de consultores jurídicos está classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída. Abaixo estão demonstradas as contingências classificadas com probabilidade de possível.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
Cíveis	1.081.564	908.791	1.140.187
Trabalhistas	93.980	75.409	135.232
Tributárias	379.905	802.445	804.889
Outros	178.727	205.458	245.474
	1.734.176	1.992.103	2.325.782

26.2.1 – Cíveis e outras



As contingências cíveis classificadas como possível de maior relevância para a Companhia referem-se às seguintes matérias:

Cobrança de correção monetária e juros por atraso de pagamento: ação Judicial de cobrança objetivando o recebimento de correção monetária e juros por atraso de pagamentos de faturas, em virtude da correção monetária desproporcional ao valor real da moeda, pela supressão e utilização de índices divorciados da realidade contratual. A Companhia sustenta que as partes realizaram composição de todas suas pendências firmando "Contrato de Reconhecimento, Consolidação e Pagamento de Débitos e outras avenças", e, que o direito reclamado se encontra prescrito e quitado. Em 31 de dezembro de 2021 o valor atualizado da causa é de R\$ 587.894 (em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 529.833).

Ação indenizatória e antecipação de tutela: ação trata de rescisão contratual cumulada com obrigações de fazer e não fazer, com pedido de tutela de urgência, no montante de R\$ 277.863 (em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 246.634).

Ação Declaratória: ação referente à discussão de cláusulas contratuais com construtora em decorrência da elaboração do projeto de implantação da UTE Mauá 3, no montante de R\$ 164 milhões em 31.12.2021 (em 31.12.2020 - 158.991).

26.2.2 – Tributárias

As contingências tributárias classificadas como possível de maior relevância, avaliadas pela Companhia estão relacionadas aos seguintes tributos:

PIS/PASEP e COFINS: A Companhia discutia na esfera administrativa, auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal no montante de R\$ 161.596. No entendimento da Receita Federal a correção de contratos anteriores a outubro de 2003, pelo IGPM, descaracteriza o caráter predeterminado do preço, de forma que após o primeiro reajuste o regime de tributação seria o da não-cumulatividade. Contudo, existem precedentes judiciais em sentido oposto, favoráveis, à tese da Companhia.

O processo encontra-se pendente de julgamento. O valor atualizado da causa em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 162.340 (em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 162.280).

A redução se deve principalmente à mudança do grau de risco de possível para remoto de dois processos da Taxa Pará (TFRH), respectivamente nos valores de R\$ 275 milhões e R\$ 148 milhões.

26.2.3 – Trabalhistas

As contingências trabalhistas classificadas como possível envolvem processos pulverizados de valor menor e em sua maioria referem-se a demandas que tratam de horas extras, horas *in itinere*, responsabilidade subsidiária (terceirização), reenquadramento e equiparação salarial no montante de R\$ 93.980 em 31.12.2021 (em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 135.232).

A redução se deve principalmente à mudança do grau de risco de possível para remoto de vários processos pulverizados.

26.2.4 – Outras

Ação indenizatória de desapropriação fundiária: ação trata de pedido de indenização de desapropriação fundiária. Já foi proferida sentença de ilegitimidade da parte autora referente à posse do imóvel em processo semelhante. Saldo do processo em 31 de dezembro de 2021 monta R\$ 156.187 (em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 139.742).

26.3 – Cauções e Depósitos Vinculados

A rubrica de cauções e depósitos vinculados refere-se a valores vinculados a processos judiciais e administrativos, conforme relacionados a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2020 (Reapresentado)
Cíveis	110.976	2.475	47.918
Trabalhistas	131.099	85.724	166.697
Tributárias	106.230	52.709	62.754
Regulatório	4.955	12.651	9.988
Ambientais	500	-	5.133
Outros	13.500	-	-
(-) Provisão	(108.342)	(1.798)	(64.724)
Total	258.918	151.761	227.766

O saldo provisionado pela Companhia em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 108.342 (R\$ R\$ 64.724 em 31 de dezembro de 2020), decorrente de depósitos de processos efetuados até 2007 e da dificuldade de identificação da existência do depósito no judiciário. O valor de depósitos em 2021 está apresentado pelo líquido, reduzindo o valor das provisões para contingências (nota 26.2).

Prática Contábil

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimar os valores de forma confiável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

As provisões para contingências judiciais são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou não formalizadas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. Nesse caso, tal contingência ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos seriam mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento de tribunais (jurisprudência).

NOTA 27 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Os valores e preços dos compromissos operacionais de longo prazo da Eletronorte de suas investidas estão apresentados pelo valor nominal e não estão deduzidos de eventuais subvenções e reembolsos de custos que a Companhia detenha. Os valores dos compromissos das empresas investidas estão apresentados pela proporção das participações da Companhia.

27.1 – Compra de Energia



Empresa	2022	2023	2024	2025	2026
Eletronorte	1.213.401	1.213.401	1.213.401	429.916	429.916

27.2 – Fornecedores de Combustível

No quadro abaixo está demonstrado os compromissos de longo prazo referente ao contrato com a Companhia de Gás do Amazonas – CIGÁS.

Empresa	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026
Eletronorte	3.573.993	3.573.993	3.547.686	3.573.993	3.573.993	13.851.484

O volume é referente à quantidade contratada diariamente (5.420.000) x quantidade de dias no ano (365/366). O preço apresentado refere-se a média do preço do gás natural acordado em contrato.

27.3 – Venda de Energia

Empresa	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026
Eletronorte	5.313.670	1.874.804	1.916.907	2.004.997	2.058.597	7.096.839

27.4 – Compromissos Socioambientais

Empresa	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026
Eletronorte	9.731	7.203	7.203	2.563	2.563	5.127

Em decorrência de exigências legais, relacionadas às obras de expansão da UHE Tucuruí, houve necessidade de efetivar o processo de licenciamento desse empreendimento junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) do Estado do Pará. Diante disso, para liberação da Licença de Instalação (LI), as partes acordaram que a Companhia seria responsável por realizar investimentos em programas de mitigação e compensações socioambientais, visando o desenvolvimento sustentável dos municípios à montante e à jusante da UHE Tucuruí envolvidos.

Estes compromissos estão registrados na rubrica de outros passivos da Companhia e totalizam em 31 de dezembro de 2020 R\$ 140.183.

Prática Contábil

A Companhia divulga, de acordo com os requerimentos das normas contábeis CPC 27/IAS 16 –



Ativo imobilizado e CPC 45/IFRS 12 - Divulgação de Participações em outras Entidades, os compromissos para aquisição de imobilizado e os compromissos relacionados com seus empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*), separadamente do valor de outros compromissos. Adicionalmente, a Companhia divulga os compromissos de compra e venda de energia, compromissos socioambientais, e compras com fornecedores de combustíveis.

NOTA 28 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
Circulante			
Provisão de férias	125.019	87.035	104.165
Provisão Plano de aposentadoria extraordinário (PAE)	27.205	39.760	39.760
Folha de Pagamento	41.736	54.500	70.185
Encargos sobre folha de pagamento	72.455	55.335	61.218
Participações nos Lucros/Resultados	111.367	122.323	135.960
Outros	17.943	12.042	12.370
	395.725	370.995	423.658
Não Circulante			
Provisão Plano de aposentadoria extraordinário (PAE)	64.038	-	-
	64.038	-	-
Total	459.763	370.995	423.658

Prática Contábil

Os pagamentos de benefícios tais como salário ou férias, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência.



NOTA 29 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital subscrito e totalmente integralizado, no valor de R\$ 11.576.263 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 11.576.263), está representado por 154.093.501 (31 de dezembro de 2020 - 154.093.501) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, conforme composição acionária abaixo:

ACIONISTAS	CONTROLADORA						CONSOLIDADO		
	31/12/2021			31/12/2020			31/12/2020		
	Nº DE AÇÕES	%	CAPITAL SOCIAL	Nº DE AÇÕES	%	CAPITAL SOCIAL	Nº DE AÇÕES	%	CAPITAL SOCIAL
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras	153.575.942	99,664	11.537.381	153.575.942	99,664	11.537.381	153.575.942	99,664	11.537.381
Prefeitura Municipal de Manaus	263.513	0,171	19.796	263.513	0,171	19.796	263.513	0,171	19.796
Rede Power do Brasil S.A.	-	0,000	-	-	0,000	-	-	0,000	-
Amazonas Distribuidora de Energia S.A.	146.382	0,095	10.997	146.382	0,095	10.997	146.382	0,095	10.997
Governo do Estado de Roraima	35.992	0,023	2.704	35.992	0,023	2.704	35.992	0,023	2.704
Cia. de Eletricidade do Acre-Eletoacre	-	0,000	-	-	0,000	-	-	0,000	-
Centrais Elétricas de Rondônia S.A.-Ceron	-	0,000	-	-	0,000	-	-	0,000	-
Prefeitura Municipal de Boa Vista	8.568	0,006	644	8.568	0,006	644	8.568	0,006	644
União Federal	1.804	0,001	136	1.804	0,001	136	1.804	0,001	136
Outras pessoas físicas	33.836	0,020	2.542	31.531	0,021	2.467	31.531	0,020	2.369
Outras pessoas jurídicas	27.464	0,019	2.063	29.769	0,018	2.138	29.769	0,019	2.236
TOTAL	154.093.501	100,000	11.576.263	154.093.501	100,000	11.576.263	154.093.501	100,000	11.576.263

O valor patrimonial da ação em 31 de dezembro de 2021 é de R\$127,22 (em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$97,99).



29.1. Reserva de Lucros

29.2.1 Reserva Legal

De acordo com a legislação societária, anualmente é constituída Reserva Legal à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, reduzindo a parcela referente à subvenção para investimentos, nos termos do artigo 193 da lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

29.2.2 – Reserva de Incentivos Fiscais

A Reserva de Incentivos Fiscais foi criada pela Lei nº 11.638/2007. Por meio desta última foi retirada da Lei nº 6.404/1976 a alínea “d” do § 1º Art. 182, que permitia a contabilização de doações e subvenções para investimento como reserva de capital, e incluído o artigo 195-A que possibilita à Assembleia Geral, por proposta dos órgãos da Administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, a qual poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

Os empreendimentos da Companhia contemplados com o incentivo fiscal SUDAM estão discriminados na abaixo - Imposto de Renda e Contribuição Social.

Prática Contábil

Representa as ações ordinárias e as ações preferenciais integralizadas e é classificado no patrimônio líquido.

Outros resultados abrangentes

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa que não são reconhecidos na demonstração do resultado. Os componentes dos outros resultados abrangentes incluem:

- a) Ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido;
- b) Ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior;
- c) Ajuste de avaliação patrimonial relativo aos ganhos e perdas na remensuração de ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes;
- d) Ajuste de avaliação patrimonial relativo à efetiva parcela de ganhos ou perdas de instrumentos de *hedge* em *hedge* de fluxo de caixa; e
- e) Impacto de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os itens registrados em outros resultados abrangentes.

Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. As subvenções governamentais são reconhecidas, sistematicamente, no resultado durante os exercícios nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. As subvenções governamentais recebíveis como compensação por despesas já incorridas, com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato à Companhia, sem custos futuros correspondentes, são reconhecidas no resultado do exercício em que forem recebidas e apropriadas à reserva de lucros e não são destinadas à distribuição de dividendos.

NOTA 30 – SEGUROS

A importância segurada apresenta um valor global de R\$ 8.908.896 (em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 7.745.000).

Risco	Seguradora	Importância Segurada	Prêmio	Período de vigência
Risco Operacional	Fator Seguradora S/A	6.921.692	79.213	27/12/2021 à 27/12/2022
Director & Officers (D&O)	Fator Seguradora S/A	100.000	1.143	15/12/2021 à 15/12/2022
Incêndio (Sede/Regionais)	Mapfre Seguros Gerais S/A	158.416	30	23/01/2021 à 23/01/2022
Seguro de Vida em Grupo	Zurich Minas Brasil S/A	1.111.225	7.329	01/05/2021 à 01/05/2022
Responsabilidade Civil	Berkley Internacional do Brasil Seguros	100.000	470	20/08/2021 à 20/08/2022
Seguro Garantia Judicial	BMG Seguros S/A	500.000	1.920	26/11/2021 à 26/11/2022
Seguro Transporte Nacional	Mapfre Seguros Gerais S/A	De acordo com as averbações (valores constantes das notas)	22	18/05/2021 à 18/05/2022
Incêndio (ENOR/AMGT)	Mapfre Seguros	17.563	4	23/01/2021 à 23/01/2022
TOTAL		8.908.896	90.131	

30.1 - Seguro de risco de engenharia - modalidade funcionamento operacional

Cobertura de seguros aplicada para danos materiais, quebra de máquinas, danos elétricos e defeitos mecânicos para os equipamentos em funcionamento operacional nas usinas hidroelétricas, termelétricas e subestações de propriedade da Companhia.

30.2 - Seguro de incêndio, raio e explosão

Cobertura de seguros aplicada contra Incêndio, raio e explosão para os prédios e conteúdo do edifício sede em Brasília, escritório da Companhia em São Paulo, e a todos os bens móveis e imóveis, utensílios e instalações dos escritórios, unidades de apoio e Unidades Descentralizadas de propriedade ou sob responsabilidade da Companhia.

30.3 - Seguro de responsabilidade civil geral

Cobertura de seguros aplicada para danos corporais, danos materiais e prejuízos causados a terceiros, danos morais e poluição e/ou contaminação ambiental, súbita e acidental de responsabilidade da Companhia.

Prática Contábil

Para proteção do seu patrimônio, a Companhia administra por meio da contratação de seguros os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem significativamente o seu patrimônio, bem como os riscos sujeitos ao seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

NOTA 31 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020 (reapresentado)	31/12/2021	31/12/2020 (reapresentado)
Geração				
Suprimento	4.959.742	2.369.143	7.154.919	5.520.237
Fornecimento	1.426.405	888.888	1.426.405	888.888
Energia elétrica de curto prazo	907.466	209.855	916.921	237.804
Receita de operação e manutenção	35.926	33.521	35.926	33.525
	7.329.539	3.501.407	9.534.171	6.680.454
Transmissão				
Receita de operação e manutenção	1.137.695	980.774	1.146.737	1.000.246
Receita de construção	116.786	75.428	116.786	71.893
Receita financeira contratual	1.817.927	1.159.919	1.836.476	1.230.151
	3.072.408	2.216.121	3.099.999	2.302.290
Outras receitas	547.467	429.704	547.467	429.705
	10.949.414	6.147.232	13.181.637	9.412.449
(-) Deduções à Receita Operacional				
(-) ICMS	(436.614)	(14.793)	(814.814)	(574.077)
(-) PASEP e COFINS	(852.907)	(556.754)	(916.110)	(810.718)
(-) Encargos setoriais	(800.106)	(591.526)	(825.173)	(634.997)
(-) Outras Deduções (inclusive ISS)	(7.200)	(7.207)	(7.200)	(7.207)
	(2.096.827)	(1.170.280)	(2.563.297)	(2.026.999)
Receita operacional líquida	8.852.587	4.976.952	10.618.340	7.385.450

A receita operacional líquida passou de R\$ 7.385.450 em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 10.618.340 em 31 de dezembro de 2021. A variação se deve principalmente pelo aumento de: i) R\$ 1.634 milhões na receita de suprimento devido a incorporação da Amazonas GT; ii) R\$ 510 milhões no faturamento da Albrás; e iii) R\$ 660 milhões de venda de energia no mercado de curto prazo.

A receita de transmissão em 31 de dezembro de 2021 apresentou aumento de R\$ 797 milhões principalmente devido a atualização monetária pelo IPCA do ativo contratual. Na receita de operação e manutenção apresentou aumento de R\$ 146 milhões devido a revisão tarifária ciclo 2021-2022.

Prática Contábil

Reconhecimento de receita

O CPC 47/IFRS 15 estabeleceu um novo conceito para o reconhecimento de receita, substituindo o CPC 30/IAS 18 Receita, o CPC 17/IAS 11 Contratos de Construção e as interpretações relacionadas a partir de 1º de janeiro de 2018.

A norma estabelece um modelo de cinco etapas, sendo elas, (1) identificação do contrato, (2) identificação das obrigações de desempenho, (3) determinação do preço da transação, (4) alocação do preço de transação e (5) reconhecimento da receita, para determinar quando reconhecer a receita, e por qual valor. O modelo especifica que a receita deve ser reconhecida quando (ou conforme) uma entidade transfere o controle de bens ou serviços para os clientes, pelo valor que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo se determinados critérios são cumpridos, a receita é reconhecida:

- Com o passar do tempo, de uma forma a refletir o desempenho da entidade da melhor maneira possível; ou



- Em um determinado momento, quando o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente.

Os contratos de concessão de transmissão foram considerados como ativos contratuais e registrados de acordo com a norma CPC 47/IFRS 15.

a) Receita relacionada aos ativos de transmissão de energia elétrica

A Companhia avaliou que existem duas obrigações de desempenho nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica, sendo elas a construção da infraestrutura necessária para as linhas de transmissão e a operação e manutenção da disponibilidade.

De acordo com o CPC 47/IFRS 15, qualquer contraprestação cuja obrigação de desempenho tenha sido executada e transferida ao cliente, mas ainda não é devida, deve ser reconhecida como ativo de contrato. Portanto, após a adoção do CPC 47/IFRS 15, a Companhia desreconheceu seus ativos financeiros líquidos de transmissão e ativos de contrato foram reconhecidos.

b) Venda de energia e serviços

b.1) Geração

A receita de venda de energia é reconhecida quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia; o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; os riscos e os benefícios relacionados à venda foram transferidos para o comprador; os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade; e a Companhia não detém mais o controle e a responsabilidade sobre a energia vendida.

Para as concessões de geração prorrogadas à luz da Lei 12.783/2013, houve a alteração do regime de preço para tarifa, com revisão tarifária periódica nos mesmos moldes já aplicados à atividade de transmissão até então. A tarifa é calculada com base nos custos de operação e manutenção, acrescidos da taxa adicional de receita de 10%, sendo contabilizada a receita para cobertura dos gastos de operação e manutenção com base no custo incorrido.

b.2) Transmissão

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia elétrica até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.



NOTA 32 – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Nota	CONTROLADORA					
		31/12/2021			31/12/2020 (reapresentado)		
		Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total
Pessoal		(450.963)	(805.870)	(1.256.833)	(475.283)	(543.685)	(1.018.968)
Material		(65.741)	(2.842)	(68.583)	(28.366)	(6.621)	(34.987)
Serviços		(119.965)	(130.303)	(250.268)	(171.031)	(89.611)	(260.642)
Plano de demissão consensual (PDC)		-	-	-	-	(6.825)	(6.825)
Energia comprada para revenda (a)		2.786.874	-	2.786.874	(313.140)	-	(313.140)
Encargos sobre uso da rede elétrica		(747.720)	-	(747.720)	(649.625)	-	(649.625)
Construção		(166.390)	-	(166.390)	(82.772)	-	(82.772)
Combustível para produção de energia elétrica (b)		(1.315.064)	-	(1.315.064)	(1.764)	-	(1.764)
(-) Recuperação de despesas (c)		626.100	-	626.100	68.427	3.678	72.105
Redução ao valor recuperável		187.790	(144.845)	42.945	-	(127.202)	(127.202)
Depreciação e amortização		(606.956)	(43.783)	(650.739)	(392.572)	(30.356)	(422.928)
Doações e contribuições		-	(5.517)	(5.517)	-	-	-
(Provisões)/Reversões operacionais	33.2	-	462.169	462.169	-	(8.143)	(8.143)
Outros		(62.336)	(51.213)	(113.549)	(152.208)	7.400	(144.808)
Total		65.629	(722.204)	(656.575)	(2.198.334)	(801.365)	(2.999.699)


NOTA 32 – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (Continuação)

	Nota	CONSOLIDADO					
		31/12/2021			31/12/2020 (reapresentado)		
		Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total
Pessoal		(498.786)	(819.351)	(1.318.137)	(556.387)	(566.399)	(1.122.786)
Material		(78.393)	(3.927)	(82.320)	(48.822)	(7.689)	(56.511)
Serviços		(149.872)	(148.103)	(297.975)	(232.381)	(113.618)	(345.999)
Plano de demissão consensual (PDC)		-	-	-	(199)	(8.763)	(8.962)
Energia comprada para revenda (a)		2.714.958	-	2.714.958	(485.711)	-	(485.711)
Encargos sobre uso da rede elétrica		(793.737)	-	(793.737)	(705.283)	-	(705.283)
Construção		(166.390)	-	(166.390)	(82.772)	-	(82.772)
Combustível para produção de energia elétrica (b)		(1.315.064)	-	(1.315.064)	(1.625.123)	-	(1.625.123)
Recuperação de despesas (d)		626.100	-	626.100	852.666	3.678	856.344
Redução ao valor recuperável		187.790	(144.845)	42.945	-	(127.202)	(127.202)
Depreciação e amortização		(678.867)	(44.190)	(723.057)	(501.656)	(30.643)	(532.299)
Doações e contribuições		-	(6.082)	(6.082)	-	-	-
(Provisões)/Reversões operacionais	33.2	-	383.386	383.386	-	(403.034)	(403.034)
Outros		(682.729)	(49.000)	(731.729)	(182.648)	1.687	(180.961)
Total		(834.990)	(832.112)	(1.667.102)	(3.568.316)	(1.251.983)	(4.820.299)



- a) O valor positivo de R\$ 2.714.958 de energia comprada para revenda em 2021, decorre do reconhecimento da extensão dos prazos de concessão (R\$ 3.029.305), conforme informado na NE 3.5, no qual se deve ao fato de que no passado a Companhia incorreu em gastos com compra de energia.
- b) O montante de R\$ 1.315.064 Bilhões em 31 de dezembro de 2021, refere-se ao consumo de combustível gás natural no primeiro semestre de 2021 utilizados na usina de Mauá 3, Turbina a Gás - TG2.
- c) A variação no período corresponde, principalmente, à extensão dos prazos das concessões de usinas/complexos hidrelétricos, em razão da repactuação do risco hidrológico, nos termos da Lei nº 14.052/2020, registrada em recuperação de custos, em contrapartida ao ativo intangível. Mais informações vide nota 3.5
- d) Com a cessão do contrato de gás da Amazonas Distribuidora para a Amazonas GT, em dezembro de 2018, a Companhia passou a ser beneficiária do reembolso do Fundo Setorial CCC, o qual é utilizado para cobrir parte dos custos da Eletronorte com aquisição do gás natural. Considerando que o término do Contrato de Gás Natural será em 30 de novembro de 2030, o benefício da CCC para a Companhia será devido durante o período de 1º de janeiro de 2019 (início da operação da UTE Mauá 3) à 30 de novembro de 2030.

Os reembolsos da CCC são realizados pela CCEE, a qual atua no processo de gestão financeira e operacional da CCC. Os reembolsos seguem a seguinte periodicidade:

- Dia 20 do mês subsequente ao do fornecimento do gás natural, a CCEE faz um repasse de adiantamento em nome da Eletronorte. Este valor reembolsado preliminarmente é feito com base na média dos reembolsos dos três últimos meses, limitados em 75% da média calculada; e
- Dia 15 do segundo mês subsequente ao do fornecimento do gás natural, a CCEE reembolsa a diferença entre o montante total do reembolso devido e o reembolso preliminar realizado no dia 20 do mês subsequente ao do fornecimento (adiantamento).

32.1 – Pessoal

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração do trabalho				
Remuneração direta	(494.512)	(422.132)	(510.587)	(446.151)
Remuneração indireta	(211.814)	(207.372)	(223.676)	(222.292)
Provisão de férias	(118.964)	(84.300)	(126.630)	(98.976)
Provisão de 13º salário	(48.029)	(44.404)	(50.872)	(51.055)
FGTS	(105.093)	(59.847)	(108.294)	(65.154)
Hora extra	(23.312)	(21.794)	(26.102)	(25.684)
Benefícios assistenciais	(10.239)	(9.757)	(11.504)	(11.827)
Outros	(29.502)	(12.858)	(32.314)	(26.587)
	(1.041.465)	(862.464)	(1.089.979)	(947.726)
Encargos sobre despesa de pessoal				
Contribuições previdenciárias	(174.069)	(123.548)	(186.180)	(140.463)
Demais encargos sociais	(36.072)	(29.167)	(36.072)	(29.167)
	(210.141)	(152.715)	(222.252)	(169.630)
Plano de Demissão Consensual - PDC	-	(6.825)	-	(8.962)
	-	(6.825)	-	(8.962)
Administradores	(5.227)	(3.789)	(5.906)	(5.430)
	(5.227)	(3.789)	(5.906)	(5.430)
Total	(1.256.833)	(1.025.793)	(1.318.137)	(1.131.748)

A variação na rubrica de pessoal se deve, principalmente, em razão do aumento das seguintes contas: coparticipação no Plano de Saúde, contribuições sociais, FGTS, contribuição à Previnorte, 13º salário, impactado pelos desligamentos de 221 colaboradores ocorridos em 2021. Além disso, houve reajuste salarial pactuado no acordo coletivo de trabalho ACT-2020/2022 de 6,75% equivalente ao IPCA de 1º de maio de 2020 a 30 de abril de 2021 com efeitos retroativos à 1º de maio de 2021.

32.2 - Provisões/Reversões Operacionais

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Provisões operacionais:				
Riscos	(107.962)	(21.217)	(104.259)	(16.764)
Demais provisões (a)	67.615	(50.794)	67.615	(43.912)
	(40.347)	(72.011)	(36.644)	(60.676)
Perda para crédito de liquidação duvidosa:				
Consumidores e revendedores (b)	450.833	61.913	368.347	(344.313)
Demais ativos	51.683	1.955	51.683	1.955
	502.516	63.868	420.030	(342.358)
Total	462.169	(8.143)	383.386	(403.034)

- a) O saldo de 67.615 refere-se ao montante de R\$ 151.990 menos a reversão do imobilizado no valor de R\$ 84.375.
- b) O valor líquido de R\$ 368.347 refere-se à R\$ 241.561 de provisão de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa menos a reversão de R\$ 692.394, menos a provisão de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 82.346, da Amazonas Geração e Transmissão de Energia, cujo detalhamento das principais provisões e reversões estão destacados na nota 9.1.

NOTA 33 – RESULTADO FINANCEIRO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Receitas Financeiras				
Receita de aplicações financeiras	116.585	79.242	151.414	88.910
Acréscimo moratório sobre energia elétrica	154.326	40.783	154.326	40.783
Atualizações monetárias ativas	99.658	103.668	121.273	118.293
Ganhos com derivativos	725.826	332.017	725.826	332.017
Outras receitas financeiras	456.880	11.976	520.288	117.305
	1.553.275	567.686	1.673.127	697.308
Despesas financeiras				
Empréstimos e financiamentos	(318.238)	(207.717)	(364.509)	(304.178)
Arrendamento mercantil	(211.520)	(1.389)	(427.599)	(255.412)
Encargos sobre recursos de acionistas	(44.275)	(31.436)	(44.275)	(31.436)
Atualizações monetárias passivas	(167.133)	(171.705)	(214.537)	(224.909)
Variações cambiais passivas	(23.713)	(130.068)	(25.934)	(130.068)
Outras despesas financeiras	(151.743)	(70.226)	(162.061)	(113.337)
	(916.622)	(612.541)	(1.238.915)	(1.059.340)
Resultado Financeiro	636.653	(44.855)	434.212	(362.032)

Prática Contábil

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigente na data das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pela taxa de câmbio do fim do período são reconhecidos no resultado como despesa ou receita financeira.

São registrados também os juros dos passivos de arrendamentos, os efeitos dos encargos dos títulos de dívidas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, e os ganhos e perdas referente as aplicações financeiras. Maiores informações sobre as práticas contábeis das transações citadas podem ser observadas nas respectivas notas explicativas.

NOTA 34 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

34.1 - Instrumentos financeiros derivativos embutidos

Os saldos ativos e passivos dos instrumentos financeiros derivativos embutidos estão demonstrados a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
Ativo Circulante			
Fornecimento de energia elétrica	690.333	317.443	317.443
Ativo Não Circulante			
Fornecimento de energia elétrica	653.022	310.100	310.100
Total Ativo Financeiro	1.343.355	627.543	627.543
Opção de conversão em ações	-	10.014	10.014
Total Passivo Financeiro	-	10.014	10.014



O saldo de ativo referente a instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 1.343.355 (em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 627.543). A justificativa para o aumento nesse período de comparação, deve-se ao valor justo do prêmio calculado em dezembro de 2021, no qual teve uma valorização de 10,61%, quando comparado ao resultado do mês anterior. A diferença ocorreu devido principalmente à variação positiva de 1,78% do preço do alumínio primário, de US\$ \$ 2.646,22 para US\$ 2.693,41 no período e da variação positiva do dólar de 0,86%, de US\$ 5,61 para US\$ 5,66.

Da mesma forma, ao compararmos o valor justo do prêmio calculado em dezembro de 2021 com o resultado de dezembro de 2020, observa-se uma variação positiva de 114,07%. Essa variação ocorreu devido principalmente à valorização do preço do LME de 32,75% de US\$ 2.028,90 para US\$ 2.693,41 bem como da variação positiva no dólar de 13,62% de R\$ 4,98 para R\$ 5,66.

34.1.1 – Contratos de fornecimento de energia elétrica

A Companhia celebrou, no exercício de 2004, contrato de longo prazo para fornecimento de energia elétrica com a Alumínio Brasileiro S.A. – Albras. Parte da receita desse contrato de longo prazo está associada ao pagamento de um prêmio atrelado ao preço internacional do alumínio, cotado na London Metal Exchange (LME), como ativo básico para fins de definição dos valores mensais do prêmio.

O prêmio decorrente do contrato de venda de energia, avaliados suas características, pode ser considerado como um componente de um contrato híbrido (combinado), que inclui um contrato não derivativo que o abriga. Esse prêmio faz parte do contrato principal e possui características específicas de correção associadas à flutuação do preço do alumínio no mercado internacional e ainda pela variação na cotação do dólar. Assim, o prêmio é considerado um derivativo embutido, pois a sua precificação deriva do preço do alumínio que é definido neste caso como o ativo básico, também conhecido como ativo subjacente.

Os detalhes do contrato são os seguintes:

Cliente	Data do contrato		Volume em mega watts médios (MW)
	Inicial	Final	
Alumínio Brasileiro S.A - Albrás	01/07/2004	31/12/2024	750 até 31/12/2006 e 800 a partir de 01/01/2007.

O cálculo do prêmio do contrato inclui o conceito de cap and floor band, relacionado ao preço do alumínio cotado na LME. O preço máximo e mínimo da LME está limitado a US\$ 2.773,21/ton e US\$ 1.450/ton, respectivamente.

34.2 Gestão do Risco de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.



Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à exposição líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos, apresentados na nota 18, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (sem considerar o caixa restrito e TVM restrito), apresentados nas notas 7 e 8. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	CONTROLADORA	
	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures	4.928.084	3.086.697
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(33.529)	(1.145)
Exposição líquida	4.894.555	3.085.552
(+) Total do Patrimônio Líquido	19.603.028	15.246.077
Total do Capital	24.497.583	18.331.629
Índice de Alavancagem Financeira	20%	17%

	CONSOLIDADO	
	31/12/2020 (Reapresentado)	
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures	5.816.856	
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(70.144)	
Exposição líquida	5.746.712	
(+) Total do Patrimônio Líquido	15.246.077	
Total do Capital	20.992.789	
Índice de Alavancagem Financeira	27%	

34.3 - Classificação por categoria de instrumentos financeiros

Os saldos contábeis de certos ativos e passivos financeiros, como por exemplo, os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a PCLD, representam uma aproximação razoável do valor justo.

A Companhia usa a seguinte classificação para enquadrar os seus instrumentos financeiros e seus respectivos níveis:

	Nível	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Custo amortizado		3.021.660	709.868	2.407.010
Clientes		2.923.590	709.868	2.407.010
Direito de ressarcimento		98.070	-	-
Valor justo por meio do resultado		4.407.618	1.867.235	2.127.960
Caixa e equivalentes de caixa	2	33.529	1.145	70.144
Títulos e Valores Mobiliários	2	3.064.263	1.239.692	1.500.417
Instrumentos Financeiros Derivativos	2	1.343.355	627.543	627.543
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Custo amortizado		6.326.417	3.547.659	7.176.898
Empréstimos, financiamentos e debêntures		4.928.084	3.086.697	5.816.856
Fornecedores		761.502	453.286	614.225
Arrendamentos		636.831	7.676	745.817
Valor justo por meio do resultado		-	10.014	10.014
Instrumentos Financeiros Derivativos	2	-	10.014	10.014



Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora. E os preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas investidas é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais classificados como valor justo por meio de resultado ou através de outros resultados abrangentes anteriormente classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis e confia o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros (nível 2) incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado; e
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.

Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, que são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes (nível 3), e o risco de crédito das contrapartes das operações de swaps.

34.4 - Gestão de Riscos Financeiros

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.



Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

As análises de sensibilidade abaixo foram elaboradas tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Tratam-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2020 (Reapresentado)
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures	4.928.084	3.086.697	5.816.856
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(33.529)	(1.145)	(70.144)
Exposição líquida	4.894.555	3.085.552	5.746.712
(+) Total do Patrimônio Líquido	19.603.028	15.246.077	15.246.077
Total do Capital	24.497.583	18.331.629	20.992.789
Índice de Alavancagem Financeira	20%	17%	27%

34.4.1 – Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre de a possibilidade da Companhia ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia apresenta exposição a riscos financeiros que causam volatilidade em suas demonstrações contábeis bem como em seu fluxo de caixa. A Companhia apresenta relevante exposição entre ativos e passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte americano, proveniente principalmente de contratos de financiamento.

Com isso, a referida política visa que os resultados da Companhia reflitam fielmente o seu real desempenho operacional e que o seu fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade.

(a) Composição dos saldos em moeda estrangeira e análise de sensibilidade

Risco de **apreciação** das taxas de câmbio:

	Saldo em 31/12/2021		Efeito no resultado			
	Moeda Estrangeira	Reais	Cenário I - Provável 2022 ¹	Cenário II (+25%) ¹	Cenário III (+50%) ¹	
USD	Empréstimos e financiamentos	46.321	258.493	267.271	323.116	387.740
	Impacto no resultado			(8.778)	(64.623)	(129.247)
IENE	Empréstimos e financiamentos	1.987.023	96.311	98.837	120.389	144.467
	Impacto no resultado			(2.526)	(24.078)	(48.156)
	Impacto no resultado das taxas de câmbio			(11.304)	(88.701)	(177.402)
(1) Premissas adotadas:		31/12/2021	Provável	25%	+50%	
	USD	5,58	5,77	6,98	8,37	
	IENE	0,05	0,05	0,06	0,07	

34.4.2 – Risco de taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade de a Companhia contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a contratos de captação externa. A Companhia monitora a sua exposição às taxas operadas.

a) Composição dos saldos por indexador e análise de sensibilidade

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável para 31 de dezembro de 2021 previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central, e Economic Outlook, publicado pela OCDE

Risco de **apreciação** das taxas de juros

		CONTROLADORA			
		Saldo em 31/12/2021	Efeito no resultado		
			Cenário I - Provável 2022 ¹	Cenário II (+25%) ¹	Cenário III (+50%) ¹
CDI	Empréstimos, financiamentos e debêntures	423.848	53.603	67.004	80.405
	Impacto no resultado	423.848	53.603	67.004	80.405
SELIC	Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.031.042	131.458	164.322	197.187
	Impacto no resultado	1.031.042	131.458	164.322	197.187
Impacto no resultado dos índices			185.061	231.326	277.592
(¹) Premissas adotadas:		31/12/2021	Provável	+25%	+50%
	CDI	9,15%	12,65%	15,81%	18,97%
	SELIC	9,25%	12,75%	15,94%	19,13%

Risco da depreciação das taxas de juros

		CONTROLADORA			
		Saldo em 31/12/2021	Efeito no resultado		
			Cenário I - Provável 2022 ¹	Cenário II (-25%) ¹	Cenário III (-50%) ¹
CDI	Empréstimos, financiamentos e debêntures	423.848	53.603	40.202	26.802
	Impacto no resultado	423.848	53.603	40.202	26.802
SELIC	Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.031.042	131.458	98.593	65.729
	Impacto no resultado	1.031.042	131.458	98.593	65.729
Impacto no resultado dos índices			185.061	138.796	92.531
(¹) Premissas adotadas:		31/12/2021	Provável	-25%	-50%
	CDI	9,15%	12,65%	9,49%	6,32%
	SELIC	9,25%	12,75%	9,56%	6,38%

34.4.3 – Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de realização de seus recebíveis de clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações.



	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
Ativos (Circulante / Não Circulante)			
Caixa e equivalentes de caixa	33.529	1.145	1.145
Títulos e valores mobiliários	3.064.263	1.239.692	1.239.692
Clientes	2.923.590	709.868	709.868
Outros ativos	931.848	572.331	572.331
Total	6.953.230	2.523.036	2.523.036

Caixa e equivalentes de caixa: Em eventuais relações com instituições financeiras, a Companhia tem como prática a realização de operações somente com instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating e que atendam a requisitos patrimoniais previamente definidos e formalizados. Adicionalmente, são definidos limites de crédito que são revisados periodicamente.

Títulos e Valores Mobiliários: As disponibilidades de caixa são aplicadas em um fundo extra mercado, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esse fundo é composto na sua totalidade por títulos públicos custodiados na Selic, não havendo exposição ao risco de contraparte.

Clientes: A Companhia atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica amparada em contratos firmados em ambiente regulado. A Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias.

Concessões do serviço público: O poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo.

Outros ativos: Os valores transacionados e registrados em outros ativos são, normalmente, de baixa relevância, e quando há expectativa de não recebimento por parte da Companhia, tais valores são provisionados. A partir deste momento a Companhia inicia o processo de renegociação destes valores.

34.4.4 – Risco de liquidez

As necessidades de liquidez da Companhia são de responsabilidade das áreas de tesouraria e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar eventuais descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as suas necessidades operacionais.

As datas de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos estão divulgadas na acima. A tabela abaixo mostra os passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros a incorrer e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado é obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.



CONTROLADORA				
31/12/2021				
Fluxo de pagamentos				
	Até 1 ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 anos
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Mensurados ao Custo Amortizado	2.397.478	1.902.822	1.828.238	197.879
Fornecedores	761.502	-	-	-
Financiamentos, empréstimos e debêntures	1.454.890	1.447.077	1.828.238	197.879
Passivo de arrendamento	181.086	455.745	-	-

CONTROLADORA				
31/12/2020				
Fluxo de pagamentos				
	Até 1 ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 anos
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Mensurados ao Custo Amortizado	1.767.417	362.217	717.362	700.663
Fornecedores	453.286	-	-	-
Financiamentos, empréstimos e debêntures	1.306.455	362.216	717.362	700.663
Passivo de arrendamento	7.676	-	-	-
Mensurados a valor justo por meio do resultado	-	10.014	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	10.014	-	-

CONSOLIDADO				
31/12/2020				
Fluxo de pagamentos				
	Até 1 ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 anos
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Mensurados ao Custo Amortizado	2.695.432	1.695.046	1.921.864	864.556
Fornecedores	19 614.225	-	-	-
Financiamentos, empréstimos e debêntures	20 1.906.405	1.466.450	1.579.445	864.556
Passivo de arrendamento	28 174.802	228.596	342.419	-
Mensurados a valor justo por meio do resultado	-	10.014	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	11 -	10.014	-	-

34.4.5 - Risco de commodities

A Companhia celebrou, no exercício de 2004, contratos de longo prazo para fornecimento de energia elétrica a três de seus principais clientes. Esses contratos de longo prazo estão associados ao preço internacional do alumínio, cotado na LME, como ativo básico para fins de definição dos valores mensais dos contratos.

Esses contratos incluem o conceito de *cap and floor band*, relacionado ao preço do alumínio cotado na LME. O preço limite máximo e mínimo da LME está limitado a US\$ 2.721/ton e US\$ 1,450/ton, respectivamente.

O ganho apurado na operação com derivativos oriundos dos contratos de fornecimento de energia no período findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 684.563 (Em 31 de dezembro de 2020 ganho de R\$ 332.902). A posição patrimonial líquida ativa apresentada no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é R\$ 1.302.092. (Em 31 de dezembro de 2020, posição ativa de R\$ 627.543).

34.4.6 – Riscos ambientais

Com relação a eventos climáticos a Companhia encontra-se exposta aos efeitos na hidrologia, o que pode impactar na capacidade de geração, no preço de energia e na necessidade de compra de energia por fontes mais onerosas como usinas térmicas. O Brasil tem sido afetado por reduções em seu nível hidrológico devido a alterações climáticas, sendo que os níveis dos reservatórios que se encontravam abaixo da média em 2021 foram parcialmente reestabelecidos com o período de chuvas. Até o momento essas alterações não trouxeram efeitos relevantes para a Companhia, sendo que em seus testes de *impairment* são estabelecidas condições de geração e preço compatíveis com os atuais níveis hidrológicos e com os correspondentes reflexos



nas tarifas e custos de energia. A Companhia continuará monitorando o impacto desses efeitos nas suas demonstrações financeiras.

34.5 – Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade, utilizou-se como cenário provável para 2021 previsões e/ou estimativas baseadas, fundamentalmente, em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central.

34.5.1 – Empréstimos obtidos

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos de empréstimos e financiamentos em quatro diferentes cenários: dois com elevação das moedas-indexadores do saldo devedor e dois com diminuição dessas moedas-indexadores. As análises limitaram-se aos contratos obtidos que apresentem exposição à taxa de câmbio e índice de preços.

indexadores. As análises limitaram-se aos contratos obtidos que apresentem exposição à taxa de câmbio e índice de preços.

34.5.1.1 – Depreciação dos índices – Empréstimos obtidos (em centavos e percentuais)

Contratos Obtidos - 31.12.2021			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo \$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2022	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário III (-25%)	Cenário IV (-50%)
Dolar(R\$/US\$)	46.321	258.493	5,77	4,33	2,89	246.775	179.957
IENE(R\$/¥)	17.258	96.311	0,05	0,04	0,02	17.902	17.687
TOTAL		354.804				264.677	197.644

34.5.1.2 – Apreciação dos índices - Empréstimos obtidos (em centavos e percentuais)

Contratos Obtidos - 31.12.2021			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo \$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2022	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Dolar(R\$/US\$)	46.321	258.493	5,77	7,21	8,66	380.411	447.229
IENE(R\$/¥)	17.258	96.311	0,05	0,06	0,07	18.331	18.546
TOTAL		354.804				398.742	465.775

34.5.2 – Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam os instrumentos financeiros derivativos.

- Provável: O cenário provável foi definido como o valor justo dos derivativos em 31 de dezembro de 2020;
- Cenário I: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas;
- Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas;
- Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma apreciação de 25% nas variáveis de risco associadas;
- Cenário IV: Estimativa do valor justo considerando uma apreciação de 50% nas variáveis de risco associadas.



	Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Derivativo embutido - Fornecimento de energia elétrica	1.343.355	1.007.516	671.678	1.679.194	2.015.033
Derivativo embutido - Opção de conversão de ações	-	-	-	-	-

As análises de sensibilidade foram elaboradas tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

34.5.2.1 – Fornecimento de energia elétrica

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos de fornecimento de energia dos consumidores eletrointensivos Albras, por possuírem cláusula contratual referente ao prêmio por variação do preço do alumínio no mercado internacional.

34.5.3 – Aplicação financeira

Foram realizadas análises de sensibilidade das aplicações financeiras em quatro diferentes cenários: dois com elevação da taxa Selic e dois com diminuição das moedas indexadoras. A taxa Selic foi utilizada como a melhor estimativa para a rentabilidade dos fundos em que a Companhia mantém suas aplicações.

Depreciação dos índices

CONTROLADORA							
31/12/2021							
Aplicações	Indexador		SELIC Provável 2022	Saldo R\$ mil			
	Saldo R\$ mil	Saldo R\$ mil		Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
TVM	3.064.153	3.454.833	12,75%	9,56%	6,38%	3.357.163	3.259.493
Aplicações Financeiras Curto Prazo	3.320	3.743	12,75%	9,56%	6,38%	3.637	3.532
TOTAL		3.458.576				3.360.800	3.263.025

CONTROLADORA							
31/12/2020							
Aplicações	Indexador		SELIC Provável 2021	Saldo R\$ mil			
	Saldo R\$ mil	Saldo R\$ mil		Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
TVM	1.239.589	1.276.777	3,00%	2,25%	1,50%	1.267.480	1.258.183
Aplicações Financeiras Curto Prazo	523	539	3,00%	2,25%	1,50%	535	531
TOTAL		1.277.316				1.268.015	1.258.714

CONSOLIDADO							
31/12/2020							
Aplicações	Indexador		SELIC Provável 2021	Saldo R\$ mil			
	Saldo R\$ mil	Saldo R\$ mil		Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
TVM	1.500.314	1.545.323	3,00%	2,25%	1,50%	1.534.071	1.522.819
Aplicações Financeiras Curto Prazo	8.285	8.534	3,00%	2,25%	1,50%	8.471	8.409
TOTAL		1.553.857				1.542.542	1.531.228

Apreciação dos índices

CONTROLADORA							
31/12/2021							
Aplicações	Saldo R\$ mil		SELIC Provável 2022	Indexador		Saldo R\$ mil	
	Saldo R\$ mil	Saldo R\$ mil		Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
TVM	3.064.153	3.454.833	12,75%	15,94%	19,13%	3.552.502	3.650.172
Aplicações Financeiras Curto Prazo	3.320	3.743	12,75%	15,94%	19,13%	3.849	3.955
TOTAL		3.458.576				3.556.351	3.654.127

CONTROLADORA							
31/12/2020							
Aplicações	Saldo R\$ mil		SELIC Provável 2021	Indexador		Saldo R\$ mil	
	Saldo R\$ mil	Saldo R\$ mil		Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
TVM	1.239.589	1.276.777	3,00%	3,75%	4,50%	1.286.074	1.295.371
Aplicações Financeiras Curto Prazo	523	539	3,00%	3,75%	4,50%	543	547
TOTAL		1.277.316				1.286.617	1.295.918

CONSOLIDADO							
31/12/2020							
Aplicações	Saldo R\$ mil		SELIC Provável 2021	Indexador		Saldo R\$ mil	
	Saldo R\$ mil	Saldo R\$ mil		Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
TVM	1.500.314	1.545.323	3,00%	3,75%	4,50%	1.556.576	1.567.828
Aplicações Financeiras Curto Prazo	8.285	8.534	3,00%	3,75%	4,50%	8.596	8.658
TOTAL		1.553.857				1.565.172	1.576.486

(*) TVM – Títulos e valores mobiliários

Prática Contábil

Reconhecimento e mensuração:

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma empresa da Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, posteriormente, mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo, seguindo as regras do CPC 48 / IFRS 9.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

- **Ativos financeiros**

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidos e baixados na data de negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, posteriormente, mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.



a) Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao Valor Justo ao Resultado (VJR):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b) Um instrumento de dívida é mensurado ao Valor Justo a Outros Resultados Abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

c) Os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como mensurados ao valor justo por meio de resultado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais:

Para fins de avaliação se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamento de principal e de juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são compostos somente de pagamentos de principal e juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém termo contratual que poderá mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

- **Passivos financeiros**

Os passivos financeiros, que incluem os empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, são mensurados inicialmente pelo valor justo e posteriormente pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e prêmios pagos



ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando expiram.

Contratos de garantia financeira:

Contrato de garantia financeira consiste em contrato que requer que o emitente efetue pagamentos especificados a fim de reembolsar o detentor por perda que incorrer devido ao fato de o devedor especificado não efetuar o pagamento na data prevista, de acordo com as condições iniciais ou alteradas de instrumento de dívida.

Essas estimativas são definidas com base na experiência e no julgamento da administração da Companhia. As taxas recebidas são reconhecidas com base no método linear ao longo da vida da garantia, nota 18.4. Qualquer aumento de obrigações em relação às garantias é apresentado, quando ocorrido, nas despesas operacionais, nota 32.

Instrumentos financeiros derivativos:

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos *swaps* de taxa de juros.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo, na data de contratação, e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de *hedge*; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de *hedge*.

Derivativo embutido é um componente de instrumento híbrido (combinado) que também inclui um contrato principal não derivativo – em resultado disso, alguns dos fluxos de caixa do instrumento combinado variam de forma semelhante a um derivativo isolado. O derivativo embutido faz com que alguns ou todos os fluxos de caixa que de outra forma seriam exigidos pelo contrato sejam modificados de acordo com a taxa de juros especificada, preço de instrumento financeiro, preço de mercadoria, taxa de câmbio, índice de preços ou de taxas, avaliação ou índice de crédito, ou outra variável, desde que, no caso de variável não financeira a variável não seja específica de uma das partes do contrato.

A metodologia para avaliação dos derivativos embutidos leva em consideração técnicas de avaliação que convertem valores futuros (por exemplo, fluxos de caixa ou receitas e despesas) em um valor único atual, ou seja, utilização de fluxo de caixa descontado. A mensuração do valor justo é determinada com base no valor indicado pelas expectativas de mercado atuais em relação a esses valores futuros, logo, se trata de uma abordagem de receita.

Para atribuir o valor justo da parte híbrida do contrato é necessário identificar os principais componentes que quantificam o montante faturado mensalmente. As principais variáveis do contrato são: a quantidade de energia vendida (MWh), o preço atribuído à LME e o valor do câmbio do período faturado.

Considerando que o prêmio está associado ao preço da commodity da LME, é possível atribuir o fair value destes contratos.

NOTA 35 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

Os segmentos de negócios da companhia divulgados separadamente são:

- Geração, cujas atividades consistem na geração de energia elétrica e a venda de energia para empresas de distribuição e para os consumidores livres, e comercialização;
- Transmissão, cujas atividades consistem na transmissão de energia elétrica;
- Administração, cujas atividades representam principalmente a gestão de caixa da Eletronorte, a gestão de negócios em SPEs, cujo monitoramento e gestão é feito de forma distinta dos investimentos corporativos., e os gastos administrativos

As informações consolidadas por segmento de negócios, correspondentes a 31 de dezembro de 2021 e 2020, são as seguintes:

CONTROLADORA	31/12/2021			
	Administração	Geração	Transmissão	Total
Receita Operacional Líquida	207.672	5.893.282	2.751.633	8.852.587
Custos Operacionais	-	685.103	(619.474)	65.629
Despesas Operacionais	(722.204)	-	-	(722.204)
Remunerações regulatórias - Contratos de Transmissão	-	-	312.819	312.819
Resultado op. Antes do Resultado Financeiro	(514.532)	6.578.385	2.444.978	8.508.831
Resultado Financeiro	334.300	413.558	(111.206)	636.653
Resultado antes das Participações Societárias	-	-	-	9.145.484
Resultado investimentos em participações societárias	-	-	-	436.062
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	-	(841.876)
Outras receitas e despesas	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	-	-	-	(2.066.933)
Incentivos fiscais	-	-	-	688.901
Lucro Líquido	-	-	-	7.361.638

CONTROLADORA	31/12/2020 (Reapresentado)			
	Administração	Geração	Transmissão	Total
Receita Operacional Líquida	181.688	2.880.326	1.914.938	4.976.952
Custos Operacionais	-	(1.562.788)	(635.546)	(2.198.334)
Despesas Operacionais	(801.365)	-	-	(801.365)
Remunerações regulatórias - Contratos de Transmissão	-	-	971.325	971.325
Resultado op. Antes do Resultado Financeiro	(619.677)	1.317.538	2.250.717	2.948.578
Resultado Financeiro	(687)	311.315	(355.483)	(44.855)
Resultado antes das Participações Societárias	-	-	-	2.903.722
Resultado investimentos em participações societárias	-	-	-	133.135
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	-	(493.978)
Outras receitas e despesas	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	-	-	-	(483.176)
Incentivos fiscais	-	-	-	358.119
Lucro Líquido	-	-	-	2.417.822

CONSOLIDADO	31/12/2021			
	Administração	Geração	Transmissão	Total
Receita Operacional Líquida	207.672	7.633.266	2.777.402	10.618.340
Custos Operacionais	-	(210.067)	(624.923)	(834.990)
Despesas Operacionais	(832.067)	(24)	(21)	(832.112)
Remunerações regulatórias - Contratos de Transmissão	-	-	312.819	312.819
Resultado op. Antes do Resultado Financeiro	(624.395)	7.423.175	2.465.277	9.264.057
Resultado Financeiro	358.920	186.656	(111.364)	434.212
Resultado antes das Participações Societárias	-	-	-	9.698.269
Resultado investimentos em participações societárias	-	-	-	28.335
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	-	(986.934)
Outras receitas e despesas	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	-	-	-	(2.066.933)
Incentivos fiscais	-	-	-	688.901
Lucro Líquido	-	-	-	7.361.638

**CONSOLIDADO**

	31/12/2020 (Reapresentado)			Total
	Administração	Geração	Transmissão	
Receita Operacional Líquida	181.686	5.208.304	1.995.460	7.385.450
Custos Operacionais	-	(2.987.317)	(580.999)	(3.568.316)
Despesas Operacionais	(1.252.270)	288	-	(1.251.982)
Remunerações regulatórias - Contratos de Transmissão	-	-	971.325	971.325
Resultado op. Antes do Resultado Financeiro	(1.070.584)	2.221.275	2.385.786	3.536.477
Resultado Financeiro	(1.389)	(13.074)	(347.569)	(362.032)
Resultado antes das Participações Societárias				3.174.445
Resultado investimentos em participações societárias				10.653
Imposto de renda e contribuição social correntes				(601.943)
Outras receitas e despesas				-
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido				(523.452)
Incentivos fiscais				358.119
Lucro Líquido				2.417.822

Prática Contábil

Segmentos operacionais de uma Companhia são definidos como componentes que:

- exercem atividades das quais podem obter receitas e incorrer em despesas;
- cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração para tomar decisões sobre os recursos a serem alocados aos segmentos e avaliar seu desempenho; e
- para os quais existem informações financeiras.

Na apuração dos resultados segmentados são consideradas as transações realizadas com terceiros, incluindo empreendimentos controlados em conjunto e coligadas, e as transferências entre os segmentos. As transações entre segmentos operacionais são determinadas por preços e condições definidas entre as partes, que levam em consideração os termos aplicados às transações com partes não relacionadas, sendo essas transações eliminadas, fora dos segmentos operacionais, para fins de conciliação das informações segmentadas com as demonstrações financeiras consolidadas da companhia.

NOTA 36 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Dentre as principais operações ocorridas com partes relacionadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, destacamos os empréstimos e financiamentos concedidos estabelecidos de acordo com a legislação específica sobre o assunto.

36.1 – As transações com as partes relacionadas em que a Companhia possui participação societária são as seguintes:

	Saldos e Transações por Natureza - Individual / Consolidado					
	31/12/2021			31/12/2020		
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Serviços prestados	16.670	-	102.964	16.516	-	102.988
Repasso à Patrocinadora	-	5.411	(34.195)	-	-	(31.892)
Empregados	-	-	(147.072)	1.500	-	(70.474)
Dividendos	44.101	-	-	31.190	-	672
Receita uso da transmissão	12.394	-	101.475	941	-	3.280
Despesa uso da transmissão	-	2.081	(19.816)	-	2.299	(26.221)
Outros	28	-	(4.524)	208.491	67	(8.538)
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	9.012	-	95.786
Total	73.193	7.492	(1.168)	267.650	2.366	65.601



Saldos e Transações por Entidade - Individual / Consolidado

	31/12/2021			31/12/2020		
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A.	-	-	-	208.790	67	2.143
Belo Monte Transmissora de Energia S.A.	18.982	1.631	(19.648)	16.998	1.285	(17.781)
Caixa de Assistência do Setor Elétrico (E-Vida)	-	-	(147.072)	1.500	-	(70.474)
Companhia Energética SINOP S.A	366	436	(1.219)	414	398	(586)
Energética Águas da Pedra S.A.	11.130	-	2.579	228	-	(2.602)
Manaus Construtora Ltda	14.120	-	-	14.120	-	-
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	-	-	-	80	605	(7.738)
Norte Energia S.A.	28.452	-	197.698	25.386	-	193.767
Previnorte Fundação de Previdência Complementar	-	5.411	(34.195)	-	-	(31.892)
Transnorte Energia S.A	143	14	689	134	11	764
Total	73.193	7.492	(1.168)	267.650	2.366	65.601



36.2 – Transações com coligadas e controladas

Abaixo se encontram resumidas as transações comerciais e respectivos saldos com partes relacionadas:

	Saldos e Transações por Natureza - Individual / Controladora					
	31/12/2021			31/12/2020		
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Suprimento de energia elétrica	19.517	-	222.010	18.042	-	228.046
Serviços prestados	-	-	(48)	163	-	(30)
Parcelamento CGT Eletrosul	-	-	-	144.493	-	-
Atualização dos créditos da Ceron/Bovesa	-	-	-	-	-	21.434
Dividendos (remuneração aos acionistas)	-	2.471.876	(44.126)	-	1.405.228	(31.330)
Empregados cedidos	544	-	-	545	-	-
Empregados requisitados	-	69	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	2.015.336	(107.449)	-	502.114	(189.289)
Obrigações com a Controladora	-	1.382.747	(80.088)	-	2.145.086	(52.247)
Obrigações com a Controladora - El paso	-	567.000	-	-	-	-
Receita uso da transmissão	105.059	-	147.686	13.797	-	149.066
Despesa uso da transmissão	-	15.439	(190.426)	-	17.224	(215.929)
Outros serviços de terceiros	-	560	-	-	-	-
Outros - desconto obtido	-	-	350.000	-	154	-
Outros Proinfa	-	8.347	-	-	-	-
Outros	1.213	1	(111.935)	1.365	-	(65.572)
Total	126.333	6.461.375	185.624	178.405	4.069.806	(155.851)

	Saldos e Transações por Entidade - Individual / Controladora					
	31/12/2021			31/12/2020		
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Controladas em conjunto e coligadas						
Cia. de Geração Térmica de Energia Elétrica S.A. - Cgtee	114.079	2.680	225.683	163.230	2.288	185.119
Cia. Hidro Elétrica do São Francisco S.A. - Chesf	5.439	7.234	(25.182)	6.634	7.322	(692)
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras	788	6.445.866	7.389	545	4.052.582	(317.467)
Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear	1.211	-	10.747	974	-	11.715
Eletrobras Participações S.A. - Eletropar	205	-	2.412	163	-	1.657
Furnas Centrais Elétricas S.A.	4.611	5.595	(35.425)	6.859	7.614	(36.183)
Companhia de Eletricidade do Amapá	-	-	-	-	-	-
Total	126.333	6.461.375	185.624	178.405	4.069.806	(155.851)



36.2.1 – Abaixo se encontram as principais transações significativas acerca do uso de rede de transmissão, compra de energia ou prestação de serviços:

Fornecimento de energia elétrica

Trata-se de contratos firmados com consumidores industriais, diretamente atendidos pela Companhia, de contratos oriundos de leilões de energia realizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e de leilões de compra e venda de energia elétrica, realizados por comercializadores ou consumidores livres.

Encargos da dívida moeda estrangeira

Referem-se aos juros, taxas, comissões e outros encargos decorrentes de empréstimos e financiamentos externos.

Obrigações com a Controladora

Referentes ao saldo dos dividendos do exercício de 2014 de 75% que não foram quitados junto a holding e que estão são corrigidos até a quitação do débito.

Receita / Despesa uso da transmissão

Corresponde a valores a receber e/ou a pagar referente ao faturamento vinculado à Receita Anual Permitida (RAP). A tarifa praticada nessas transações entre as partes relacionadas é definida em resoluções da ANEEL para todos os usuários do Sistema de Transmissão.

Serviços prestados

Refere-se a serviços operação e manutenção, gerenciamento e supervisão de qualidade, serviço de comissionamento e outros serviços prestados às partes relacionadas.

Repasse

Montantes repassados à Caixa de Assistência e à Fundação de previdência que gerenciam o plano de saúde dos empregados e o fundo de pensão respectivamente.

Empregados cedidos e requisitados

Os custos com empregados cedidos das partes relacionadas para a Companhia, assim como os custos dos empregados cedidos da Companhia para partes relacionadas, são totalmente reembolsados entre as empresas.

Suprimento de energia elétrica

Refere-se a operações de venda de energia elétrica.

Aquisição de ativos

Refere-se aos pagamentos decorrentes da aquisição de ativos junto a partes relacionadas.



Empréstimos e financiamentos

Sobre as operações de empréstimos e financiamentos concedidos pela Eletrobras à Companhia são cobrados encargos nas mesmas condições existentes no mercado, cujo maiores detalhes podem ser observados na acima.

Empregados (E-Vida)

Refere-se aos empregados da Eletronorte que são atendidos pelo Caixa de Assistência E Vida.

Dividendos

Trata-se das obrigações da Companhia com seus acionistas - sendo que o principal acionista da Companhia é a Holding Eletrobras.

Prática Contábil

As transações com partes relacionadas da Companhia com suas controladas, coligadas, sociedades de propósito específico e entidades governamentais são realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas, quando aplicável.

36.3 – Remuneração do pessoal chave

A remuneração do pessoal chave da Companhia (membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal) é como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Benefícios de curto prazo	3.752	2.722	4.177	4.235
Outros benefícios de longo prazo	1.475	1.066	1.728	1.611
Total	5.227	3.788	5.905	5.846



A remuneração máxima, mínima e média dos dirigentes e empregados pode ser observada abaixo:

	CONTROLADORA	
	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração de dirigentes		
Maior remuneração de administradores	39.666	39.666
Menor remuneração de administradores	37.777	37.777
Remuneração média de administradores	38.721	38.721
Remuneração de empregados		
Maior remuneração de empregados	76.563	93.068
Menor remuneração de empregados	3.823	4.511
Remuneração média de empregados	11.900	18.119
Remuneração de conselheiros		
Maior remuneração de empregados	4.127	4.127
Menor remuneração de empregados	4.127	4.127
Remuneração média de empregados	4.127	4.127

Prática Contábil

As remunerações totais dos dirigentes e dos empregados da Companhia têm por base as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério da Economia, e pelo Ministério de Minas e Energia, nos quais são divulgadas a maior remuneração, a menor remuneração e a remuneração média de cada uma dessas categorias.

NOTA 37 – ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

O saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 62.855 (saldo em 31 de dezembro de 2020, R\$ 61.716 na Controladora e R\$ 62.855 no Consolidado). Este saldo refere-se preponderantemente a um terreno com área de 65.575,00m², localizado no SGA/SUL 904 Conjunto A, situado na cidade de Brasília. O terreno foi adquirido com o objetivo de ser a sede da Companhia, porém em consonância com o plano de desinvestimento, a Companhia alterou seu plano inicial em relação ao terreno e elaborou um plano para a realização da venda do imóvel.

Em 28 de maio de 2018, a Resolução da diretoria aprovou a alienação do imóvel e submeteu a deliberação ao Conselho de Administração. Em 14 de junho de 2018, o Conselho de Administração da Eletronorte aprovou os preços mínimos de venda do referido imóvel, considerando o Pronunciamento Técnico – CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda, a Companhia avaliou que, em 31 de dezembro de 2018, o imóvel se caracterizou de acordo com os critérios de classificação como mantido para venda.



A Companhia realizou duas licitações para venda do terreno, sendo a primeira em 04 de outubro de 2018 e a segunda em 11 de dezembro de 2018, contudo em ambas não houve propostas comerciais.

Em 04 de setembro de 2019, com objetivo de otimizar o processo de alienação, a Companhia aumentou a capilaridade de alcance de possíveis compradores realizando o credenciamento de leiloeiros públicos oficiais. Desta forma, o processo de licitação do terreno será realizado no modo de disputa de licitação aberto e critério de maior oferta de preço.

Em 10 de dezembro de 2019, a Companhia realizou uma nova licitação para a venda do terreno, contudo não houve propostas comerciais.

Em 2020, devido à pandemia, não foi realizado novo processo de alienação do imóvel, porém a Companhia continua comprometida com o plano de venda do referido imóvel, o ativo está disponível para venda imediata em sua condição atual, mantendo a intenção e a capacidade de transferir o ativo a um comprador em sua condição presente apenas aos termos que sejam usuais e habituais para a venda desse ativo.

Em 2021, a Companhia continua com o objetivo de concretizar a venda do imóvel e para isso está contratando os serviços de um leiloeiro para alcançar mais interessados em adquirir o imóvel.

Prática Contábil

Os ativos não circulantes e os grupos de ativos são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando o ativo (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas a termos usuais para venda desse ativo (ou grupo de ativos), e sua venda for considerada altamente provável. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que possa ser concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

Os ativos não circulantes (ou o grupo de ativos) classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor esperado de alienação.

NOTA 38 – EVENTOS SUBSEQUENTES

38.1 Aumento de Capital da Eletronorte

A Eletrobras, através de Comunicado de Fato Relevante, em 03 de fevereiro de 2022, informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, em atendimento ao disposto na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 44, de 23 de agosto de 2021, que foi aprovada, pelo Conselho de Administração da Eletronorte, a proposta de aumento do capital social da Controlada Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A ("Eletronorte") em R\$ 1.930.114.649,99 (um bilhão, novecentos e trinta milhões, cento e quatorze mil, seiscentos e quarenta e nove reais e noventa e nove centavos), mediante a emissão de 13.951.250 (treze milhões, novecentas e cinquenta e um mil e duzentas e cinquenta) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de R\$ 138,35 (cento e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos) por ação, baseado no valor patrimonial da ação ("VPA"), em 31 de dezembro de 2021, a serem subscritas e integralizadas pela Eletrobras com as ações ordinárias que detém na Norte Energia S.A. ("NESA"), equivalente a 15% do capital social.



O Capital Social da Eletronorte, após a capitalização e considerando a posição de 31 de dezembro de 2021, passará de R\$ 11.576.262.793,45 (onze bilhões, quinhentos e setenta e seis milhões, duzentos e sessenta e dois mil, setecentos e noventa e três reais e quarenta e cinco centavos) para R\$ 13.506.377.443,44 (treze bilhões, quinhentos e seis milhões, trezentos e setenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e três reais e quarenta e quatro centavos) e o número de ações, de 154.093.501 (cento e cinquenta e quatro milhões, noventa e três mil e quinhentos e uma) para 168.044.751 (cento e sessenta e oito milhões, quarenta e quatro mil e setecentos e cinquenta e uma) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Com a operação acima citada, A Eletronorte passará a deter a participação na NESA de 19,98% para 34,98%.

A concretização da operação ainda dependerá da realização de Assembleia Geral Extraordinária, visando o aumento do capital social, a ser realizada pela Eletronorte, da obtenção das anuências necessárias à conclusão da operação, além da realização pela Eletrobras, Eletronorte, Norte Energia S/A e demais acionistas, dos trâmites societários necessários para a mudança de titularidade das ações da NESA.

38.2 Acordo de Leniência

A Eletrobras, através de Comunicado de Fato Relevante, em 04 de fevereiro de 2022, informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que aderiu ao Acordo de Leniência ("Acordo"), firmado pela Controladoria-Geral da União ("CGU") e Advocacia Geral da União ("AGU") com a Andrade Gutierrez ("Andrade Gutierrez"), para fins de ressarcimento, em relação aos empreendimentos dos quais participa, direta ou indiretamente, por meio de suas controladas.

A Eletronorte está sendo beneficiada pelo referido Acordo de Leniência e o respectivo valor a receber, em 16 (dezesesseis) parcelas anuais a serem corrigidas pela SELIC, totaliza o montante de R\$ 13.141 de acordo com data base em agosto de 2018.

Dessa forma, retornarão para a Eletrobras parte dos recursos que a Companhia tem direito, diante dos prejuízos causados pela construtora, decorrentes do esquema de corrupção desvendado pela Operação Lava Jato, garantindo o acesso da Companhia às informações e aos documentos obtidos por intermédio do citado Acordo, de forma a avaliar se há outras medidas de ressarcimento cabíveis a serem adotadas, em razão dos atos ilícitos dos quais foi vítima.

Os valores acima ainda não foram reconhecidos nas Demonstrações Financeiras da Eletrobras.

38.3 Guerra Rússia x Ucrânia

Em fevereiro de 2022, a Rússia deu início à invasão da Ucrânia, iniciando o conflito entre os dois países. Além dos efeitos diretos originados pela luta bélica, a guerra naturalmente afeta a economia da região envolvida, atingindo, portanto, as operações das empresas que lá atuam. A Companhia, atualmente, não mantém relação contratual econômico-financeira com entidades situadas na região do conflito.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os Diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nestas demonstrações financeiras.

Brasília – DF, 16 de março de 2022.

ROBERTO PARUCKER
Diretor Presidente

ASTROGILDO FRAGUGLIA QUENTAL
Diretor Financeiro

ANTONIO AUGUSTO BECHARA PARDAUIL
Diretor de Engenharia

RICARDO LAVORATO TILI
Diretor de Regulação e Comercialização

JOSÉ WANDERLEY UCHOA BARRETO
Diretor de Gestão Corporativa

ANTONIO AUGUSTO BECHARA PARDAUIL
Diretor de Operação

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE

ALEXANDRE LIRA DA ROCHA
Contador - CRC-DF-018622/O-0
Superintendente de Contabilidade FCO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MÁRCIO SZECHTMAN	Presidente
CAMILA GUALDA SAMPAIO ARAÚJO	Conselheira
ROBERTO PARUCKER	Conselheiro
RAFAELLO ABRITTA	Conselheiro
IKARO CHAVES BARRETO DE SOUSA	Conselheiro
GISÉLIA SILVA	Conselheira
LEONARDO DE PAIVA ROCHA	Conselheiro

CONSELHO FISCAL

JAIREZ ELÓI DE SOUSA PAULISTA	Presidente
JOÃO VICENTE AMATO TORRES	Conselheiro
CESAR ALMEIDA DE MENESES SILVA	Conselheiro